

MARB – MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE BRAGA, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2025



marb

Centro Logístico
do Minho



**Centro Logístico
do Minho**

**RELATÓRIO DE
GESTÃO E
CONTAS
2025**

RELATÓRIO DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO



ÍNDICE

1.	MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	2
2.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	3
3.	ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO.....	4
4.	PRINCIPAIS INDICADORES.....	9
5.	ATIVIDADE DA EMPRESA.....	10
5.1.	PARCERIAS INSTITUCIONAIS, PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO E VISITAS TÉCNICAS.....	10
5.2.	ÁREA COMERCIAL.....	15
5.3.	MARKETING INSTITUCIONAL.....	20
5.4.	ATIVIDADE OPERACIONAL.....	24
5.5.	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	26
5.6.	EFICIÊNCIA DE RECURSOS E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL.....	27
5.7.	CAPITAL HUMANO.....	31
6.	RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	34
7.	GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	39
8.	ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	40
8.1.	PERFORMANCE ECONÓMICA.....	41
8.2.	POSIÇÃO FINANCEIRA.....	45
9.	APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	48
10.	OUTRAS INFORMAÇÕES.....	48
11.	PERSPETIVAS FUTURAS.....	48
12.	REFERÊNCIAS FINAIS.....	49
	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	50
	II. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	51
	ANEXO: DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO REPORTADA NO SISEE	

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

É com agrado que apresentamos o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2025, um ano que, apesar de enquadrado num contexto económico internacional ainda marcado por incertezas e desafios estruturais, evidenciou a capacidade de adaptação, resiliência e consolidação da atividade da empresa.

Num cenário global caracterizado pela persistência de tensões geopolíticas, pela volatilidade dos mercados energéticos e pelos efeitos cada vez mais evidentes das alterações climáticas, mantivemos o compromisso com uma gestão rigorosa, orientada para a eficiência operacional, para a sustentabilidade e para a criação de valor para todos os *stakeholders*. Os resultados alcançados refletem o empenho coletivo dos colaboradores e o contributo dos operadores que desenvolvem a sua atividade no Mercado.

Ao longo de 2025, prosseguimos o trabalho de consolidação das operações, reforçando a eficiência dos processos e dando continuidade à modernização das infraestruturas e à melhoria das condições de funcionamento do Mercado. Paralelamente, continuámos a promover iniciativas alinhadas com princípios de sustentabilidade económica, ambiental e social, reconhecendo o papel estratégico dos mercados abastecedores no funcionamento das cadeias de distribuição alimentar.

O MARB conseguiu no ano de 2025, não obstante dificuldades pontuais em alguns operadores de setores de atividade muito restritos e que continuam a merecer por parte deste Conselho de Administração um acompanhamento mais próximo, manter uma trajetória de crescimento e da consolidação dos bons resultados naquilo que são os diversos indicadores económicos e financeiros, incrementando de forma sustentada o volume de negócios e o resultado líquido, a par de uma redução significativa da sua dívida financeira líquida.

Assim, o volume de negócios atingiu, em 2025, o montante de 1.152,6 milhares de euros, refletindo a dinâmica da atividade desenvolvida no Mercado, o maior de sempre na vida da empresa, e que representa um incremento de 2,5% relativamente a 2024, bem como um acréscimo de 19% relativamente a 2020. O resultado líquido do exercício ascendeu a 264,1 milhares de euros, que configura um aumento de 31,5% relativamente a 2024, mantendo uma trajetória de consolidação dos resultados obtidos nos últimos anos, apesar do aumento generalizado dos custos operacionais. Também o EBITDA registou um desempenho positivo, situando-se em 780,2 milhares de euros, 1,2% acima do ano transato, refletindo a robustez da atividade operacional e a eficácia das medidas de gestão implementadas. Foi ainda mantida a trajetória de redução significativa e consistente da dívida, havendo uma redução da dívida financeira líquida (-33%), de 4.984 milhares de euros (2020) para 3.342 milhares de euros (2025), representando este valor uma redução de 405 milhares de euros face a 31 de dezembro de 2024.

Estes resultados assumem particular relevância tendo em conta o contexto económico em que foram alcançados, marcado por pressões inflacionistas, aumento dos custos energéticos e instabilidade nas cadeias de abastecimento globais. O desempenho obtido foi possível graças ao empenho e dedicação dos colaboradores da empresa, cujo contributo tem sido determinante para assegurar a continuidade e a qualidade da operação do Mercado. Importa igualmente destacar a relação institucional de cooperação e proximidade com o nosso acionista, o Município de Braga, cuja articulação tem sido fundamental para o alinhamento estratégico e para o desenvolvimento sustentado da empresa.

Para além da vertente económica, a atividade do Mercado integra também uma dimensão social relevante, traduzida no apoio a iniciativas como o “5 ao Dia”, projetos que reforçam o papel do Mercado na promoção de hábitos alimentares saudáveis e no apoio a comunidades em situação de maior vulnerabilidade.

No plano institucional, importa igualmente reconhecer o contributo do anterior Revisor Oficial de Contas A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda, cuja atuação se pautou por elevados padrões de rigor técnico e independência, assegurando a fiabilidade e transparência da informação financeira da empresa.

No que respeita ao investimento, foi dada continuidade ao processo de modernização e requalificação das infraestruturas do Mercado, cuja utilização intensiva ao longo de mais de duas décadas exige intervenções progressivas de atualização. Estas intervenções integram preocupações crescentes com a sustentabilidade ambiental, a eficiência energética e a melhoria das condições de funcionamento da atividade logística e comercial. Neste contexto, a aposta em soluções de energia renovável constitui um eixo relevante da estratégia de modernização do Mercado, contribuindo para mitigar o impacto dos custos energéticos e para reduzir a pegada ambiental da operação.

Ao nível dos Recursos Humanos, continuámos a desenvolver esforços no sentido de reforçar a valorização e motivação dos colaboradores, reconhecendo o papel central que desempenham no funcionamento da organização. O Conselho de Administração mantém a convicção de que a valorização das pessoas constitui um fator essencial para a sustentabilidade e para o sucesso da empresa.

O início de 2026 apresenta novos desafios decorrentes da evolução do contexto geopolítico internacional, nomeadamente no que respeita às pressões sobre os mercados energéticos e às potenciais disrupções nas cadeias logísticas e de abastecimento alimentar. Neste contexto, os mercados abastecedores assumem um papel particularmente relevante na garantia da estabilidade e continuidade das cadeias de distribuição alimentar.

Conscientes destes desafios, o Conselho de Administração reafirma o compromisso de continuar a trabalhar com rigor, responsabilidade e visão estratégica, assegurando a continuidade da missão da empresa e reforçando o seu contributo para o sistema nacional de abastecimento alimentar.

Assim, renovamos o nosso compromisso com o lema que orienta a nossa atuação:

“Ligamos quem alimenta o futuro.”

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Durante o exercício de 2025, o enquadramento internacional permaneceu marcado por um contexto de incerteza geopolítica e ajustamento económico, ainda influenciado pelos efeitos prolongados do conflito na Ucrânia e por novas tensões regionais com impacto nos mercados energéticos e nas cadeias de abastecimento. Embora se tenha observado uma relativa estabilização dos preços da energia face aos picos registados em anos anteriores, subsistiram episódios de volatilidade, refletindo a sensibilidade dos mercados às dinâmicas geopolíticas e às restrições logísticas globais. Paralelamente, os impactos das alterações climáticas continuaram a evidenciar-se, quer através de fenómenos meteorológicos extremos, quer pelo reforço das exigências regulatórias em matéria de transição energética e sustentabilidade ambiental.

No início de 2026, o enquadramento internacional permanece marcado por riscos geopolíticos e económicos relevantes que continuam a condicionar a estabilidade do comércio global. Em particular, o agravamento das tensões no Médio Oriente tem vindo a exercer pressão adicional sobre os mercados energéticos internacionais, contribuindo para a volatilidade dos preços da energia e para uma maior incerteza nas cadeias de abastecimento. A eventual disrupção de rotas marítimas estratégicas, nomeadamente na região do Estreito de Ormuz, por onde transita uma parte significativa do comércio mundial de petróleo e gás natural, constitui um fator de risco relevante para o transporte internacional de energia e mercadorias. Paralelamente, os efeitos cada vez mais evidentes das alterações climáticas sobre os sistemas produtivos, bem como as pressões associadas aos fluxos migratórios e às transições energéticas em curso, contribuem para um contexto global caracterizado por elevada volatilidade e maior fragmentação económica.

A economia mundial registou um crescimento moderado, estimado em torno de 3%, num contexto de gradual normalização das políticas monetárias nas principais economias avançadas. Os Estados Unidos mantiveram um desempenho relativamente resiliente, enquanto a Zona Euro apresentou um crescimento contido, condicionado pela desaceleração do consumo privado, pela moderação do investimento e pelos efeitos acumulados da política monetária restritiva implementada nos exercícios

anteriores. Em 2025, assistiu-se ao início de um ciclo prudente de redução das taxas de juro pelo Banco Central Europeu, refletindo a trajetória descendente da inflação, ainda que esta se mantenha acima do objetivo estrutural de 2%.

Em Portugal, a atividade económica evidenciou um crescimento moderado, estimado entre 1,8% e 2,0%, sustentado essencialmente pela procura interna e pela execução de investimentos enquadrados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O consumo privado manteve um contributo positivo, beneficiando da melhoria gradual do rendimento disponível e da estabilização da inflação, enquanto o investimento público continuou a desempenhar um papel relevante. As exportações registaram um crescimento mais contido, refletindo o abrandamento da economia europeia.

A taxa média de inflação apresentou uma trajetória descendente ao longo do exercício, situando-se em valores próximos de 2,5%, contribuindo para alguma recuperação do poder de compra das famílias. Ainda assim, mantiveram-se pressões relevantes sobre determinados fatores de produção, nomeadamente serviços especializados, contratos de prestação contínua e custos associados à manutenção de infraestruturas. O mercado de trabalho permaneceu globalmente estável, com a taxa de desemprego a situar-se em torno de 6%, evidenciando a resiliência do setor dos serviços, incluindo o turismo, que continuou a assumir um papel relevante na dinâmica económica nacional.

O setor empresarial continuou a enfrentar desafios associados ao aumento estrutural de determinados custos operacionais, à necessidade de adaptação a exigências ambientais e regulatórias crescentes e a um contexto internacional ainda marcado por incertezas comerciais e geopolíticas. Não obstante, a execução dos fundos europeus, a estabilidade relativa das contas públicas e a manutenção de condições favoráveis de financiamento contribuíram para um ambiente de confiança moderada.

Neste enquadramento, 2025 caracterizou-se por um cenário de ajustamento progressivo, com crescimento económico moderado e estabilidade do mercado de trabalho, ainda que persistam constrangimentos ao nível dos custos operacionais, designadamente nas áreas de higiene, segurança, manutenção e serviços técnicos especializados, exigindo uma gestão financeira prudente e orientada para a eficiência.

Contudo, o corrente ano 2026, vai ficar igualmente marcado em Portugal, por episódios de ventos com rajadas de intensidade ciclónica, precipitação muito intensa e cheias em várias regiões do país, que provocaram impactos relevantes em muitas e variadas infraestruturas, explorações agrícolas e cadeias logísticas locais. Estes fenómenos afetaram a produção agrícola em determinadas zonas e geraram constrangimentos operacionais para diversas empresas e explorações agrícolas, evidenciando a crescente exposição da atividade económica aos efeitos das alterações climáticas.

No que respeita ao Grupo, o acompanhamento contínuo das entidades gestoras dos Mercados Abastecedores permitiu confirmar a resiliência dos operadores face ao contexto macroeconómico. A adoção de medidas de modernização, a otimização de processos e o reforço do diálogo com os parceiros comerciais contribuíram para a manutenção da estabilidade operacional, mitigando o impacto do aumento de custos e das pressões externas. Assim, apesar de um enquadramento global ainda exigente, 2025 evidenciou capacidade de adaptação e consolidação, sustentando a continuidade das operações e reforçando a sustentabilidade económica e operacional dos mercados no curto e médio prazo. Importa, contudo, salientar que o início de 2026 se apresenta já marcado por novas e complexas dinâmicas geopolíticas, com pressão sobre os mercados energéticos, as rotas logísticas internacionais e, conseqüentemente, sobre a estabilidade das cadeias de abastecimento alimentar, exigindo uma monitorização permanente e uma gestão prudente dos riscos associados ao funcionamento dos mercados *abastecedores*.

3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

A reflexão estratégica tem feito parte do dia a dia do GRUPO SIMAB, confirmando a importância da manutenção de um foco estratégico capaz de posicionar o grupo num contexto de mudança permanente e de desafios cada vez mais ambiciosos.

Dando cumprimento às orientações estratégicas específicas dirigidas aos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2021/2023, concluído o ciclo relativo ao Plano Estratégico precedente, foi dado início à elaboração de um novo documento de definição estratégica do Grupo SIMAB para o horizonte temporal 2022-2026 (PE 22-26), tendo em vista apontar um novo paradigma de gestão, mais consonante com os tempos desafiantes que se vive na atualidade, recentrando o foco do Grupo naquilo que é o seu papel de garantia das condições logísticas de abastecimento de produtos alimentares e não alimentares no território nacional.

3.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A MARB, SA tem como missão proporcionar à população bens agroalimentares de elevada qualidade e variedade, através de uma infraestrutura de suporte ao comércio grossista. Assume-se como uma organização que pretende contribuir ativamente para a melhoria da sociedade, através de uma adequada gestão do Mercado Abastecedor da Região de Braga, de modo a permitir a comercialização e distribuição de uma vasta gama de produtos e serviços.

Na prossecução da sua missão, a MARB, SA ambiciona alcançar a **visão** de ser uma empresa líder no setor enquanto primeira escolha pela qualidade dos serviços e valor entregue aos seus clientes, suportado num modelo de atuação sustentável e reconhecido pela eficiência na gestão dos seus ativos.

A MARB, SA assume como fundamentais um conjunto de **valores** que são entendidos, observados e vividos por todos os colaboradores na sua prática profissional, expressando os valores e os princípios da organização, a sua reputação, a maneira de estar dos seus colaboradores, entre si e com os restantes *stakeholders*, sejam acionistas, fornecedores, clientes, parceiros ou a sociedade em geral, traduzindo-se, entre outros e de forma sintética:

RESILIÊNCIA | Porque vivemos tempos desafiantes caracterizados pela escassez de recursos, pela turbulência do presente, pela incerteza do futuro e pela complexidade do ambiente em que operamos.

EFICIÊNCIA | Porque os recursos são escassos e importa garantir a otimização do esforço financeiro do Estado.

COMPROMISSO | Porque precisamos de estar comprometidos com a nossa missão e os resultados que pretendemos alcançar.

3.2. ORIENTAÇÕES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARB, SA.

A MARB, SA, em 2025, continuou a ser abrangida por um conjunto de medidas definidas para as empresas do setor empresarial do Estado, estipulado na Lei do Orçamento do Estado (LOE) para 2025 (Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro) e no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2025 (DLEO2025) (Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março), nomeadamente:

- A continuação de uma política de ajustamento dos quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente, só podendo ocorrer aumento do número de trabalhadores nos termos do disposto no DLEO2025;



- A prossecução de uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais, excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, relativamente ao volume de negócios verificado em 2024;
- Manutenção dos gastos com pessoal, que se devem manter iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2024, corrigidos dos impactos de disposições legais, de indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo;
- A limitação do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel, e encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, que se devem manter iguais ou inferiores aos registados em 2024. O acréscimo nestes gastos apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente sustentadas em análise custo-benefício, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa;
- No apuramento do crescimento global do endividamento das empresas públicas integradas no Setor Empresarial do Estado (SEE) são excluídos os novos investimentos com expressão material (que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10.700 milhares de euros ou a 10% do orçamento anual da empresa).

Foram ainda tidos em consideração o conjunto de legislação sobre o SEE (Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pelo artigo 20.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pelo artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), sobre os gestores públicos e outros diplomas legais e atos administrativos que estabelecem regras, recomendações e decisões de natureza fiscal ou outras, muitas vezes de forma pontual e para um período determinado.

3.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO ACIONISTA

Na sequência da eleição de novo Conselho de Administração, em março de 2021, foram emanadas pelo acionista orientações estratégicas, que presidem a atividade do Grupo SIMAB, desde essa data.

A Deliberação Unânime por Escrito de 23 de março de 2021, com a eleição do Conselho de Administração da Holding SIMAB, SA, solicitava a apresentação de uma proposta de objetivos, indicadores e metas, que constituiria a base dos contratos de gestão a celebrar, também decorrentes do artigo 18º do Estatuto do Gestor Público (DL n.º 71/2007, de 27 de março), sendo os principais de seguida sintetizados:

- a) Desenvolver as ações necessárias de modo a garantir a evolução do modelo de negócio da SIMAB, em termos que:
 1. Garantam o cumprimento de serviço público;
 2. Assegurem a rentabilidade económica e financeira da empresa;
 3. Preservem os valores ao nível de segurança e garantia de saúde pública do mercado abastecedor.
- b) Promover a eficácia e eficiência da SIMAB, com racionalização do seu desenvolvimento de negócio e da sua orgânica, garantindo a contenção de custos operacionais e adequação à dimensão e perfil de negócios.
- c) Promover a consolidação da estrutura financeira da Sociedade, preservando a remuneração do capital acionista.

Conforme solicitado, foi enviado no prazo definido de 45 dias, para ser alvo de concertação, uma proposta de objetivos, indicadores e metas, com vista à celebração do referido contrato de gestão.

No seguimento dos posteriores contatos, contributos e reuniões de trabalho, foi reenviado o documento revisto. Não havendo da parte da Acionista decisão sobre o mesmo, não foi possível de ser vertida neste documento, tal proposta relativa ao Contrato de Gestão, salientando-se, contudo, a existência e o prosseguimento de um Plano Estratégico

Pelo acima exposto, não existiram, em 2025, objetivos em vigor ao abrigo de Contratos de Gestão, para o atual Conselho de Administração nomeado em Assembleia Geral na empresa mãe SIMAB, SA e, por inerência, na MARB, SA, pelo que a empresa tem vindo a monitorizar os objetivos e indicadores quantitativos, tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento, aprovado pelas tutelas.

3.4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conforme referido anteriormente, foi elaborado um novo documento de definição estratégica do Grupo SIMAB para o horizonte temporal 2022-2026 (PE 22-26), tendo em vista apontar um novo paradigma de gestão, mais consonante com os tempos desafiantes que se vive na atualidade, recentrando o foco do Grupo naquilo que é o seu papel de garantia das condições logísticas de abastecimento de produtos alimentares e não alimentares no território nacional.

Neste enquadramento e alinhadas com as orientações estratégicas do acionista foram estabelecidos cinco objetivos estratégicos que, pretende-se, garantirão a sustentabilidade da atividade da empresa e a criação de valor a longo prazo:

1 | CRESCER & DIVERSIFICAR NA OFERTA

[Desenvolver sustentadamente a missão pública com foco no mercado nacional]

A integração no setor empresarial do Estado impõe ao grupo SIMAB uma responsabilidade acrescida para garantir a total observância da sua missão pública, em estreito alinhamento com as prioridades de política pública do país. No contexto atual em que Portugal se encontra devido aos grandes desafios internos provocados pela crise pandémica que assola o mundo, a prioridade de atuação do grupo terá como foco o mercado nacional, procurando em todos os momentos corresponder às necessidades internas, de forma a contribuir para a resiliência de Portugal. A melhoria e alargamento dos serviços internos de apoio aos mercados abastecedores e externos e de apoio aos mercados municipais são fundamentais para garantir a qualidade de serviço, atratividade dos mercados e acrescentar valor aos seus clientes.

2 | MODERNIZAR ATIVOS

[Fortalecer infraestruturas operacionais e tecnológicas]

A capacidade do grupo SIMAB - promover a prestação da sua exigente missão pública - está dependente da boa operacionalidade das suas infraestruturas. Garantir estruturas modernas, funcionais e seguras é condição obrigatória para acompanhar o nível de exigência e expectativa dos operadores e restantes *stakeholders* dos mercados. Por outro lado, permite ainda assegurar as elevadas taxas de ocupação dos espaços, garantir a segurança dos seus utilizadores e melhorar a eficiência na gestão dos ativos. O contexto da crise pandémica veio reforçar a importância da resiliência das infraestruturas para minimizar efeitos negativos no funcionamento dos mercados e na prestação do seu serviço à sociedade. Os próximos anos serão marcados pelo aceleração da transição digital em todos os setores de atividade, pelo que o grupo SIMAB terá de corresponder aos desafios deste contexto, nomeadamente assegurando que a infraestrutura tecnológica acompanhe todos os requisitos impostos pelos seus clientes e *stakeholders*.

3 | REFORÇAR A EFICIÊNCIA & PROCESSOS

[Acelerar sustentabilidade económica e financeira e operar transição digital interna]

A melhoria da sustentabilidade económica e financeira é condição obrigatória e essencial em qualquer contexto empresarial, pelo que constituirá uma prioridade que terá de ser ainda mais reforçada nos próximos anos face aos potenciais efeitos económicos ainda incertos que poderão surgir devido ao contexto da guerra. Por outro lado, o ambiente imprevisível, desconhecido e complexo que caracteriza atualmente o ambiente de negócios, obriga a que o grupo SIMAB consiga desenvolver agilidade estrutural de forma a corresponder com níveis de prontidão superiores a todas as exigências com que será confrontado no cumprimento da sua missão. Neste contexto, é fundamental investir na resiliência do seu modelo organizacional e funcional.

4 | REFORÇAR A ATUAÇÃO DOS RH

[Dinamizar competências com impacto na capacidade operacional para minimizar carências de RH]

O grupo SIMAB continua a atuar num contexto marcado pela forte escassez de recursos humanos, por um lado, e, por outro lado, o elevado grau de relevância e impacto da sua missão pública para a economia à escala nacional. Estamos conscientes da importância, ambição e desafio deste objetivo. Só uma estrutura de RH adequada e capacitada poderá enfrentar com responsabilidade os desígnios da sua missão. O alinhamento das equipas com os objetivos estratégicos e estratégias dos próximos anos, o reforço de uma gestão orientada para resultados ambiciosos e o desenvolvimento de uma cultura proativa e de elevada prontidão assumirão um papel ainda mais importante no contexto atual.

5 | CONTRIBUIR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

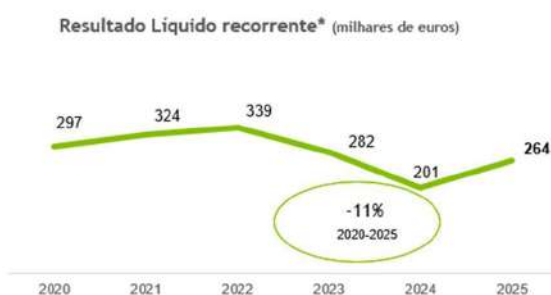
[Adicionar valor às políticas públicas através da articulação de *stakeholders* & meios]

No contexto desafiante que irá marcar a nossa sociedade e o ambiente empresarial nos próximos anos, as políticas públicas necessitam de estar apoiadas numa abordagem colaborativa e proativa por parte de todos os seus *stakeholders*. Assegurar uma relação próxima, construtiva e estratégica com *stakeholders*-chave, será crucial para alavancar o impacto do valor acrescentado das políticas públicas. O cumprimento da missão pública do grupo SIMAB não se pode esgotar apenas na boa gestão do funcionamento dos mercados, pelo que o grupo pretende assumir uma postura ativa e dinamizadora nas suas obrigações em matérias de responsabilidade social e ambiental, requeridas numa política de elevado compromisso com o desenvolvimento sustentável em todas as suas vertentes.

4. PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES OPERACIONAIS				
2002 23 anos em funcionamento	23,6 M€	10 ha	57	99,1%
Data de início atividade	Investimento bruto até à data	Área total	Operadores	Taxa Ocupação

INDICADORES FINANCEIROS				
780 m€	1.153 m€	5,3%	64,7%	48%
EBITDA	Volume de Negócios	Rendibilidade dos Capitais Próprios	Margem EBITDA	Rácio de Endividamento



* Expurgado do impacto de teste de imparidade de ativos fixos e revalorização de propriedades de investimento

5. ATIVIDADE DA EMPRESA

5.1. PARCERIAS INSTITUCIONAIS, PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO E VISITAS TÉCNICAS

PARCERIA COM INVESTBRAGA, EM – A InvestBraga é a Agência para a Dinamização Económica de Braga, atuando como braço económico do Município. Tem como missão promover o desenvolvimento económico da região, colocando Braga no mapa do investimento, do empreendedorismo e da inovação. Através da atração de investimento e de empreendedores, e com a Inovação como fio condutor, aposta na credibilização do Município enquanto parceiro de negócio junto de investidores nacionais e internacionais.

Considerando a SIMAB, SA, muito particularmente a sua participada na região (MARB, SA), bem como a InvestBraga, que existem benefícios mútuos em atuar conjuntamente no sentido de promoverem as suas atividades, estas entidades celebraram, em março de 2018, um protocolo de parceria que define as linhas de atuação que possibilitam a ambas o reforço do seu posicionamento e a captação de novos clientes.

De entre os compromissos assumidos, destaca-se a promoção dos espaços comerciais pertencentes a cada uma das Entidades, bem como a participação do Grupo SIMAB, em particular do MARB, na “Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação” (“Agro”), organizada anualmente pela InvestBraga, com espaços de exposição para promoção da “holding” SIMAB e das suas participadas e/ou empresas instaladas nos Mercados Abastecedores. De igual modo, este protocolo prevê a divulgação do evento nos diversos meios de comunicação de ambas as partes, bem como a visita gratuita à “Agro” por parte de todos os utentes dos Mercados Abastecedores.

A 57.ª AGRO realizou-se de 3 a 6 de abril 2025, tendo a MARB ocupado 2 módulos de stand onde se aproveitou para efetuar a promoção do Mercado Abastecedor, dos seus operadores e produtos transacionados, com especial relevância para o sector alimentar e muito particularmente o das frutas e legumes, junto do seu público-alvo, primário e secundário, nomeadamente grossistas e retalhistas de hortofrutícolas, mas também da população em geral. Estiveram também representadas no stand as várias empresas de logística e distribuição que exercem atividade no MARB em setores tão diversos como o da Panificação e Bolaria, Carnes e Charcutaria, Pescado até aos transportes e à moderna logística. Refira-se a participação especial no stand do operador Frescas Surpresas, Lda., da área da logística e produtos de padaria e pastelaria, que, em colaboração com a MARB, ajudou de um modo mais direto a dinamizar o stand, suportando também despesas relacionadas com o transporte de equipamentos e materiais e animação do stand.

Nesta edição da AGRO foram aprofundadas as novidades introduzidas na participação transata e que se diferenciaram bastante face a participações de anos anteriores, quer na transferência para o recinto da Feira de eventos que já estavam agendados para essa semana no MARB, quer através do aprofundamento de parcerias existentes. De destacar que, no âmbito da ainda recente parceria “BRAGA VERDE” – Uma Parceria pela Educação e Abastecimento Regional, que junta a MARB, a Quinta Pedagógica de Braga, o Mercado Municipal de Braga e a ATAHCA, foi realizada uma sessão de *showcooking* conjunta que juntou um Chef a confeccionar uma receita com produtos alimentares tradicionais, extraída da “Carta para a Alimentação Saudável da Quinta Pedagógica de Braga”, servindo de mote para uma conversa sobre os benefícios de consumo de hortofrutícolas e leguminosas, a produção e o comércio grossista e retalhista, a qual teve ampla repercussão nos Órgãos de Comunicação Regionais. A receita escolhida foi “*maçã-assada com leite-creme e canela*”, com a utilização de uma variedade regional, a “maçã porta da loja”, tendo esta oportunidade sido aproveitada para promover este importante produto regional, as suas tradições e qualidades físicas e de conservação, bem como as propriedades organolépticas e nutricionais. Foi também realizada no recinto da AGRO uma sessão do PROGRAMA 5 AO DIA, para além da participação do MARB nas diversas sessões de *showcooking* protagonizadas por chefs oriundos de escolas da área de hotelaria, que, em conjunto, naturalmente geraram uma maior projeção e visibilidade, porquanto a imagem e logotipo do

MARB constava do Programa do Evento e foi exibida em diversos locais do recinto, para além do próprio stand do MARB, permitindo, em simultâneo, a possibilidade de aproveitamento das contrapartidas oferecidas pela INVESTBRAGA, sobretudo, no que se refere a uma presença gratuita e massiva na TV AGRO, o principal órgão de comunicação do evento, com inúmeras passagens do spot do MARB.

Nesse sentido, foi efetuado pela MARB um importante esforço de comunicação junto de todos os utentes deste Mercado Abastecedor, com recurso aos mais diversos meios de comunicação físicos e on-line, como sejam circulares, posters, site, sms e redes sociais. O protocolo de parceria existente com a INVESTBRAGA permitiu que cerca de 700 convidados pela MARB pudessem aceder gratuitamente ao evento.

PROGRAMA “PORTUGAL SOU EU” – A MARB, SA foi abrangida pelo protocolo de colaboração em tempo estabelecido entre a “holding” SIMAB, SA e o Órgão Operacional “Portugal Sou Eu”, coordenado pelo IAPMEI. Este programa prevê, no essencial, a adesão das empresas do Grupo SIMAB ao “Portugal Sou Eu”, e a instalação de postos de informação/atendimento do Programa em todos os seus Mercados Abastecedores, bem como a promoção das iniciativas a desenvolver no quadro deste programa de apoio à economia de base nacional.



Por proposta do Conselho de Administração da SIMAB, SA e com o objetivo de contribuir para o alargamento da iniciativa, relevante para a economia do país, foi consagrada a obrigação das diversas empresas do Grupo SIMAB promoverem o “Portugal Sou Eu” em cooperação com a sua

rede de parcerias, procurando assim envolver outras entidades cujos contributos podem ser importantes para o seu sucesso.

O Programa – como referido – pretende a dinamização e valorização da oferta nacional com assinalável incorporação de valor acrescentado e a promoção do consumo informado por parte dos consumidores, através de uma marca ativa e identitária da produção nacional.

Tirando partido da infraestrutura, humana e material, prevê igualmente a participação seletiva em feiras e outros certames em que o contributo do conceito “Portugal Sou Eu” se revele interessante no âmbito mais geral do desenvolvimento das economias locais.

Nas situações descritas, a atividade das empresas do Grupo SIMAB e da sua rede de parcerias foi, nos termos protocolados, realizada sob sua responsabilidade direta, sempre em estreita articulação e cooperação com o órgão de gestão do Programa e com a sua aprovação.

Por altura da comemoração dos 15 anos de funcionamento do MARB, a 26 de junho de 2017 procedeu-se à abertura de um Balcão Atendimento do “Portugal Sou Eu”, tendo-se, desde então, procedido à divulgação do programa junto de operadores, clientes e prestadores de serviço.

Neste sentido, o Grupo SIMAB e os seus Mercados Abastecedores, entre os quais, o MARB, unem forças com o Programa “Portugal Sou Eu” para dinamizar e valorizar a oferta de produtos e serviços nacionais nos mercados grossistas e retalhistas. Ao promover esta marca ativa e identitária de Portugal, reafirma-se o compromisso em apoiar a produção com valor acrescentado nacional e em incentivar um consumo informado e responsável.

No ano de 2024, procedeu-se à renovação bianual do selo “Portugal Sou Eu” para todo o Grupo SIMAB, incluindo a MARB, o qual se manteve em todo o ano de 2025.



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELEIRÓS – O MARB integra deste 2013 o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Celeirós, em representação da comunidade local. Trata-se de um

órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade das escolas que o integram, assegurando a participação e representação da comunidade educativa (pais, professores, pessoal não docente, autarcas, e ainda representantes da comunidade local, relacionados com atividades de carácter económico, social, cultural e científico), cujas competências estão previstas no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei 137/2012, de 2 de Julho).



Agrupamento de Escolas de Celeirós

De entre as mais importantes, destaca-se a aprovação do Projeto Educativo do Agrupamento, do seu Regulamento Interno, e dos Planos Anuais e Plurianuais de Atividades, bem como o acompanhamento e avaliação da sua execução, para além da promoção do relacionamento do Agrupamento com a Comunidade Educativa.

No ano de 2019, foi celebrado um Protocolo de Parceria, o qual tem por objeto o desenvolvimento de atividades de integração na comunidade, pelos alunos do Agrupamento de Escolas de Celeirós, no âmbito do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, regulado pela Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, no previsto no seu artigo 27.º, articulado com o artigo 28.º do RI, sendo que, ao abrigo do corrente protocolo, a MARB passou a implementar atividades de ocupação dos alunos, nas suas instalações, definindo a atividade a desenvolver por cada aluno que recebe, de âmbito de manutenção ou de índole administrativo, de acordo com o desenvolvimento dos objetivos identificados e necessidade existentes, e no período que ficar definido no âmbito da aplicação da medida disciplinar Corretiva, prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 26.º da supra citada Lei. Em 2021, e a convite do Agrupamento de Escolas de Celeirós, a MARB, S.A. viu reforçada essa confiança, voltando a integrar o seu Conselho Geral para um novo mandato de 4 anos (2021-2025).

Na continuidade desta parceria, e à semelhança de anos anteriores, foi solicitado formalmente pela Diretora do Agrupamento de Escolas de Celeirós, através de e-mail de 22 de novembro de 2024, o contributo da MARB para a aquisição dos prémios de Mérito, Excelência e Valor, relativos ao ano letivo 2023/2024, que foram distribuídos a quase duas centenas de alunos do 2.º e 3.º ciclos do Agrupamento de Escolas de Celeirós, numa cerimónia que aconteceu a 14 de março de 2025, no FORUM BRAGA, e que e que juntou toda a comunidade escolar, autarquia, juntas de freguesia e diversas instituições públicas e privadas, tendo a MARB participado financeiramente a aquisição destes prémios.



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE BRAGA – Desde o ano de 2017, a MARB, SA passou a integrar a Associação Empresarial de Braga (AEB), facto que tem permitido o acesso a formação, informação e apoio técnico e jurídico disponibilizado por esta entidade aos seus associados.



**CÂMARA DE COMÉRCIO
E INDÚSTRIA DE BRAGA**
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE BRAGA

VISITAS TÉCNICAS DE FORMANDOS – Ao longo de 2025 foram recebidas algumas visitas técnicas por parte de formandos das áreas do Comércio, Logística e Agricultura, oriundos de diversas instituições de ensino ou entidades socioprofissionais, que visitaram os diversos operadores/empresas da MARB inteirando-se do seu modo de funcionamento e das especificidades técnicas de cada setor de atividade.

VISITA TÉCNICA DE DELEGAÇÃO DE MARROCOS –

No dia 16 de julho de 2025, o MARB recebeu uma delegação de empresários marroquinos do setor agroalimentar, no âmbito de visitas técnicas promovidas pela Associação Empresarial do Minho que tiveram como objetivo conhecer a dinâmica e organização deste Mercado Abastecedor e promover ligações e contactos comerciais com os operadores/empresas instaladas no MARB.



VISITA DA BASTONÁRIA DA ORDEM DOS NUTRICIONISTAS –

No passado dia 14 de abril de 2025, o MARB recebeu a nova Bastonária da Ordem dos Nutricionistas, Liliana Sousa, numa visita ao Mercado Abastecedor e, muito em particular, ao espaço onde decorre o Programa 5 ao dia, projeto de responsabilidade do Grupo SIMAB. A Bastonária demonstrou grande interesse e entusiasmo pelas atividades educativas desenvolvidas, destacando a sua consistência ao longo dos 15 anos em que decorre, classificando-o como um “excelente exemplo” de promoção de hábitos alimentares saudáveis e de saúde.



UNIÃO MUNDIAL DE MERCADOS GROSSISTAS (WUWM) -

No seguimento da estratégia global definida para o Grupo SIMAB, a MARB, tal como as restantes empresas do Grupo SIMAB, integra a União Mundial de Mercados Grossistas (WUWM – Word Union of Wholesale Markets). A WUWM promove a importância decisiva dos mercados para o desenvolvimento e resiliência dos sistemas alimentares globais e locais. Ao longo de 2025 foram desenvolvidas diversas iniciativas, projetos, estatísticas, protocolos e demais atividades.



MOVIMENTO “UNIDOS CONTRA O DESPERDÍCIO ALIMENTAR” (UCDA)

- No seguimento da ação de lançamento da iniciativa “Gosto do Meu Mercado”, realizada no dia 13 de maio de 2022 no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL), onde foi hasteada a bandeira do “Banco Alimentar” e do Movimento “Unidos Contra o Desperdício Alimentar” (UCDA), todos os Mercados Abastecedores que constituem o Grupo SIMAB, entre os quais o MARB, aderiram ao Movimento UCDA. Trata-se de um movimento cívico e nacional, congregador e agregador, que une a sociedade num combate ativo e positivo ao desperdício alimentar, reforçando a importância individual e coletiva nessa luta. Com o objetivo de facilitar o aproveitamento de excedentes, tornando habitual a luta contra o desperdício alimentar, pretende também incentivar e facilitar a doação das sobras, bem como promover um consumo responsável. Refira-se, por fim, que o Movimento UCDA foi fundado por várias entidades, congregadas pela Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, sendo um



movimento que une e congrega empresas e instituições, públicas e privadas, em torno do objetivo único de lutar contra o desperdício alimentar, contando com o Alto Patrocínio do Presidente da República e com o apoio do Secretário-Geral da ONU.

PARCERIA “BRAGA VERDE” – No final de 2023 e no seguimento de diversos contactos e colaborações que foram sendo feitas, surgiu a ideia de juntar em algumas ações a realizar ao longo do ano de 2024 e anos seguintes, a “Quinta Pedagógica de Braga”, o “Mercado Municipal de Braga” e, naturalmente, o MARB. Sob o lema “Braga Verde – Uma Parceria pela Educação e Abastecimento Regional”, foi desenvolvida uma imagem comum para utilização nas diversas ações agendadas e a agendar, e que pretendeu dar corpo a esta iniciativa e sistematizar os objetivos e área de intervenção comuns. Trata-se de entidades em que, de modo mais ou menos direto, o Município de Braga está presente (no caso do MARB enquanto acionista juntamente com a SIMAB), posicionando-se também a diferentes níveis da fileira agroalimentar, isto é, Quinta Pedagógica (Produção) – MARB (Comércio Grossista e Distribuição) – Mercado Municipal de Braga (comércio retalhista). A estas instituições juntou-se também a Associação 5 ao dia, responsável pelo projeto de responsabilidade social do Grupo SIMAB, o PROGRAMA 5 AO DIA que promove, junto de crianças em idade escolar, estilos de vida e hábitos de alimentação saudável, através de consumo de, pelo menos, 5 porções de frutas e legumes, e também a ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, uma entidade com trabalho bastante relevante na região ao nível do desenvolvimento agrícola local e que desenvolveu o projeto “Cávado...com sabor”, em conjunto com a CIM CÁVADO, a DRAPNORTE e o INIAV, promovendo a alimentação equilibrada e sustentável, a redução do desperdício alimentar e os benefícios da Dieta Mediterrânica. A BRAGA VERDE é, deste modo, uma parceria aberta, inclusiva e agregadora, que integra parceiros que atuam em diferentes níveis da fileira agroalimentar, desde a produção agrícola às estruturas de comércio grossista e retalhista, que, deste modo, juntam o seu “know-how” e “mais-valias”, pelo objetivo comum de desenvolvimento e realização de várias ações nos domínios da “Educação Ambiental e Sustentabilidade”, “Inovação e Desenvolvimento”, “Partilha de Boas-Práticas”, “Qualidade e Segurança Alimentar”, “Responsabilidade Social”, “Promoção de Produtos Regionais” e realização de “Showcookings”. Neste sentido, no ano de 2025, a parceria “BRAGA VERDE” organizou no dia 5 de abril de 2025, no âmbito da 57.ª AGRO - Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação, um showcooking com a receita “maçã-assada com leite-creme e canela”, extraída da “Carta para Alimentação Saudável da Quinta Pedagógica de Braga”, da autoria do Chef Fábio Bernardino, na qual foi promovida a “maçã porta da loja”, uma variedade regional, tendo sido realçada a sua tipicidade, qualidades físicas e de conservação, bem como as propriedades organoléticas e nutricionais. A apresentação desta receita



serviu ainda de mote para uma conversa com os representantes das entidades parceiras sobre os benefícios do consumo de hortofrutícolas e leguminosas locais e sazonais e uso de ingredientes saudáveis e sustentáveis, bem como sobre a sua produção e o comércio grossista e retalhista destes produtos. No âmbito desta parceria foram ainda realizadas outras ações em 2025 com destaque para a realização na Quinta Pedagógica de sessões temáticas do programa 5 ao dia na programação de férias da Quinta Pedagógica de Braga.

5.2. ÁREA COMERCIAL

OCUPAÇÃO COMERCIAL – A 31 de dezembro de 2025, exerciam atividade no MARB 57 operadores/empresas, que mantinham ocupada 99,3% da área comercial disponível nas suas quatro edificações: Pavilhão Industrial C2; Pavilhão de Grandes e Médios Grossistas; Pavilhão de Entrepósitos e Pavilhão Misto.

Taxas Ocupação

Pavilhão	Nº Espaços em 31/12/2025			Taxa de Ocupação (%)	
	Existentes	Ocupados	Disponíveis	2025	2024
Pavilhão GMG	52	52	0	100%	100%
Boxes	36	36	0	100%	100%
Escritórios	9	9	0	100%	100%
Lojas	4	4	0	100%	100%
Zona Técnica	2	2	0	100%	100%
Snack-Armazém	1	1	0	100%	100%
Pavilhão Misto	36	23	13	64%	69%
Espaços (Produtores)	28	15	13	54%	43%
Snack-Bar	1	1	0	100%	100%
Entrepósitos	7	7	0	100%	100%
Pavilhão de Entrepósitos	15	15	0	100%	100%
Entrepósitos	15	15	0	100%	100%
Pavilhão Industrial (ET. LOG.)	1	1	0	100%	100%

No Pavilhão de Grandes e Médios Grossistas (PGMG), as boxes, as lojas, os escritórios e as zonas técnicas apresentaram uma taxa de ocupação de 100%, em linha com a taxa de ocupação registada em 2024. Refira-se que, no caso dos escritórios, a 30 de setembro de 2025 ocorreu um Acordo de Rescisão de Contrato com o operador/empresa que utilizava o escritório 03EC05, o qual foi, no entanto, imediatamente ocupado por um novo operador/empresa, sem perda de receita e com atualização da taxa de utilização aplicada.

No Pavilhão Misto, e no que diz respeito a Entrepósitos, manteve-se, durante todo o ano de 2025, uma taxa de ocupação de 100%.

Nos Espaços Vedados de 13 m², a taxa de ocupação foi de 100%. No que respeita aos espaços de 8 m² e em dois de 5,5 m², os mesmos apresentaram as naturais oscilações de ocupação decorrente da sazonalidade da atividade de alguns dos operadores que tradicionalmente os ocupam.

O Pavilhão de Entrepósitos manteve a ocupação de 100%, à semelhança do ano anterior, ou seja, os 15 módulos existentes encontravam-se ocupados a 31 de dezembro de 2025.

O Pavilhão Industrial C.2 manteve-se em plena ocupação (100%) ao longo de 2025.

Posto de Abastecimento de Gasóleo - Em 2025 manteve-se em vigor o Contrato de Utilização de Espaço – Posto de Abastecimento de Gasóleo para Venda ao Público, celebrado a 13 de dezembro de 2021 e a vigorar desde 1 de janeiro de 2022, cujas condições económico-financeiras passaram a ser mais vantajosas para a MARB, SA do que aquele que existia (outubro de 2008).

OUTRAS ATIVIDADES DE CARÁCTER COMERCIAL

Mediação Imobiliária – Com a intenção de promover a concessão de lojas, escritórios e entrepostos do MARB, foram mantidos contactos com empresas de mediação imobiliária e intensificada a presença da MARB, SA em múltiplas plataformas digitais de mediação imobiliária.

Contactos com potenciais operadores – Ao longo do ano de 2025, foram estabelecidos contactos com operadores/empresas instaladas em mercados grossistas [exemplos: Famalicão (MAF), Barcelos (Mercominho), Guimarães, Fafe, etc.] e de mercados abastecedores nacionais (exemplos: Porto, Lisboa e Coimbra) e internacionais.

Destaque para os contactos desenvolvidos com os designados “clientes de rede” dos Mercados Abastecedores que integram o Grupo SIMAB.

Neste contexto, foram também realizadas visitas periódicas de verificação e identificação das empresas instaladas em diversas zonas industriais e parques empresariais, com especial incidência nas da Região Norte de Portugal.

Foram ainda efetuados contactos comerciais com empresas cujo âmbito é compatível com as atividades desenvolvidas no MARB.

Exposição de veículos e equipamentos – No início do ano de 2025, a exemplo dos anos anteriores, o MARB manteve diversos contatos com empresas do ramo para a realização, no Mercado, de exposições de veículos de mercadorias de diferentes marcas e de equipamentos de logística, nomeadamente empilhadores, plataformas elevatórias e porta-paletes.

Estas iniciativas, para além de potenciarem a atratividade e animação do Mercado, pelas atividades de “marketing” e “merchandising” associadas, permitem dar a conhecer aos operadores e clientes novos produtos e soluções operacionais e tecnológicas para o setor dos transportes e da logística alimentar.

Além das ações referidas, registaram-se os normais processos de movimentação e evolução de operadores dentro do próprio Mercado, consubstanciadas em processos de cedência de posição contratual, rescisões contratuais e celebração de novos contratos.

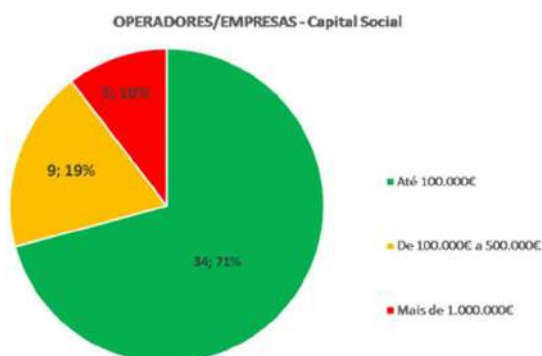
CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS/OPERADORES

Em novembro de 2025, foi realizado um levantamento de dados de caracterização dos atuais operadores/empresas instaladas no MARB, cujos resultados se sintetizam nos gráficos seguintes.

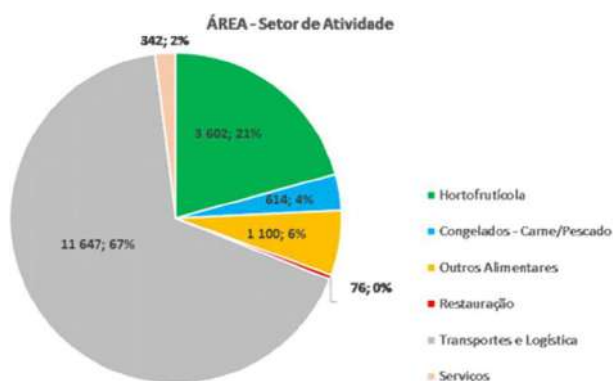
Deste modo, e no que se refere à **natureza jurídica** dos operadores/empresas instaladas no MARB, constata-se que 73% são “Sociedades por Quotas”, havendo apenas 17% constituídos em “Nome Individual”.



Tal situação demonstra uma evolução positiva no nível da organização dessas empresas, sabendo-se que, muitas delas, sobretudo as do setor hortofrutícola, têm uma génese familiar e de empresários em nome individual, a partir pequenas e médias explorações agrícolas, tendo o MARB tido um papel decisivo na profissionalização da atividade e no crescimento, modernização e empresarialização desses negócios, dando origem a empresas modernas, organizadas, dinâmicas e criadoras de postos de trabalho, que, embora em muitos casos mantendo o seu cariz familiar, desenvolveram exponencialmente os seus negócios.



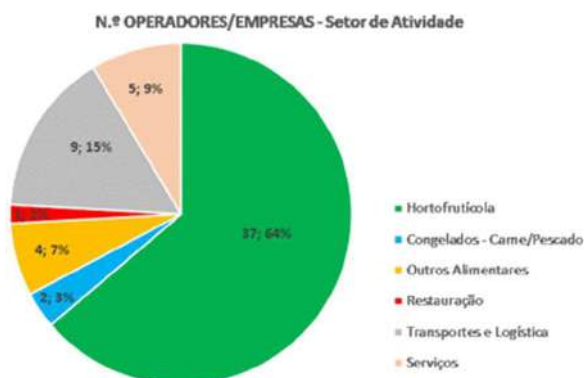
Ainda assim, a maioria são pequenas e médias empresas com **capital social** inferior 100 mil euros (71%). Apenas 10% dos operadores/empresas instaladas no MARB possuem capital social superior a 1 milhão de euros.



No que se refere aos **setores de atividade** presentes, constata-se que a maioria, isto é, 64% do número total de operadores/empresas instaladas no MARB são grossistas de hortofrutícolas. Em número de operadores/empresas, seguem-se os setores de transportes e

logística (15%), de serviços (9%) e de outros produtos alimentares (7%).

Constata-se, por isso, que o MARB continua a ser um centro de distribuição e logística de base alimentar, com uma forte presença do comércio grossista de produtos hortofrutícolas, que esteve na génese da sua construção (antes ECAN/MARN) a partir de um mercado a céu aberto – “Rodovia”, mas também de distribuição e logística de outros produtos alimentares, tais como, produtos de mercearia e congelados de padaria, pescado, carne, entre outros.



Mais de 75% dos operadores/empresas presentes no MARB são da área alimentar.

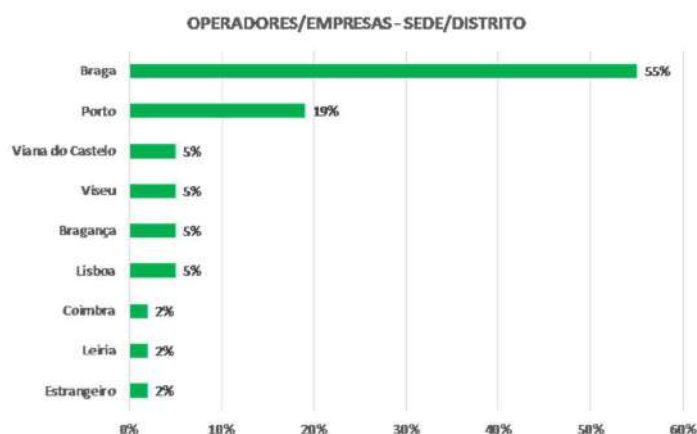
No entanto, a localização muito privilegiada do MARB, associada a ótimas acessibilidades e à qualidade das suas infraestruturas, tem permitido o alargamento e enriquecimento e da sua oferta em produtos e serviços, sobretudo pela captação de algumas das mais importantes empresas nacionais no setor dos transportes e logística.

Deste modo, e não obstante o número de operadores/empresas instaladas no MARB e pertencentes ao sector dos transportes e logística representar apenas 15% do total, constata-se que os mesmos ocupam 67% do total da área comercial disponível.

Em sentido inverso, está o sector hortofrutícola cujo número de operadores/empresas que se dedica a esta atividade é de 67%, mas que ocupam 21% da área comercial disponível.

Em todo o caso, constata-se a existência de um mix-comercial diverso e inclusivo, com tipologias de espaços comerciais diversificados e adaptados às exigências técnicas, estruturais, operacionais, funcionais e comerciais dos diversos operadores/empresas presentes de vários setores de atividade, num esforço de ocupação plena perene e de rentabilização dos espaços comerciais, nas suas diferentes dimensões, desde os formatos comerciais mais pequenos destinados aos produtores e grossistas de hortofrutícolas, até aos de média ou grandes dimensões ocupados pelas empresas de logística alimentar e não alimentar, como estratégia para o aumento da atratividade do recinto no seu todo.

No que respeita ao **local de origem/sede** dos operadores/empresas instalados no MARB, designadamente quanto ao **distrito de origem**, constata-se que 55% dos operadores/empresas têm sede no Distrito de Braga. Seguem-se os com sede nos distritos do Porto (19%), Viana do Castelo (5%), Viseu (5%), Bragança (5%) e Lisboa (5%).

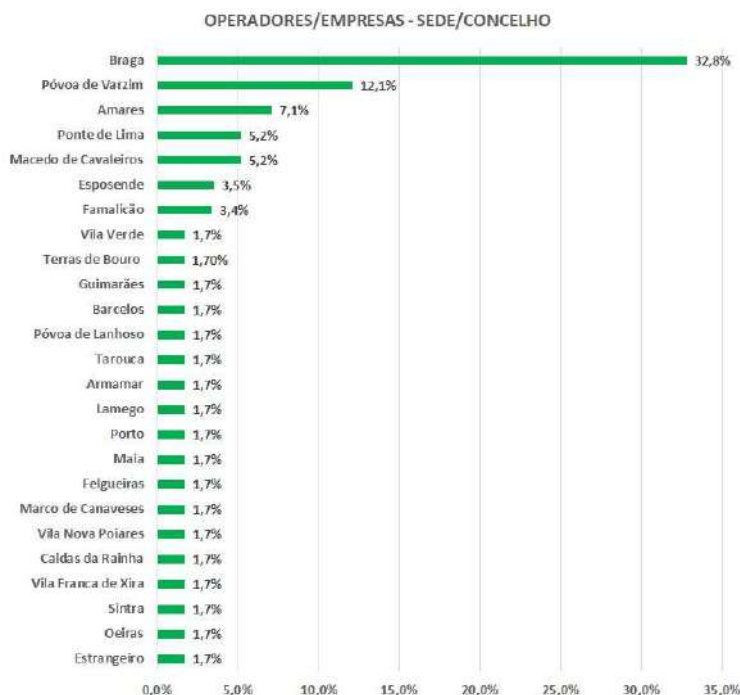


Regista-se, por isso, que a área de influência primária do MARB quanto à proveniência dos operadores/empresas aqui instaladas é, sobretudo a região Norte (NUT II), e, muito particularmente, as sub-regiões Cávado, Ave e Minho-Lima (NUT III).

Complementarmente, registam-se também proveniências de outras sub-regiões, sobretudo no setor hortofrutícola e relacionadas com as zonas de origem de algumas produções agrícolas específicas. São exemplos disso, o caso da sub-região do Douro, proveniência dos operadores/empresas produtoras e comercializadoras de maçã e uva; o caso da sub-região de Alto de Trás-os-Montes, origem dos operadores/empresas produtores e comercializadores de castanha, cereja e frutos secos (nozes e amêndoas); bem como a sub-região do Grande Porto, sobretudo, na zona abrangida pela cintura verde – Estufas de Hortícolas do eixo que começa em Esposende (Distrito de Braga) e segue até Póvoa de Varzim e Vila do Conde (Distrito do Porto), proveniência de operadores/empresas produtores e comercializadores de hortícolas.

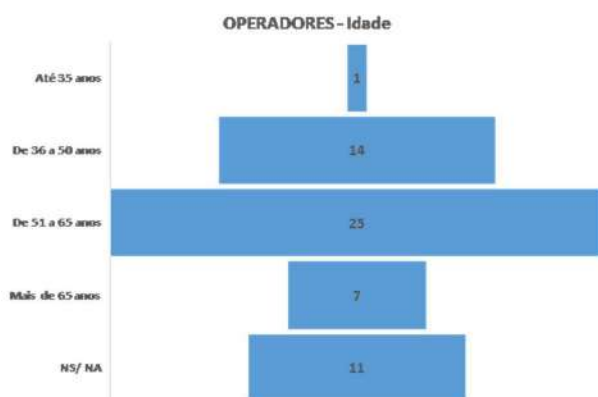
Em termos de **concelho de proveniência**, regista-se que 33% dos Operadores/Empresas instalados no MARB têm sede no concelho de Braga. Seguem-se os concelhos da Póvoa de Varzim (12,1%), Amares (7,1%), Ponte de Lima (5,2%), Macedo de Cavaleiros (5,2%), Esposende (3,5%) e Famalicão (3,4%).

Efetivamente, e não obstante a área de influência do MARB ser bastante alargada, destaca-se a forte componente regional e, sobretudo, de ligação ao concelho de Braga, com muitos dos operadores/empresas instaladas a terem a sua sede na localidade onde o MARB está implantado (alguns têm como sede o próprio MARB) ou em concelhos vizinhos.



No que se refere à **antiguidade** dos operadores/empresas instaladas e à **idade** dos seus principais Gestores/Responsáveis, constata-se que 43% dos atuais operadores/empresas estão desde o arranque no MARB no ano de 2002, isto é, há mais de 22 anos, ainda que alguns, sob formas jurídicas diferentes das iniciais. Existem mesmo diversos operadores que iniciaram a sua atividade empresarial aquando do arranque do seu funcionamento, tendo o MARB tido um papel importante no fomento do empreendedorismo.

Efetivamente, e decorridos mais de 22 anos do arranque do funcionamento do MARB (antes ECAN/MARN), vários exemplos existem de renovação geracional, constatando-se que à frente dessas empresas e a gerir os respetivos negócios se encontram agora os filhos e, nalguns casos, os netos ou outros familiares, descendentes dos responsáveis iniciais, numa garantia clara de continuidade do negócio e de vitalidade das respetivas empresas.



Aproximadamente 70% dos operadores (ou gestores) atualmente instalados no MARB têm entre 36 e 65 anos. O MARB teve um importante papel no aparecimento desta nova geração de empresários que viu neste Centro de Logística de Distribuição de base alimentar a oportunidade

para empreender e iniciar atividade ou dar continuidade a um negócio de família, usufruindo das condições estruturais, funcionais e comerciais existentes no MARB. Estes novos empresários são, em geral, mais qualificados, tecnológicos e dinâmicos, que em regra acrescentam ao negócio tradicional a presença em múltiplas plataformas, físicas e virtuais, fazendo vendas multicanal.

No caso do setor hortofrutícola, assiste-se também a uma especialização dos operadores/empresas na atividade comercial, com operadores/empresas a optarem por ter pontos de venda grossista em diversos Mercados Abastecedores, muito embora alguns deles mantenham a atividade de produção agrícola e aproveitem para escoar os produtos das suas explorações agrícolas, complementando e diversificando o sortido de produtos que vendem, percebendo que os mesmos lhes conferem vantagem competitiva. Mais recentemente, começam a aparecer casos de operadores/empresas que optam por verticalizar a sua atividade ao nível da fileira, entrando também no comércio de retalho, possuindo lojas organizadas em rede de venda ao consumidor final.

Em suma, o MARB é atualmente um projeto consolidado com uma ocupação plena, perene e diversificada quanto aos setores de atividade presentes, exercidos maioritariamente por pequenas e médias empresas do ramo alimentar, com grande predominância dos grossistas de hortofrutícolas, muito embora o setor da logística e dos transportes ocupe as tipologias comerciais com maiores áreas – entrepostos e armazéns.

As excelentes condições estruturais e funcionais das suas instalações bem como a localização, acessos privilegiados e serviço 24h, constituem o ADN do MARB enquanto empresa pública que aposta na capacitação, eficiência e competitividade do seu negócio, na modernização e sustentabilidade ambiental e económica das suas funções, na qualidade dos seus colaboradores e instalações acompanhando as mais recentes evoluções a nível europeu em Centros Logísticos similares, constituindo-se, deste modo, e pela forte ligação regional e ao concelho onde está implantado, como polo de excelência decisivo para o ordenamento urbano, logístico e empresarial da região.

5.3. MARKETING INSTITUCIONAL

As ações de marketing institucional associadas ao funcionamento diário do MARB – centradas na informação, divulgação e promoção do Mercado Abastecedor, seus operadores e clientes – têm como objetivos principais: (i) aproximar a relação da MARB, S.A. com seus clientes e outros *stakeholders*; (ii) reforçar a atividade comercial, socioeconómica e ambiental da empresa; e, (iii) aumentar a notoriedade e a boa imagem (*goodwill*) do MARB, consolidando-o como um equipamento público e uma plataforma de referência na cadeia agroalimentar e no sistema logístico da região, abrangendo a produção, transformação, comercialização e distribuição alimentar e não alimentar.

IMPrensa ESCRITA

Em 2025, no âmbito das comemorações do ‘Dia Mundial da Alimentação’, foi publicada uma peça publicitária sobre o MARB no jornal Correio do Minho.

Esta iniciativa teve como objetivo reforçar a importância do MARB na promoção de uma alimentação saudável, destacando o seu papel na distribuição e comercialização de produtos frescos locais e na sensibilização para hábitos alimentares equilibrados.

Atente-se que sempre que se realiza uma sessão do ‘Programa 5 ao Dia’ no MARB, a MARB, S.A. emite um *press release* que é divulgado, de forma não remunerada, pela imprensa regional, nomeadamente nos jornais Diário do Minho e Correio do Minho.

SÍTIO (SITE)

Em 2025, manteve-se atualizado o novo website do MARB (www.marb.pt), projetado para proporcionar uma experiência de navegação mais intuitiva e acessível aos utilizadores.

Esta modernização seguiu a linha de comunicação digital do Grupo SIMAB, garantindo uma identidade visual e funcional coerente com os restantes Mercados Abastecedores geridos pela SIMAB.

REDES SOCIAIS

Em 2025, para além da divulgação da participação em eventos estratégicos, foram desenvolvidos e publicados conteúdos promocionais sobre o MARB, incluindo inserções alusivas a datas festivas e comemorativas, bem como a partilha de eventos técnicos e documentos de interesse para operadores e parceiros. A comunicação digital integrou ainda notícias e atualizações sobre o Grupo SIMAB e os seus parceiros institucionais, como a União Mundial de Mercados Abastecedores (WUWM), o 'Programa 5 ao Dia' e a iniciativa 'Gosto do Meu Mercado', entre outros.

Em 2025, foi ainda assinalado o 23.º aniversário do MARB, uma data marcante celebrada através das suas plataformas digitais, reforçando a sua trajetória e compromisso com a comunidade e os operadores.

COMUNICAÇÃO DIGITAL COM OS OPERADORES

Em 2025, foi reforçada a comunicação direta com os operadores do MARB, através do envio regular de informações específicas via plataforma mailchimp.

Esta abordagem permitiu a disseminação rápida e eficaz de conteúdos relevantes para atividade quotidiana dos operadores, assegurando que recebessem, em tempo real e diretamente nos seus dispositivos móveis, atualizações sobre temas correntes, iniciativas do Mercado e outras informações de interesse.

23.º ANIVERSÁRIO DO MARB

O MARB celebrou, no dia 25 de junho de 2025, o seu 23.º aniversário, contado desde a data de arranque do seu funcionamento, a 25 de junho de 2002.

Este momento foi especialmente assinalado com diversas publicações na imprensa escrita regional e redes sociais institucionais do Grupo SIMAB, como forma de agradecimento público aos operadores/empresas aqui instaladas, aos compradores, prestadores de serviço, colaboradores e demais utilizadores que diariamente e das mais diversas formas contribuem e são essenciais para o funcionamento deste Mercado Abastecedor



REPORTAGEM SIC - 'DO CAMPO PARA A CIDADE'

No ano de 2025, o canal de televisão SIC realizou uma reportagem especial ao universo dos Mercados Abastecedores do Grupo SIMAB, incluindo o MARB, intitulado – 'Do Campo para a Cidade'.



Esta reportagem pretendeu dar a conhecer ao público em geral o modo de funcionamento destes centros logísticos de base alimentar, as empresas presentes, bem como a importância destas estruturas enquanto motores da cadeia agroalimentar nacional e garantia da soberania alimentar nacional, tratando-se de espaços de encontro entre a oferta e a procura, e de acolhimento de uma multiplicidade de produtos e operadores/empresas de diferentes dimensões e proveniências, com um papel crucial no escoamento e valorização das produções agrícolas nacionais, na regulação dos preços, sendo um contributo decisivo para a qualidade, higiene e segurança alimentar dos produtos.

57ª FEIRA AGROBRAGA

Conforme referido, a MARB, S.A. participa regularmente em eventos estratégicos regionais do setor agroalimentar, reforçando a sua presença e promovendo a sua atividade enquanto principal Mercado Abastecedor do Minho.

Em 2025, a MARB marcou presença na 57ª edição da AGROBRAGA – Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação, que se realizou de 3 a 6 de abril de 2025, tendo ocupado dois módulos de stand para a promoção do Mercado, dos seus operadores e dos produtos transacionados. Com especial destaque para os operadores dos domínios alimentares presentes no Mercado – nomeadamente frutas e legumes –, a MARB aproveitou esta oportunidade para reforçar a sua ligação com os grossistas, os retalhistas, os operadores logísticos e a população em geral.

O stand contou assim com a representação de diversas empresas de produtos agroalimentares, logística e distribuição que operam no MARB, abrangendo setores como os Hortofrutícolas, Panificação e Pastelaria, Carnes e Charcutaria, Transportes e Logística Moderna.

A AGROBRAGA é um evento de referência a nível nacional, promovido pela InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica de Braga, entidade parceira estratégica da MARB, S.A., que tem um papel fundamental na promoção da economia local e no fortalecimento das cadeias de abastecimento agroalimentar.

No âmbito do evento, foi também realizado um showcooking temático promovendo-se a valorização dos produtos regionais e muito especialmente a variedade regional “maçã porta da loja”, tendo sido realçada a sua tipicidade, qualidades físicas e de conservação, bem como as propriedades organolépticas e nutricionais. Esta parceria reúne várias entidades com um objetivo comum: promover hábitos alimentares saudáveis e fortalecer o abastecimento sustentável da região.



A SIMAB, através do MARB, assume um papel essencial nesta parceria ao integrar o programa de responsabilidade social '5 ao Dia', que incentiva estilos de vida saudáveis. O projeto conta ainda com o envolvimento do Município de Braga, através da Quinta Pedagógica de Braga e da Praça - Mercado Municipal de Braga, bem como da Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATHACA), com o seu projeto "Cávado...Com Sabor".

Esta colaboração reforça o compromisso da MARB e dos seus parceiros com a sustentabilidade, educação alimentar e valorização dos produtos regionais, promovendo um impacto positivo direto – crianças e seniores – e indireto – população em geral - em toda a comunidade do Minho.

PROMOÇÃO DOS OPERADORES NA 57ª FEIRA AGROBRAGA

No âmbito da participação da MARB na 57ª edição da AGROBRAGA – Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação, que se realizou de 3 a 6 de abril de 2025, o MARB efetuou a promoção do Mercado, dos seus operadores e dos produtos transacionados, tendo sido dada oportunidade aos operadores para utilização do stand do MARB ou do espaço de showcooking existente no recinto para apresentação das empresas e produtos transacionados. Neste âmbito, a empresa Frescas Surpresas, S.A. realizou no dia 5 de abril de 2026, no espaço de showcooking a apresentação de alguns dos seus novos produtos de padaria e pastelaria, numa sessão de informação e degustação muito dinâmica e participada. Destaque também para as caixas de frutas e legumes oferecidos por múltiplos operadores/empresas grossistas de frutas e legumes para promoção das suas empresas e que também ajudaram à decoração do stand, que incluiu também o fornecimento de peças de merchandising, flyers, folhetos, cartões de contato e brindes.



23.º ANIVERSÁRIO DO MARB

O MARB celebrou no dia 25 de junho de 2025, o seu 23.º aniversário, contado desde a data de arranque do seu funcionamento, a 25 de junho de 2002. Este momento foi especialmente assinalado com diversas publicações na imprensa escrita regional e redes sociais institucionais do Grupo SIMAB, como forma de agradecimento público aos operadores/empresas aqui instaladas, aos compradores, prestadores de serviço, colaboradores e demais utilizadores que diariamente e das mais diversas formas contribuem e são essenciais para o funcionamento deste Mercado Abastecedor



REPORTAGEM SIC – “Do campo para a cidade”



No ano de 2025 o canal de televisão SIC realizou uma reportagem especial ao universo dos Mercados Abastecedores do Grupo SIMAB, incluindo o MARB, intitulado – “Do campo para a cidade”. Esta reportagem pretendeu dar a conhecer ao público em geral o modo de funcionamento destes centros logísticos de base alimentar, as empresas presentes, bem como a importância destas estruturas enquanto motores da cadeia agroalimentar nacional e garantia da soberania alimentar nacional, tratando-se de espaços de encontro entre a oferta e a procura, e de acolhimento de uma multiplicidade de produtos e operadores/empresas de diferentes dimensões e proveniências, com um papel crucial no escoamento e valorização das produções agrícolas nacionais, na regulação dos preços, sendo um contributo decisivo para a qualidade, higiene e segurança alimentar dos produtos.



5.4. ATIVIDADE OPERACIONAL

No desenvolvimento da atividade principal de gestão do MARB, destacam-se, nas principais áreas de atuação, as mais relevantes ações realizadas durante 2025:

MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS – Além das intervenções decorrentes dos contratos anuais de manutenção, foram efetuados diversos investimentos e intervenções de reparação, manutenção e, sempre que necessário, substituição de equipamentos e instalações do Mercado, destacando-se os seguintes:

- Aquisição de Empilhador Elétrico com Retoma do Existente;
- Fornecimento e aplicação de cantoneira para fixação de grelha no sistema de drenagem do pavimento interior do Pavilhão n.º 3;
- Fornecimento e Montagem de Novo Painel de Ventilação e Sensor de Chuva;
- Modernização e Equipamento da Copa Utilizada pelos Colaboradores do MARB;
- Ampliação do Circuito de SADI com Colocação de Novos Detetores no entreposto 04ET01 e 04ET02;
- Levantamento Topográfico da Parcela junto ao Topo Sul do Pav. 5;
- Fornecimento e Montagem de Descarregadores de Tensão;
- Manutenção das Coberturas, Caleiras, Revestimento, Claraboias e Palas do Pavilhão Industrial C.2;
- Manutenção Preventiva de Claraboias e Ventiladores;
- Manutenção e Conservação dos Meios de Proteção Contra Incêndios por Água instalados no Pavilhão Industrial C.2;
- Aquisição de Serviços de Assistência Técnica e Manutenção do SADI;
- Reparação de Portas Seccionais;
- Prestação de serviços de prevenção e controlo de infestações causadas por murídeos;
- Serviços de segurança e vigilância;
- Prestação de serviços de técnico responsável pela exploração das instalações elétricas;
- Manutenção do Sistema CCTV;

- Manutenção Preventiva dos Grupos Geradores;
- Manutenção de Plataforma Elevatórias Elevatórias;
- Manutenção das redes de combate a incêndio, rega, marcos de incêndio e termoacumuladores;
- Revisão anual de meios de primeira intervenção - Extintores e Carretéis;
- Fornecimento e instalação de Blocos Autónomos de Iluminação de Emergência;
- Verificação/inspeção anual da iluminação de emergência;
- Manutenção preventiva anual de equipamentos de ar condicionado;
- Serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes;
- Fornecimento e Instalação de Sinalização de Emergência;
- Revisão e reparação do empilhador antigo do MARB;
- Aquisição de loiças sanitárias;
- Aquisição de Aquecedor a Óleo;
- Fornecimento e Instalação de Estores para Serviços Administrativos;
- Aquisição de Rebarbadora a Bateria.

LIMPEZA – No âmbito do procedimento por Concurso Público, devidamente publicado na II.^a série do Diário da República n.º 195, de 9 de outubro de 2023, anúncio de procedimento n.º 16742/2023, foi celebrado novo contrato para a “Aquisição de serviços de limpeza e remoção de resíduos sólidos no MARB”, vigorando o mesmo desde o dia 1 de janeiro de 2024 e por um período de 2 anos, com a possibilidade de renovação por mais 1 ano, ou seja, de janeiro de 2024 a dezembro de 2027.

DESINFESTAÇÃO – No âmbito de um procedimento por ajuste direto simplificado, com convite a 9 entidades especializadas, foi celebrado um Contrato de “Prestação de Serviços de Prevenção e Controlo de Infestações Causadas por Murídeos no Mercado Abastecedor da Região de Braga”, com empresa especializada, vigorando o mesmo desde o dia 1 de julho de 2025 e por um período de 3 anos.

Em complemento a este serviço, encontram-se colocados insetocaçadores em vários locais do Mercado, designadamente no Pavilhão de Grandes e Médios Grossistas (n.º 3) e no Pavilhão Misto (n.º 5), nos quais são verificadas periodicamente e substituídas as lamelas adesivas, por empresa especializada, para um eficiente funcionamento destes equipamentos. Refira-se que no ano de 2022 foram adquiridos novos insetocaçadores que para além de cumprirem os requisitos legalmente exigidos para as atividades de comércio e indústria, possuem, cumulativamente, uma maior eficiência energética, com recurso a lâmpadas de tecnologia LED de elevada durabilidade e baixo consumo, pois, como se base, são equipamentos que estão ligados 24 horas por dia.

VIGILÂNCIA – No âmbito do procedimento por Concurso Público, devidamente publicado na II.^a série do Diário da República n.º 100, de 23 de maio de 2024, anúncio de procedimento n.º 10334/2024, foi celebrado contrato para a “Aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância” no MARB com empresa especializada, o qual vigora desde o dia 1 de julho de 2024 e por um período máximo de 36 meses, isto é, até 30 de junho de 2027.

Este contrato tem por objeto a prestação do serviço de vigilância nos seguintes termos:

Serviços Permanentes – Todos os dias do ano das 00h00 às 08h00 e todos os sábado e domingos do ano das 18h00 às 24h00;

Serviços Não Permanentes/Banco de Horas – Quando solicitado pelo MARB com recurso ao Banco de Horas existente que inclui 900 horas para os 36 meses de vigência do contrato.

Nesta prestação de serviços estão incluídos todos os dias coincidentes com feriados nacionais, civis e religiosos, feriados municipais, efemérides e especificidades locais.

No que respeita à manutenção preventiva do sistema de “CCTV”, vigora desde 1 de janeiro de 2025 e por um período de 3 anos, o contrato com empresa especializada para a “Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Manutenção do Sistema de Vídeo Vigilância no Mercado Abastecedor da Região de Braga”.

MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES – No âmbito do procedimento do Concurso Público devidamente publicado na IIª série do Diário da República n.º 23 de 1 de fevereiro de 2023, anúncio de procedimento n.º 1417/2023, foi celebrado a 23 de março de 2023 novo Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes, vigorando o mesmo desde o dia 18 de março de 2023 e por um período máximo de 36 meses.

OUTRAS MANUTENÇÕES - Importa realçar neste âmbito a existência de alguns contratos de manutenção, tais como, os celebrados com o responsável pela exploração das instalações elétricas do MARB, empresa responsável pela manutenção do Sistema Automático de Detecção de Incêndio, manutenção preventiva ao Gerador, manutenção preventiva do sistema de CCTV e manutenção de UPAC's e empilhador elétrico. Cumulativamente, existem ainda prestações de serviços ocasionais de manutenção do empilhador, plataforma elevatória, sistema de bombagem das redes de incêndio e rega, meios de primeira intervenção contra incêndios (extintores e carretéis), instalações, equipamentos, entre outros.

5.5. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Em 2025, a área de Sistemas de Informação deu continuidade ao plano que visa alcançar uma gestão eficiente dos equipamentos e serviços que lhe estão afetos, numa perspetiva de grupo.

Do conjunto de iniciativas e atividades realizadas, destacam-se:

- Gestão dos serviços DNS (“*domain name services*”) do domínio MARB.PT; gestão dos serviços internos de DNS do domínio MARB.PT; “*help desk*” aos sistemas de informação; apoio aos utilizadores da Plataforma Eletrónica de Contratação; “*updates*” e “*upgrade*” do ERP Primavera; “*updates*” e “*upgrade*” do Sistema de Gestão de Contratos; “*updates*” do “*firewall*”; atualização do antivírus no Grupo SIMAB; licenciamento “Microsoft”, que abrange o licenciamento das componentes de servidor, de servidor de correio, de servidor de base de dados e de gestão de rede. No que diz respeito a computadores pessoais, abrange o sistema operativo, a “*suite*” de aplicativos para escritório e ligação aos servidores;
- Aquisição de equipamentos (computadores, monitores e ecrãs) e periféricos para reforço da atividade dos colaboradores;
- Migração da versão V10 do ERP Primavera para o ERP CEGID Evolution;
- Aquisição do Software ManageEngine – gestão e atualização dos computadores, de forma contínua e centralizada;
- Aquisição do Software NetSkope - O Netskope é uma solução líder em Security Service Edge (SSE) e CASB (Cloud Access Security Broker), concebida para proteger dados e utilizadores em ambientes cloud e híbridos. Com a crescente adoção de aplicações SaaS, IaaS e trabalho remoto, torna-se essencial garantir visibilidade e controlo sobre o tráfego que não passa pelo perímetro tradicional;

- Renovação das licenças do IoT Security e do Panorama;
 - A gestão da segurança da rede através do Panorama (gestão centralizada), permite a criação de políticas consolidadas, com funcionalidade líder do setor e uma base de regras eficiente, obtendo informações sobre o tráfego e ameaças em toda a rede do Grupo SIMAB;
 - O *IoT Security* gera automaticamente recomendações e políticas de segurança para controlar o tráfego de dispositivos, bem como a criação automática de atributos para os vários equipamentos/dispositivos que serão aplicados nas políticas de gestão das *Firewalls*.
- Aquisição de novos equipamentos para o sistema de CCTV do mercado;
- Projeto para a implementação de um DR.

5.6. EFICIÊNCIA DE RECURSOS E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A MARB, S.A. prosseguiu os seus esforços para reduzir os impactos ambientais resultantes da atividade do Mercado. Alinhada com a política do Grupo SIMAB, intensificou o acompanhamento das temáticas relativas à eficiência de recursos, reforçou procedimentos já existentes de controlo e monitorização dos diversos consumos existentes, designadamente de energia e de água, e investiu de forma significativa, sobretudo, ao nível da eficiência energética das suas instalações, conseguindo benefícios importantes do ponto de vista tecnológico, operacional e de sustentabilidade ambiental e económica.

Mais recentemente, foi alargada a utilização de luminárias 'led' a algumas zonas interiores das edificações, nalguns casos, com a implementação de sensores de movimento, bem como instalados novos insetocaçadores com iluminação 'led', para além de duas centrais fotovoltaicas para autoconsumo (UPAC). Em 2025, foram adquiridas mais algumas luminárias 'led' de nova geração, que complementaram as intervenções feitas nos anos anteriores.

Os referidos investimentos em luminárias de tecnologia 'led', sensores de movimento e centrais fotovoltaicas (UPAC) geraram uma redução significativa no consumo de energia, um aumento nos níveis de iluminância dos locais e uma redução drástica das ocorrências por avarias de luminárias, pois a maior resistência e durabilidade dos projetores de tecnologia 'led' teve como repercussão a diminuição do número de ocorrências por avarias.

A MARB, S.A. tem também assumido a sua responsabilidade ambiental com a continuação da implementação progressiva de rotinas e procedimentos conducentes a uma melhor utilização da água no Mercado, bem como uma melhor triagem dos resíduos produzidos e a um aumento do volume de resíduos recicláveis recolhidos.

Mantém assim, em linha com os últimos anos, um conjunto de ações de sensibilização junto dos operadores, prestadores de serviço e colaboradores do Mercado para a adoção de boas práticas nesta matéria.

INDICADORES	2023	2024	2025	Δ% 25/24
Água: Consumo efetivo na atividade* (m ³)	2 013	2 377	1 893	✓ -20%
Indicador Eficiência Água-Vol Neg (m ³ /m€) ⁽¹⁾	1,8	2,11	1,64	✓ -22%
Energia: Consumo excluindo redêbitos aos Operadores (KWh)	80 036	60 358	59 199	✓ -2%
Indicador Eficiência Energia-Vol Neg (kWh/m€) ⁽²⁾	72,9	53,7	51,3	✓ -26%
Resíduos Recicláveis: (ton)	47,7	50,2	53,4	✓ 6%
Indicador Taxa de Reciclagem [Recicláveis / (RSU+Recicláveis) (%)	3,68%	3,73%	4,27%	📈 0,54 p.p.

⁽¹⁾ metro cúbico por mil euros de volume de negócios

⁽²⁾ kilo watt hora por mil euros de volume de negócios

⁽³⁾ Excluída Empreitada Edificação do Invest. Total

RECURSOS ENERGÉTICOS

Relativamente à eficiência energética, no decorrer de 2025 deu-se continuidade à implementação de diversas medidas, procedimentos e equipamentos conducentes aos objetivos de redução da quantidade de energia consumida, dos quais se destacam:

Estudo de viabilidade da implementação de uma Comunidade de Eficiência Coletiva (CER);

Manutenção e controle dos sistemas fotovoltaicos para autoconsumo já instalados (UPAC);

Manutenção e verificação do bom funcionamento da iluminação 'led' instalada em anos anteriores, designadamente, no corredor central do 'Pavilhão n.º 3', palas do 'Pavilhão n.º 3' e 'Pavilhão n.º 5', postes de iluminação exterior, corredores interiores, instalações sanitárias, zona de entreposto e serviços administrativos;

Colocação de mensagens de poupança energética em diversos locais do Mercado, especialmente nos locais não abrangidos pelos detetores de movimento;

Maior racionalização da iluminação nas palas dos 'Pavilhões de Mercado';

Monitorização diária dos consumos de energia, através das leituras que se registam a partir dos contadores e posterior comparação com o efetivamente faturado e com o padrão dos consumos registados em meses anteriores e em meses homólogos de anos anteriores;

Manutenção e verificação de sensores de movimento;

Manutenção e verificação dos insetocicadores com lâmpada 'led' instalados;

Manutenção e limpeza de claraboias, o que origina uma maior iluminação natural dos pavilhões e, conseqüentemente, menor gasto energético na iluminação do corredor central do 'Pavilhão GMG' (menos horas de funcionamento).

Referir que acresce, de modo favorável, às medidas de poupança de energia implementadas, o facto dos últimos procedimentos de concurso público lançados para o fornecimento de energia elétrica para todas as empresas do grupo SIMAB terem originado, a formação de contratos em melhores condições de pricing relativas às tarifas energéticas aplicáveis.

O último contrato de fornecimento de energia foi formalizado em junho de 2025, abarcando todas as empresas que integram o Grupo SIMAB, entre as quais a MARB, S.A.

Prevalecem, no entanto, como contraponto, alguns fatores que continuam a ter importância nos consumos de energia verificados nos contadores da responsabilidade do MARB:

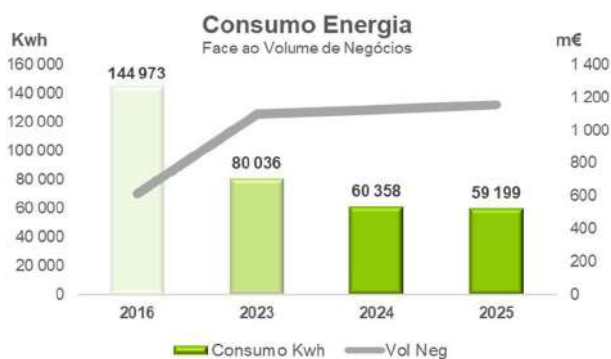
Continuação no MARB de um importante operador de logística e distribuição: trata-se de uma empresa cuja operação decorre na quase totalidade em horário noturno, designadamente, entre as 2h e as 8h, o que obriga a maior iluminação no exterior da respetiva edificação;

A ocorrência de invernos particularmente rigorosos: os invernos verificados nos meses iniciais e finais de 2025 obrigaram a que a iluminação artificial fosse ligada mais cedo ao final do dia e desligada mais tarde no início da manhã, decorrendo deste facto um maior nível de consumo energético;

A ETAR de Mercado com importantes gastos de energia: trata-se de um equipamento com funcionamento diverso e não tipificado, tendo-se registado, no ano 2025, um consumo de energia significativamente superior (cerca de mais 40%) comparativamente com o registado no ano transato;

Aquisição de novo empilhador elétrico: no decorrer do ano de 2025 foi adquirido um novo empilhador elétrico, para substituição do empilhador antigo (com cerca de 16 anos e a gás), tendo-se registado naturais significativas poupanças em termos de reparações, manutenção e combustível, para além do reforço das questões de segurança, rapidez e operacionalidade de execução dos trabalhos em que este equipamento é utilizado.

Numa outra dimensão, a aquisição de um novo empilhador elétrico trouxe também benefícios ambientais e de sustentabilidade, tratando-se de um equipamento mais eficiente e evoluído tecnologicamente e muito menos poluente face ao anterior. A escolha criteriosa dos momentos e locais de carregamento das suas baterias, designadamente a realização de carregamentos durante o dia e, sempre que possível, em dias com sol e/ou com mais iluminação natural, ao fim-de-semana, aproveitando-se o menor consumo elétrico, e em locais que estão sob influência da produção de energia proveniente das duas UPAC instaladas, revelaram-se absolutamente cruciais, constando-se uma reduzida influência destes carregamentos no consumo de energia elétrica proveniente da rede.



Assim sendo, e pelas razões evidenciadas, em 2025 constatou-se um consumo global de 59,2 MWh, isto é, face ao ano transato (2024) verificou-se uma redução de consumo de energia no MARB de 1,1 MWh (menos 2%).

Como é natural, a redução de consumo foi particularmente expressiva se comparável com a registada em 2023 e 2022, isto é, menos 20,8 MWh (menos 26%) e 28,4 MWh (menos 32%), respetivamente, e ainda mais significativa quando

comparada com o ano de 2016, em que se iniciou o processo de implementação das primeiras luminárias de tecnologia 'led', tendo o consumo de energia passado de 145 MWh, em 2016, para apenas 59 MWh em 2025, isto é, uma redução superior a 85 MWh.

RECURSOS HÍDRICOS

A quantidade de água diariamente consumida no Mercado é sujeita a uma monitorização e controle, sistemático e permanente, quer pelos técnicos operacionais, nas leituras que registam diariamente a partir dos contadores, quer pelos serviços administrativos, na comparação que fazem desses registos com o efetivamente faturado e com o padrão dos consumos registados em meses anteriores e em meses homólogos de anos anteriores.

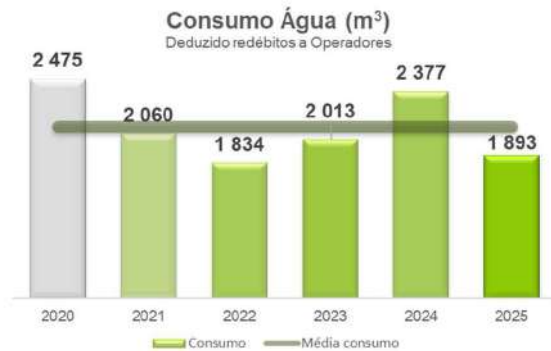
O consumo de água, em 2025, deduzido da água repassada aos operadores dos entrepostos e armazéns, na exata proporção do seu consumo (28%, em 2025), ascendeu a 1.893 m³.

Comparativamente a 2024, constata-se que o consumo de água foi inferior em 484 m³ (decréscimo de mais de 20%).

Esta redução muito significativa do consumo está, em parte, relacionada com a fuga de água na rede subterrânea do recinto do MARB detetada no final do primeiro trimestre do ano transato (2024) e que significou uma perda de água de aproximadamente 370 m³, mas também com o controlo e monitorização diária e rigorosa que é efetuada aos consumos de água de modo a garantir a sua adequada utilização.

Em 2025 deu-se também continuidade ao reforço do serviço de limpeza e desinfestação de superfícies, com lavagens frequentes de palas, passeios, caís e demais espaços comuns e comerciais inerentes à atividade do Mercado. Decorrente de trabalhos de obra executados, houve também necessidade de utilização periódica de água para lavagens prévias das superfícies a interencionar, bem como para limpeza após a execução das mesmas.

A água proveniente da rede pública, cujo consumo é assumido e pago pela MARB, S.A., resulta sobretudo dos consumos registados nas diversas instalações de utilização comum, bem como daquela que diariamente é utilizada e consumida na limpeza das áreas de utilização comum do Mercado, para além dos consumos verificados nos sistemas das redes de rega e de incêndio, muito embora, nestes dois últimos casos, a água da rede pública seja utilizada em sistema complementar à proveniente de um furo que o MARB possui nas suas instalações.



RESÍDUOS RECICLÁVEIS



A MARB, S.A. tem implementado um conjunto de rotinas e procedimentos conducentes a uma melhor monitorização, concentração, separação e aproveitamento dos resíduos produzidos, com especial destaque para os recicláveis, conseguindo-se promover a sua valorização.

Para complementar, o MARB possui nas suas instalações um ecoponto e a designada 'zona de resíduos', dotada de compactador, onde os operadores e clientes colocam o papel/cartão, plástico, madeira e vidro, que resultam da sua

atividade.

No caso do papel/cartão e plástico, a MARB, S.A. possui um contrato específico com uma empresa especializada, para a compra e venda deste tipo de resíduos, ficando esta entidade responsável pelo seu tratamento e valorização.

Relativamente aos resíduos de madeira, no ano de 2021 foi acordado com uma empresa especializada a recolha gratuita e regular de todos os resíduos de madeira produzidos neste Mercado, ficando esta entidade responsável pelo seu tratamento, reciclagem e reutilização como matéria-prima para o fabrico

de produtos em madeira. Evitou-se, deste modo, o destino destes materiais para aterro sanitário, com os decorrentes custos ambientais e financeiros. No ano de 2025 deu-se continuidade a esta parceria.

Deste modo, e no global, em 2025, foram recolhidas cerca de 53 toneladas de resíduos recicláveis, compostas por 24 toneladas de papel/cartão e plástico às quais acresce aproximadamente 29 toneladas de resíduos de madeira recicláveis.

Importa salientar que, comparativamente com o ano transato, registou-se um aumento de quase 3,3 toneladas no volume de resíduos recicláveis geridos pela MARB, S.A., sendo que, tal facto, deve-se, sobretudo, por um lado, à maior consciencialização dos utentes do MARB para a necessidade de reciclar, mas também decorrente de uma maior atividade dos operadores do setor hortofrutícola e das empresas de logística instaladas no Mercado.

Do total de resíduos recicláveis, foram valorizados 100% do papel/cartão e plástico recolhido.

RESÍDUOS INDIFERENCIADOS

A recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU), também designados como indiferenciados, decorrentes da atividade do Mercado, é efetuada pela AGERE, que, sob sua responsabilidade, os encaminha para o aterro sanitário municipal.

Em 2025, foram recolhidas no MARB cerca de 1.197 toneladas de RSU, isto é, menos 98 toneladas do que em 2024. Esta diminuição de perto de 8% no volume de resíduos indiferenciados produzidos foi devida, sobretudo, a um maior cuidado verificado por parte dos operadores nos processos de manuseamento, armazenagem e conservação dos produtos, tendo-se gerado menores desperdícios, sobretudo notórios no setor hortofrutícola, a que não será alheio uma maior consciencialização dos operadores e compradores para a necessidade de reduzir o desperdício alimentar, mas também as cotações elevadas a que os produtos foram transacionados (comprados e vendidos) ao longo do ano.

Os dados anuais de tonelagem dos resíduos recicláveis recolhidos no MARB, independentemente do seu destino, empresa de recolha ou custo, encontram-se registados no MIRR (Mapa Integrado de Registo de Resíduos) do SILiAmb (Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente).

5.7. CAPITAL HUMANO

A 31 de dezembro de 2025, a MARB, S.A. empregava um total de seis (6) trabalhadores, dos sete (7) lugares efetivos do quadro, mantendo uma pequena estrutura administrativa de apoio à Direção e uma equipa de técnicos operacionais.

De referir que a função de Diretor Comercial é exercida por um trabalhador com vínculo laboral à SIMAB, S.A., mediante uma prestação de serviço operada por via de contrato de gestão.

A estratégia de outsourcing seguida nas áreas jurídica, financeira, recursos humanos, informática e redes, arquitetura e engenharia inovação e sustentabilidade, e relações internacionais é garantida igualmente pela SIMAB, S.A., mediante contrato de gestão para o efeito.



Da análise da sua distribuição por género, resulta que neste ano 33% dos trabalhadores eram do género feminino e 67% do género masculino.

A antiguidade média dos trabalhadores da MARB, S.A. era de 17 anos, sendo que 50% do total estão na empresa desde o início do funcionamento do Mercado.



A idade média dos trabalhadores era de 56 anos, sendo que apenas um deles (16%) se encontrava numa faixa etária abaixo dos 50 anos.

Relativamente a habilitações literárias, três trabalhadores (50%) frequentaram o ensino secundário; os restantes concluíram o ensino básico (50%).

Em 2025, o absentismo registou um total de 336 horas, representando cerca de 3% do tempo potencial de

trabalho (acima em 3% em relação ao ano transato).

O total de horas de absentismo decorreu devido a ausência por baixa médica.

Relativamente à análise dos indicadores globais para 2025, de igualdade de género, absentismo, horas de formação e valores de remuneração, registaram-se os seguintes que infra se apresentam:

Indicadores	Mulheres	Homens
N.º Trabalhadores ⁽¹⁾	2	4
<i>Peso Género (% N.º M/ N.º H)</i>	33%	67%
N.º Horas Absentismo	0	336
<i>Peso Género (% N.º M/ N.º H)</i>	0%	100%
Total Horas Formação	20	72
<i>% Género (N.º Horas Formação M/H)</i>	22%	78%
Retribuição Base Anual	24 862	42 027
<i>Rácio da retribuição base - Trabalhadores (M/H)</i>	37%	63%
Remunerações Totais Anuais (€)*	36 728	70 131
<i>% remunerações totais anuais - Trabalhadores (M;H)</i>	34%	66%
Remuneração Total Anual média/colaborador (€)*	18 364	17 533
<i>Rácio da remuneração total - Trabalhadores (M/H)</i>	104,7%	

FORMAÇÃO

No âmbito da gestão de recursos humanos da empresa, no que respeita às políticas de valorização do conhecimento e capacitação profissional do capital humano da MARB, S.A., registou-se, em 2025, um total de 92 horas de formação na empresa, que envolveram todos os trabalhadores da empresa.



Fase ao ano transato, registou-se uma diminuição 52% do número de horas de formação.

Importa referir a realização das seguintes ações:

- Formação em 'Suporte Básico de Vida e Desfibrilhação Automática Externa (DAE)', ministrada pela SENILIFE, num total de duas horas, com a participação dos seis (6) trabalhadores do MARB.
- Formação em 'Manobrador de Empilhadores em Segurança', no total de oito (8) horas, promovida pela empresa SABFORMA, com participação de quatro (4) trabalhadores.
- Formação em 'Segurança Contra Incêndios', ministrada pela ACCIONA FACILITY SERVICES, com a participação dos seis trabalhadores do MARB, num total de quatro (4) horas.
- Formação em 'Sensibilização para as Medidas de Autoproteção e Exercício de Simulacro', ministrada pela ACCIONA FACILITY SERVICES, com a participação dos seis trabalhadores do MARB, num total de quatro (4) horas.

TELETRABALHO

Ao longo do ano 2025, a MARB, S.A. continuou a implementar uma política de potencial adoção da prática do teletrabalho, promovendo a conciliação da vida profissional com a familiar, assegurando-se em simultâneo, e sempre, o funcionamento ininterrupto do Mercado.

Contudo, e apesar desta possibilidade, não se registou efetivamente a prática de teletrabalho na MARB, S.A. durante 2025.

HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Em 2025, no âmbito da medicina do trabalho, os seis (6) trabalhadores da MARB, S.A. realizaram exames médicos, a generalidade exames periódicos de rotina, de acordo com o previsto em função da idade; um trabalhador realizou exames ocasionais, decorrentes de baixa médica prolongada. Foi efetuada uma visita e análise das condições de trabalho por entidade certificada, não tendo daí decorrido qualquer anomalia ou falha relevantes.

A atividade da empresa exige dos trabalhadores, designadamente daqueles afetos à área técnica e operacional, a execução recorrente de tarefas ao ar livre, ao longo de todo o ano. Para tal, a empresa faculta fardamento adequado ao clima e à estação do ano, de acordo com exigências estabelecidas na legislação relativa ao equipamento de proteção individual e de segurança (EPIS).

SEGUROS DE TRABALHO

A MARB, S.A. proporciona a todos os seus trabalhadores um seguro de saúde, que pretende garantir a comparticipação de despesas médicas por sistema de reembolso, com limites definidos nas condições gerais, bem como facultar acesso à rede de prestadores de serviços da seguradora com a obtenção de desconto sobre o preço normal dos cuidados de saúde.

Quanto ao seguro de acidentes de trabalho, conforme obrigatoriedade legal, todos os trabalhadores se encontraram abrangidos. No ano de 2025 não se verificou qualquer incidente, logo não foi necessário ativar qualquer cobertura em termos de acidentes de trabalho.

6. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A MARB, S.A. assume a sua responsabilidade social através de uma postura empresarial ética, transparente e comprometida com a comunidade.

Esta abordagem reflete-se na participação ativa em iniciativas de interesse público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população. Nesse sentido, a MARB, S.A. mantém a sua colaboração em diversas ações e programas, reforçando o seu papel enquanto agente de impacto positivo na sociedade.

PROGRAMA 5 AO DIA

Desde o ano letivo de 2010/2011, a MARB, S.A. tem promovido o Programa 5 ao Dia, uma iniciativa destinada a sensibilizar crianças em idade escolar para a importância do consumo diário de cinco porções de fruta e/ou hortícolas. O programa visa incentivar hábitos alimentares saudáveis, corrigir padrões alimentares inadequados e prevenir doenças crónicas associadas à alimentação desequilibrada, como a obesidade.



Esta iniciativa, dinamizada em diversos Mercados Abastecedores do país, é promovida na Região Norte pela MARB, S.A., em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Braga e com o apoio da Direção de Serviços da Região Norte (Educação), Administração Regional de Saúde do Norte, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, Universidade do Minho e Escola Superior Agrária de Ponte de Lima.

O ano civil de 2025 abrange o 2.º e 3.º períodos do ano letivo de 2024/2025, bem como o 1.º período do ano letivo de 2025/2026. Assim, o início das sessões do Programa 5 ao Dia no ano letivo de 2024/2025 ocorreu a 23 de outubro de 2024, enquanto as sessões do ano letivo de 2025/2026 tiveram início a 16 de outubro de 2025.



Neste contexto, destaca-se ainda a parceria estabelecida com a Escola de Dança Ent'Artes, iniciada em 2022, com a organização da atividade 'Danças Criativas', que começou por ser realizada de forma pontual e foi posteriormente integrada em todas as sessões do Programa 5 ao Dia. Esta iniciativa proporciona um momento de expressão artística e interação com as crianças, reforçando a importância do

exercício físico como componente essencial de um estilo de vida saudável, complementando a promoção de uma alimentação equilibrada.

As sessões do Programa 5 ao Dia decorreram nas instalações do MARB e foram estruturadas com base em cinco atividades principais: a sementeira de uma leguminosa; a visualização de um filme sobre alimentação saudável; a elaboração de salada de frutas; a atividade de danças criativas; e, a visita ao Mercado Abastecedor. Para além das sessões regulares, realizaram-se sessões temáticas especiais com a participação de representantes de entidades parceiras. Paralelamente, foram desenvolvidas ações externas no âmbito da 57.ª edição da AGROBRAGA, da parceria Braga Verde e do Programa de Férias da Quinta Pedagógica de Braga, contribuindo para o reforço do impacto do programa na promoção de hábitos alimentares saudáveis junto da comunidade.



Nos dias 3 e 4 de abril de 2025, no Fórum Braga, durante a 57ª AGROBRAGA, realizou-se a 29ª e a 30ª sessão do Programa 5 ao Dia do ano letivo 2024/2025, com alunos da EB Nogueiró e EB Maximinos e a presença da Vereadora da Educação, Carla Sepúlveda. As crianças visitaram stands, incluindo o do MARB, sendo sensibilizadas para a produção agrícola sustentável. No espaço de *showcooking*, as nutricionistas Rita Araújo e Ana Teresa Machado destacaram a importância do equilíbrio nutricional, promovendo hábitos saudáveis como o consumo de frutas e legumes, a redução de açúcares e gorduras, e a prática

regular de exercício físico.

No âmbito do Dia Mundial da Abelha, celebrado a 20 de maio, as atividades desenvolvidas no Programa 5 ao Dia foram enriquecidas com dinâmicas que promoveram o conhecimento sobre a importância das abelhas e de outros polinizadores para a saúde humana, para os ecossistemas e para a preservação do planeta, bem como sobre os desafios e ameaças que estas espécies enfrentam. Neste contexto, Olívia Cerqueira, Agrónoma e Apicultora, apresentou às crianças o ciclo de vida das abelhas e a organização de uma colmeia, demonstrando os diversos materiais e equipamentos utilizados na apicultura.



Os participantes tiveram oportunidade de observar de perto o fato de proteção e os instrumentos de manuseamento das colmeias, bem como utilizar a lupa de campo para explorar quadros de abelhas, favos e pólen.

A atividade culminou numa degustação de mel, durante a qual as crianças puderam conhecer os diferentes tipos de mel, as suas propriedades nutritivas e aplicações na alimentação,

assim como os seus benefícios para a saúde e para a indústria cosmética.

Em julho, no âmbito do Programa de Férias da Quinta Pedagógica de Braga, realizaram-se duas sessões do Programa 5 ao Dia, fruto da parceria entre o MARB, a Associação 5 ao Dia, o Município de Braga e a Quinta Pedagógica.

As atividades sensibilizaram as crianças para a importância do consumo diário de frutas e legumes, explicando o percurso dos hortofrutícolas 'Do Prado ao Prato'. Além da elaboração de uma salada de frutas com orientação nutricional, foram apresentadas dicas de alimentação saudável. No final, as crianças receberam o livro '5 ao Dia' e uma tabela de lanches saudáveis.



O Programa 5 ao Dia alcançou uma ampla repercussão nos meios de comunicação social, tanto a nível nacional como regional, refletindo o seu impacto e relevância na promoção de hábitos alimentares saudáveis, tendo sido detetadas 51 inserções na imprensa escrita. Ao longo de 2025, foram registadas diversas inserções na imprensa escrita, evidenciando o contínuo interesse e a valorização do Programa 5 ao Dia por parte dos media. Esta visibilidade tem sido fundamental para a sensibilização da comunidade, além de contribuir para a disseminação da importância do consumo diário de frutas e legumes, reforçando, assim, o compromisso dos parceiros envolvidos na promoção de uma alimentação equilibrada e sustentável.

Salienta-se que, no dia 13 de março de 2025 o canal de televisão SIC Notícias realizou uma visita ao Programa 5 ao Dia do MARB no âmbito da Reportagem Especial “Do campo para a cidade: uma viagem pelos mercados abastecedores, onde a tradição encontra a frescura” realizada pelos jornalistas Kathleen Araújo, João Sotto Mayor e Miguel Castro, tendo a mesmo sido posteriormente emitida no Jornal da Noite do dia 26 de abril de 2025 (sábado). Refira-se que durante esta visita foi entrevistada a Nutricionista da Associação 5 ao Dia, Dra. Analisa Neto.



Em 2025, participaram no Programa 5 ao Dia um total de 1.912 crianças provenientes de 70 escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico situadas nos concelhos de Braga, Terras de Bouro e Vila Verde, sendo que a este número acrescem 80 crianças participantes no Programa de Férias da Quinta Pedagógica de Braga. Assim, no total de 2025, o Programa 5 ao Dia registou 1.992 participações.

PATROCÍNIO DE OFERTA DE FRUTA

A MARB, S.A. e o Programa 5 ao Dia mantiveram uma estreita colaboração com diversas instituições da região, no âmbito dos seus projetos de Educação para a Saúde, bem como com clubes desportivos e outras entidades, designadamente através da oferta de fruta.

Esta parceria também se refletiu em várias atividades culturais e desportivas promovidas pela Câmara Municipal de Braga, em articulação com os vereadores dos pelouros da Educação e Cultura, Desporto, Saúde, Juventude, Bem-Estar e Associativismo, e Ambiente, Energia e Desenvolvimento Rural, envolvendo diversas entidades da região.

Destaca-se o apoio da MARB, S.A. à Escola de Dança Ent'Artes de Braga, para a distribuição semanal de fruta a todos os seus alunos. Esta iniciativa visa promover estilos de vida saudáveis, promovendo a inclusão de frutas e legumes na alimentação dos jovens bailarinos, que passam longas horas na escola. A implementação desta ação tem permitido melhorar as rotinas alimentares dos alunos de forma prática e saudável.

A MARB, S.A. patrocinou também o 'Torneio Max' organizado pelo Clube Desportivo de Futebol de Celeirós, que decorreu nos dias 18 e 19 de abril de 2025, no Parque Desportivo de Celeirós e nos Campos Desportivos de Avelada e Vimieiro, na União de Freguesias de Celeirós, Avelada e Vimieiro, no concelho de Braga. Este evento envolveu 800 atletas entre os 4 e os 13 anos, distribuídos por 32 equipas, e culminou na realização de 64 jogos. O patrocínio consistiu na oferta de fruta a todas as crianças participantes.

O MARB integra há vários anos o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Celeirós, em representação da Comunidade Local, numa parceria que tem sido profícua e reconhecida por todos os envolvidos – Escolas, Autarquia, Juntas de Freguesia e Encarregados de Educação, pelo contributo do MARB para o bom funcionamento deste Órgão, pelo diálogo e cooperação permanentes e pelas preocupações sociais demonstradas.

Em 2021, e a convite do Agrupamento de Escolas de Celeirós, a MARB, S.A. viu reforçada essa confiança, voltando a integrar o seu Conselho Geral para um novo mandato de 4 anos (2021-2025). Na continuidade desta parceria, e à semelhança de anos anteriores, a MARB, S.A., em conjunto com outras entidades públicas e privadas, contribui para a atribuição de prémios de 'Mérito, Excelência e Valor' a quase duas centenas de alunos do 2.º e 3.º ciclos do Agrupamento de Escolas de Celeirós que se destacaram no ano letivo 2023/2024, numa cerimónia que aconteceu no dia 14 de março de 2025, no FORUM BRAGA, que juntou toda a comunidade escolar, autarquia, juntas de freguesia e diversas instituições públicas e privadas. O MARB esteve representado no referido evento pela colaboradora Mafalda Martins e pelo Administrador Manuel Rocha.



No dia 25 de abril de 2025, a MARB, S.A. e a Associação 5 ao Dia associaram-se a dois eventos, designados de "Caminhada da Liberdade", um organizado pela Junta de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, que ocorreu na freguesia de Celeirós, e outro promovido pela Câmara Municipal de Braga, que ocorreu nas freguesias de Sobreposta e Vilaça, patrocinando a distribuição de fruta aos participantes em ambos os eventos.

Em setembro de 2025, a MARB, S.A. e a Associação 5 ao Dia associaram-se ao "Festival Braga2030", patrocinando a distribuição de fruta a dinamizadores e participantes no evento, que ocorreu no Espaço Synergia em Braga. Este evento teve como objetivo a apresentação pública da plataforma Braga2030, que se quer afirmar como um movimento de cidadania juvenil, com impacto local e ambição global. Foi um momento simbólico, em formato de Festival da Juventude, que reuniu jovens de diversas escolas. Refira-se que Braga2030 não é um evento único, mas um projeto abrangente que engloba diversas áreas para construir uma cidade mais desenvolvida e inclusiva até 2030, com a participação de jovens, idosos, comunidades e diversas entidades. Em suma é uma visão estratégica e um conjunto de planos integrados para o futuro de Braga até 2030, focado no desenvolvimento social, cultural, inclusão e sustentabilidade, alinhando políticas com orientações europeias para criar uma cidade mais humana, ativa e inteligente, com pilares como Cidade Ativa e Criativa, Cidade Inclusiva e Governação para a Inovação.



Por fim, em dezembro de 2025, a MARB, S.A. e a Associação 5 ao Dia patrocinaram a distribuição de fruta no evento "Dancing Through the Christmas Movies", promovido pela Academia BragaDança, que ocorreu no Espaço Vita em Braga, e que consistiu num espetáculo de dança inspirado em filmes de Natal com coreografias e emoção.



BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME

Resultante da parceria estabelecida entre o Banco Alimentar Contra a Fome (BACF) e a MARB, S.A., foi possível reforçar, em 2025, o contributo para a recolha e distribuição de produtos hortofrutícolas frescos a famílias carenciadas na região de Braga.

Esta recolha, realizada diretamente pelo BACF junto dos operadores do MARB permitiu garantir que alimentos frescos e em boas condições de consumo chegassem às populações mais vulneráveis da região. O MARB reafirma, assim, o seu compromisso com a responsabilidade social e espera que este contributo tenha feito a diferença às pessoas que aguardam por apoio alimentar.



No âmbito do protocolo de colaboração estabelecido entre a SIMAB e os seus Mercados Abastecedores, incluindo o MARB, foram desenvolvidas diversas ações para combater o desperdício alimentar e apoiar a distribuição de cabazes nutricionalmente enriquecidos, entre as quais:

- Apoio na realização de campanhas – colaboração em ações de sensibilização e recolha nos Mercados Abastecedores, promovendo a solidariedade e incentivando a redução do desperdício alimentar.

Este compromisso reforça o papel do MARB enquanto agente ativo na sustentabilidade e no apoio social, aproximando operadores, instituições e comunidade para garantir um acesso mais equitativo a alimentos saudáveis.

UNIDOS CONTRA O DESPERDÍCIO ALIMENTAR

A MARB, S.A. aderiu ao movimento cívico 'Unidos Contra o Desperdício' (UCDA), assumindo o compromisso de lutar ativamente contra o desperdício alimentar em todas as suas operações. A empresa tem procurado envolver todos os agentes das etapas de produção, transformação, distribuição e logística para reduzir ao máximo o desperdício ao longo do processo.

As boas práticas implementadas pela empresa e já apresentadas anteriormente, que contribuem para estes objetivos incluem:



- Doações ao Banco Alimentar Contra a Fome – Os operadores dos Mercados Abastecedores têm continuado a doar alimentos ao Banco Alimentar, contribuindo para o apoio às famílias em situação de carência;
- Associação 5 ao Dia – Continuação da capacitação de crianças na redução do desperdício alimentar, com particular foco na fruta e legumes, sensibilizando as novas gerações para hábitos de consumo mais sustentáveis.

Essas iniciativas reforçam o papel do MARB como um agente de responsabilidade social e ambiental, comprometendo-se com práticas que promovem uma gestão mais eficiente dos recursos alimentares.

7. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Os riscos a que a MARB, SA se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

Risco de Crédito – O risco de crédito está, essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional, podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- As condições financeiras dos clientes.

Risco de Liquidez - A MARB, SA está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente, relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro. A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez da MARB, SA é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Adotar, ao nível da gestão do risco de liquidez, uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo; e,
- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com a maturidade dos seus ativos.

O Grupo SIMAB em geral e a MARB, SA em particular têm a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de investimento. A MARB, SA detém um financiamento de médio/longo prazo junto do Banco Europeu de Investimento.

Para além deste empréstimo, a empresa financia-se por via de prestações acessórias de capital, integrada numa política de concentração de crédito bancário na empresa mãe.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a empresa tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos. O Grupo SIMAB detém uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis;
- Programas de Papel Comercial;
- Planeamento financeiro anual detalhado;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida consistente com os ativos de longo prazo; e,
- Manutenção de uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis.

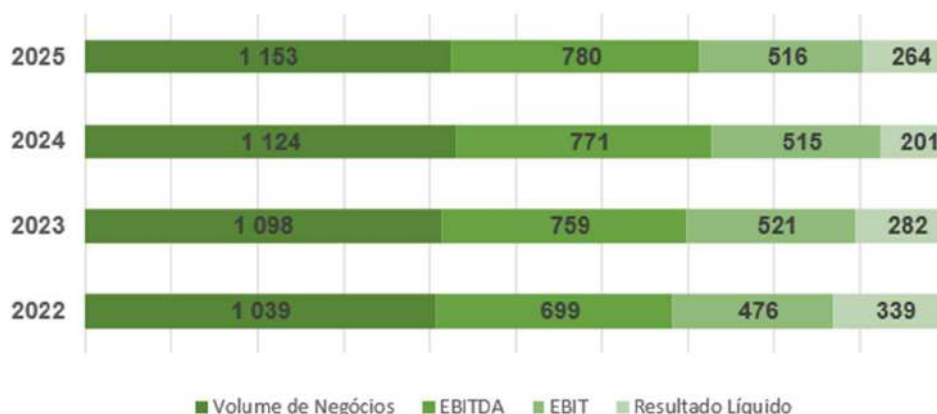
Risco de Taxa de Juro – A totalidade da dívida financeira da MARB, SA está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a MARB, S.A ao risco de fluxos de caixa. A empresa não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão de risco financeiro.

Risco de câmbio – A empresa não se encontra sujeita ao risco de câmbio.

8. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANÇEIRA

A análise económico-financeira que se apresenta sintetiza os resultados, assim como a situação patrimonial e financeira, da MARB, SA em 31 de dezembro de 2025. Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

Evolução dos Resultados
(milhares de euros)



8.1. PERFORMANCE ECONÓMICA

A MARB, SA encerrou o ano de 2025 com um Resultado Líquido de 264,1 milhares de euros, traduzindo um aumento de 63,3 milhares de euros (+31,5%), face ao ano anterior, correspondente a uma margem líquida sobre os rendimentos operacionais de 21,9% e a uma rentabilidade do capital próprio de 5,3%.

A empresa apresentou margens operacionais positivas, ao nível do *EBITDA* e do *EBIT*, respetivamente, de 64,7% e 42,8%.

No exercício económico de 2025, o *EBITDA* totalizou 780,2 milhares de euros, situando-se acima do ano anterior, em 9,5 milhares de euros (+1,2%). O *EBIT* ascendeu a 515,9 milhares de euros, acima do ano anterior, em 1,2 milhares de euros (+0,2%).

A evolução do *EBITDA*, face a 2024, decorre maioritariamente do aumento nos rendimentos operacionais, em 28,9 milhares de euros (+2,5%) refletindo a evolução favorável dos rendimentos *core*, as taxas de utilização, que crescem 28,2 milhares de euros (+2,7%), decorrente da atualização dos valores unitários (+2,22%¹) e de uma taxa de ocupação superior em algumas áreas do Mercado.

Ao nível dos gastos operacionais, apesar do contexto inflacionista, a preconização de uma política de contenção de gastos permitiu garantir a contenção dos gastos operacionais, garantindo ganhos de eficiência, sem, contudo, comprometer a operacionalidade do Mercado.

O quadro seguinte reflete a evolução das principais rubricas da Demonstração dos Resultados:

Síntese da Demonstração dos Resultados

milhares de euros	2023	2024	2025	2025/2024	
				ABS	%
Volume de Negócios	1 098,0	1 124,2	1 152,6	28,4	2,5%
FSE's	(242,0)	(250,6)	(254,5)	3,9	1,6%
Gastos com o Pessoal	(129,0)	(139,0)	(148,6)	9,6	6,9%
Imparidade de dívidas a receber perdas/(reversões)	0,0	3,0	0,0	(3,0)	-100,0%
Outros Rendimentos e Ganhos	47,5	49,2	52,7	3,5	7,2%
Outros Gastos e Perdas	(15,7)	(16,1)	(22,0)	5,9	36,9%
EBITDA	758,7	770,8	780,2	9,5	1,2%
Depreciações/Reversões	(237,6)	(256,1)	(264,3)	8,2	3,2%
Resultado Operacional (EBIT)	521,1	514,6	515,9	1,2	0,2%
Encargos Financeiros	(156,4)	(182,6)	(108,3)	(74,3)	-40,7%
Resultados Antes de Impostos (EBT)	364,7	332,0	407,5	75,5	22,7%
Imposto s/rendimento	(82,5)	(131,2)	(143,5)	12,2	9,3%
<i>Imposto estimado para o exercício</i>	(60,8)	(53,7)	(67,9)	14,2	26,5%
<i>Imposto diferido</i>	(21,7)	(77,6)	(75,6)	(2,0)	-2,6%
Resultado Líquido	282,2	200,8	264,1	63,3	31,5%
Margem EBITDA (%)	66,2%	65,5%	64,7%	-0,8 p.p.	
Margem EBIT (%)	45,5%	43,7%	42,8%	-0,9 p.p.	
Margem Líquida (%)	24,6%	17,1%	21,9%	4,8 p.p.	

RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Os rendimentos operacionais ascenderam, no exercício de 2025, a 1.205,3 milhares de euros, crescendo 28,9 milhares de euros (+2,5%), face ao ano anterior.

¹ IPC do continente sem habitação do continente, média dos últimos 12 meses, conforme definido contratualmente.

Rendimentos Operacionais

milhares de euros	2023	2024	2025	2025/2024	
				ABS	%
Taxas de utilização	1 008,8	1 052,5	1 080,7	28,2	2,7%
Outras Prestações de Serviços	0,1	0,2	0,2	0,1	30,6%
Outros Rendimentos Operacionais	47,5	49,2	52,7	3,5	7,2%
Sub total (Total rendimentos cash)	1 056,3	1 101,8	1 133,6	31,8	2,9%
Integração de Taxas de Acesso (recorrente)	72,2	71,6	71,7	0,1	0,1%
Integração de Taxas de Acesso (plena)	17,0	0,0	0,0	0,0	n.d.
Total Rendimentos Operacionais	1 145,5	1 176,4	1 205,3	28,9	2,5%

A performance nos **rendimentos operacionais**, reflete maioritariamente o crescimento dos rendimentos *core*, as taxas de utilização, em 28,2 milhares de euros (+2,7%), refletindo a atualização do preço unitário, em 2,22% ² e uma ocupação superior à registada no ano anterior, nomeadamente nos escritórios do pavilhão do Pavilhão dos Grandes e Médios Grossistas e aluguer temporário do parque de estacionamento.

A evolução em “**Outros rendimentos operacionais**” é apurada em: (i) excesso de estimativa para impostos (+2,9 milhares de euros); (ii) indemnização de seguros (+1 milhar de euros) e (iii) juros de mora (+0,4 milhares de euros).

Os rendimentos das **Taxas de utilização** registam uma evolução favorável em todas as tipologias de espaços. As variações apuradas nos rendimentos das diversas edificações e tipologias de espaços (incluindo lugares sazonais) são conforme se apresenta de seguida:

Taxas de Utilização

milhares de euros	2023	2024	2025	2025/2024	
				ABS	%
Pavilhão G/M Grossistas	346,5	362,6	373,6	11,0	3,0%
Boxes	310,5	325,0	332,2	7,2	2,2%
Escritórios	17,4	18,1	21,5	3,3	18,4%
Lojas	9,5	9,9	10,1	0,2	2,2%
Snack-bar	3,6	3,8	3,9	0,1	2,2%
Zona técnica	5,6	5,8	6,0	0,1	2,2%
Pavilhão Misto	125,3	131,6	135,8	4,2	3,2%
Espaços Sazonais	22,9	24,5	26,3	1,8	7,5%
Restaurante	6,7	7,0	7,1	0,2	2,2%
Entrepósitos / Módulos	95,7	100,1	102,3	2,2	2,2%
Pavilhão Entrepósitos	148,4	152,9	156,0	3,2	2,1%
Entrepósito Logístico	368,6	384,6	393,1	8,5	2,2%
Outras Areas	19,9	20,8	22,2	1,4	6,5%
Total	1 008,8	1 052,5	1 080,7	28,2	2,7%

GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos operacionais “*cash*” (exceto depreciações, imparidades e provisões) ascenderam, em 2025, a um montante de 425,1 milhares de euros, situando-se acima do ano anterior, em 19,5 milhares de euros (+4,8%).

Esta evolução é registada quer na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), que cresce em 3,9 milhares de euros (+1,6%), quer em gastos com o pessoal que crescem, face ao ano anterior, em 9,6 milhares de euros (+6,9%).

Com a inclusão das depreciações, imparidades e provisões, que ascenderam a 264,3 milhares de euros (38,3% dos gastos operacionais), os gastos operacionais ascendem ao montante de 689,5 milhares de euros, registando um aumento de 27,7 milhares de euros (+4,2%), face ao ano anterior.

² Média dos 12 últimos meses do IPC total exceto habitação, do continente

O quadro seguinte evidencia a evolução do total dos gastos operacionais:

Gastos Operacionais

milhares de euros	2023	2024	2025	2025/2024	
				ABS	%
FSE's	242,0	250,6	254,5	3,9	1,6%
Gastos com Pessoal	129,0	139,0	148,6	9,6	6,9%
Outros Gastos Operacionais	15,7	16,1	22,0	5,9	36,9%
SubTotal (Gastos cash)	386,8	405,7	425,1	19,5	4,8%
Depreciações/Amortizações	237,6	256,1	264,3	8,2	3,2%
Total	624,4	661,8	689,5	27,7	4,2%

Fornecimentos e Serviços Externos

Com um peso de 36,9% dos gastos operacionais e representando 21,1% dos rendimentos operacionais, os FSE registaram um aumento de 3,9 milhares de euros (+1,6%), face a 2024.

A variação ocorrida nos FSE é explicada pelas variações nas diversas rubricas que o integram, conforme apresentado no quadro seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos

milhares de euros	2023	2024	2025	2025/2024		Estrutura
				ABS	%	
Trabalhos Especializados	54,4	54,6	57,4	2,8	5,2%	22,6%
Publicidade	4,9	5,5	4,5	(1,0)	-18,8%	1,7%
Vigilância	29,8	32,8	35,2	2,4	7,2%	13,8%
Comissões	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.	0,0%
Limpeza	73,1	75,1	77,4	2,3	3,1%	30,4%
Manutenção	27,8	30,3	30,8	0,5	1,5%	12,1%
Eletricidade	16,4	14,6	11,8	(2,9)	-19,5%	4,6%
Água	6,2	6,7	5,9	(0,9)	-13,1%	2,3%
Rendas e Alugueres	8,4	9,5	9,4	(0,1)	-1,3%	3,7%
Comunicações	2,8	2,7	2,4	(0,2)	-9,1%	1,0%
Seguros	8,8	9,7	10,6	0,9	9,0%	4,2%
Combustíveis	1,6	2,0	1,6	(0,5)	-22,4%	0,6%
Deslocações e Estadas	0,1	0,1	0,2	0,2	300,7%	0,1%
Outros FSE	7,7	7,0	7,5	0,5	7,1%	2,9%
Total	242,0	250,6	254,5	3,9	1,6%	100,0%

A variação dos **FSE's** resulta maioritariamente da evolução das seguintes rubricas:

- Trabalhos especializados**, que aumentam em 2,8 milhares de euros (+5,2%), relativamente a prestação de serviços na área de sistemas informáticos (*firewall*);
- Publicidade**, que reduz em 1 milhar de euros (-18,8%), maioritariamente apurado em gastos com ações de promoção do MARB e manutenção do site;
- Vigilância**, que regista um aumento, no montante de 2,4 milhares de euros (+7,2%), refletindo o agravamento de preço da prestação de serviço, que entrou em vigor em 1 julho de 2024, em resultado de concurso público lançado;
- Limpeza**, que apresenta um aumento, no montante de 2,3 milhares de euros (+3,1%), traduzindo, em grande parte, o efeito conjugado de: (i) aumento de gastos com limpeza exterior, em 3,6 milhares de euros (+7,2%), decorrente da atualização de preço contratualmente prevista, impactada pelo ajustamento da política salarial aplicada ao setor e agravamento do salário mínimo nacional; (ii) diminuição de gastos com remoção de resíduos, em 1,8 milhares de euros (-7,9%), traduzindo uma diminuição da quantidade recolhida que decorre sobretudo da diminuição de desperdícios e (iii) aumento de gastos com consumíveis, em 0,4 milhares de euros (+19,5%);

- v. **Eletricidade**, que apresenta uma evolução favorável, em 2,9 milhares de euros (-19,5%). Para o bom desempenho da rubrica contribuiu a redução do preço unitário, a partir de junho de 2025, na sequência de concurso público, aliado a uma redução das tarifas de acesso à rede e a uma redução dos consumos, comparativamente ao ano anterior, em 1.112 kWh (-1,84%);
- vi. **Água**, que apresenta uma redução, em 0,9 milhares de euros (-13,1%), impactado por uma redução do consumo em 484 m³ (-20,36%);
- vii. **Seguros**, que apresenta um aumento de 0,9 milhares de euros (+9%), espelhando o agravamento de prémios em virtude da sinistralidade historicamente registada e a inclusão de novo equipamento (empilhador).

Gastos com Pessoal

Os gastos com o pessoal representam 21,6% dos gastos operacionais e 12,3% dos rendimentos operacionais, ascenderam a 148,6 milhares de euros, situando-se acima do ano anterior, em 9,6 milhares de euros (+6,9%).

Gastos com Pessoal

milhares de euros	2023	2024	2025	2025/2024		Estrutura
				ABS	%	
Remuneração dos órgãos sociais	9,8	9,8	9,8	0,0	0,0%	6,6%
Remuneração do pessoal	92,1	100,3	106,9	6,6	6,6%	71,9%
Enc. s/remunerações	18,7	20,6	21,7	1,1	5,1%	14,6%
Seg. acid.trab.	0,5	0,6	0,9	0,3	61,0%	0,6%
Outros gastos c pessoal	7,9	7,7	9,4	1,6	20,9%	6,3%
Total	129,0	139,0	148,6	9,6	6,9%	100,0%

A variação nos gastos com o pessoal, face a 2024, resulta do efeito conjugado de:

- i. atualização salarial obrigatória³ (+6 milhares de euros);
- ii. absentismo em 2025 (-0,8 milhares de euros);
- iii. efeito da substituição de trabalhador que saiu da empresa por motivo de reforma, em junho de 2024 (-3,1 milhares de euros), relativo a acertos de contas, sendo de referir que o novo trabalhador auferia as mesmas condições remuneratórias do trabalhador que saiu da empresa;
- iv. atualização do subsídio de alimentação (+5,2 milhares de euros);
- v. formação (+0,8 milhares de euros);
- vi. seguros de acidentes de trabalho (+1,2 milhares de euros), relativo a agravamento de prémios decorrente do aumento da idade média dos trabalhadores, da sinistralidade e das atualizações salariais;
- vii. outros, como sejam, HSST, ofertas de Natal, fardamento, horas extraordinárias e trabalho noturno, etc. (-0,3 milhares de euros).

Outros Gastos Operacionais

A rubrica de **outros gastos operacionais** ascendeu, em 2025, a 22 milhares de euros, situando-se acima do ano anterior, em 5,9 milhares de euros (+36,9%) e integra, maioritariamente: (i) imposto municipal sobre imóveis (12,5 milhares de euros); (ii) donativos e quotizações (3,9 milhares de euros) e taxas, cobrada pelo tribunal de contas, relativa a verificação de contas (4,9 milhares de euros) e que justifica, maioritariamente, a variação registada nesta rubrica.

³ Decreto-Lei n.º 1/2025 de 16 de janeiro

Depreciações, Imparidades em Dívidas a Receber e Provisões

Os gastos “non cash” (depreciações, imparidades de dívidas a receber e provisões) ascenderam a 264,3 milhares de euros, correspondendo integralmente a depreciações do exercício que se situaram acima do ano anterior, em 8,2 milhares de euros (+3,2%), refletindo o investimento realizado.

Com base numa cuidada análise de risco, em 2025, não foram reconhecidas imparidades em dívidas a receber de clientes.

Resultados Financeiros

Os encargos financeiros fixaram-se, no final do ano de 2025, em 108,3 milhares de euros, representando uma redução de 74,3 milhares de euros (-40,7%), refletindo o efeito conjugado de uma redução da dívida financeira e a evolução favorável das taxas de juro de referência (Euribor), face a 2024.

Imposto

A linha de imposto ascende, em 2025, ao montante de 143,5 milhares de euros, refletindo: (i) imposto corrente estimado para o exercício, no montante de 67,9 milhares de euros e (ii) imposto diferido que ascendeu ao montante de 75,6 milhares de euros, com origem em diferenças entre a base fiscal e contabilística, que resulta do efeito conjugado de: (i) reversão do ativo por impostos diferidos relativo à imparidade em ativos fixos (36 milhares de euros); (ii) reversão de passivos por impostos diferidos relativo a integração de subsídio ao investimento, na parte proporcional à perda por imparidade (15,5 milhares de euros) e (iii) impacto da redução da taxa de IRC para 19% (55,1 milhares de euros).

8.2. POSIÇÃO FINANCEIRA

BALANÇO E ESTRUTURA FINANCEIRA

A evolução das principais rubricas do balanço é apresentada, de forma sintética, no quadro seguinte:

Balanço Sintético

milhares de euros	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	2025/2024	
				ABS	%
Ativo Não Corrente	8 615,4	8 451,4	8 252,2	(199,1)	-2,4%
Capital Circulante Líquido	(32,3)	(54,7)	(58,7)	4,0	7,3%
Outros	808,1	806,3	772,8	(33,5)	-4,2%
Diferimentos	(631,3)	(559,7)	(487,5)	(72,2)	-12,9%
Capital investido	8 759,9	8 643,2	8 478,8	(164,4)	-1,9%
Dívida Financeira ⁽¹⁾	4 053,0	3 758,5	3 370,1	(388,4)	-10,3%
Caixa e Depósitos Bancários	10,1	10,8	27,7	16,9	156,2%
Dívida Líquida	4 042,9	3 747,7	3 342,4	(405,3)	-10,8%
Capital Social (realizado)	4 447,0	4 447,0	4 447,0	0,0	0,0%
Suprimentos	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.
Reservas e Resultados Retidos	270,0	448,5	689,4	240,9	53,7%
Fundos Acionistas	4 717,0	4 895,5	5 136,4	240,9	4,9%

⁽¹⁾ Prestações Acessórias de Capital

A posição financeira da empresa assenta no ativo total líquido no montante de 9.910,9 milhares de euros, repartido por 9.756,5 milhares de euros (98,4%) e 154,4 milhares de euros (1,6%), de não corrente e corrente, respetivamente.

Em termos de análise do equilíbrio financeiro, constata-se uma estrutura de capital, repartida em 52% por capitais próprios e 48% por capitais alheios, sendo 94% não corrente e 6% corrente.

Da comparação da posição financeira da empresa, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as variações mais relevantes encontram-se nas seguintes rubricas:

- Redução do ativo fixo tangível e intangível (líquido), em 199 milhares de euros (-2,4%), evolução que decorre, maioritariamente do efeito conjugado das depreciações do exercício, que ascenderam a 264,3 milhares de euros e do investimento total realizado no exercício, que ascendeu a 65,2 milhares de euros.

O Capex reporta-se essencialmente a: (i) beneficiação de espaços (22,3 milhares de euros); (ii) upgrade de SADI (1,5 milhares de euros); (iii) aquisição de extintores (0,6 milhares de euros), (iv) instalação elétrica (2,5 milhares de euros); (v) aquisição de computadores (2,2 milhares de euros); (vi) aquisição de empilhador (34 milhares de euros) e (vii) equipamento diverso (2 milhares de euros).

- Redução dos ativos por impostos diferidos, no montante de 109,4 milhares de euros (-6,8%) correspondente à reversão dos ativos por impostos diferidos, decorrente do registo, em anos anteriores, de perdas por imparidade de ativos fixos (36 milhares de euros) e respetivo impacto da redução da taxa de IRC (73,4 milhares de euros);
- Aumento das dívidas de clientes conta corrente, em 2,5 milhares de euros (+8,2%), face a 31 de dezembro de 2024. O prazo médio de recebimentos correspondeu a 9 dias, em termos médios anuais e em linha com o ano anterior;

O Passivo, a 31 de dezembro de 2025, ascendeu a 4.833,8 milhares de euros, diminuindo em 469,8 milhares de euros (-8,9%), quando comparado com 31 de dezembro de 2024. As principais variações registam-se nas seguintes rubricas:

- Redução nas dívidas a fornecedores conta corrente, no montante de 18,3 milhares de euros (-32,2%);
- Redução nos diferimentos, em 72,2 milhares de euros (-12,9%), decorrente, essencialmente, da integração em rendimentos do exercício de taxas de acesso;
- Diminuição de empréstimos acionistas, em 388,4 milhares de euros (-10,3%). Em 31 de dezembro de 2025, a dívida financeira corresponde integralmente a empréstimos acionistas.

Os **capitais próprios** ascenderam no final do exercício de 2025, a um valor positivo de 5.136,4 milhares de euros, um aumento de 240,9 milhares de euros (+4,9%), face a 31 de dezembro de 2024.

A rentabilidade dos capitais próprios situou-se em 5,3%. A componente operacional deste valor equivale a 7,8%. O efeito de alavancagem financeira contribui favoravelmente para o indicador.

Rentabilidade do Capital Próprio	2023	2024	2025
Política de Investimento	0,072	0,075	0,078
EBITDA/Vendas	0,691	0,686	0,677
Vendas/Ativo	0,104	0,109	0,115 ⁱ
Política de Financiamento	1,102	0,927	1,047
Ativo/CP	2,292	2,151	2,005 ⁱ
RAI/EBITDA	0,481	0,431	0,522
Efeito Fiscal	0,774	0,605	0,648
RL/RAI	0,774	0,605	0,648
Rentabilidade do Capital Próprio	6,1%	4,2%	5,3%

Rentabilidade do Capital Próprio	2023	2024	2025
RL/vendas	0,26	0,18	0,23
Vendas/Ativo	0,10	0,11	0,11
Ativo/CP	2,29	2,15	2,00
Rentabilidade do Capital Próprio	6,1%	4,2%	5,3%

LIQUIDEZ - Ao nível da liquidez, a relação entre o ativo e o capital alheio permitiu fazer face aos compromissos.

Rádios de Liquidez	2023	2024	2025
Liquidez geral = ativo corrente/capital alheio corrente	39%	44%	53%
Liquidez imediata = meios financeiros líquidos/passivo corrente	3%	4%	10%

ESTRUTURA DE CAPITAL - Em termos de análise do equilíbrio financeiro, constata-se uma estrutura de capital repartida em 52% de capitais próprios e 48% de capitais alheios, entre 45% e 3% não corrente e corrente, respetivamente.

Estrutura de capital (%)	2023	2024	2025
Capitais próprios/ativo	45%	48%	52%
Capital alheio/ativo	55%	52%	48%
Capital alheio não corrente	52%	49%	45%
Capital alheio corrente	3%	3%	3%

FLUXOS DE CAIXA

A atividade operacional da empresa gerou, no exercício de 2025, um fluxo líquido positivo de 612 milhares de euros, acima do ano anterior, em 35 milhares de euros, suficiente para fazer face às atividades de investimento, que mobilizaram fundos no montante de 98,4 milhares de euros.

Os meios libertos líquidos, no montante de 524,4 milhares de euros, foram suficientes para assegurar o cumprimento do serviço da dívida, juros de prestações acessórias de capital, no montante total de 108,3 milhares de euros e amortizar empréstimos acionistas em 388,4 milhares de euros.

Demonstração Sintética Fluxos de Caixa

milhares de euros	2023	2024	2025	2025/2024	
				ABS	%
Caixa no início do período	31,9	10,1	10,8	0,7	0,1
Cash Flow Atividades Operacionais	530,1	577,0	612,0	35,0	6,1%
Recebimentos Clientes	1 254,6	1 324,3	1 345,8	21,5	1,6%
Pagamentos Fornecedores	(350,6)	(389,4)	(360,9)	(28,5)	-7,3%
Pagamentos Pessoal	(114,5)	(121,4)	(132,5)	11,1	9,1%
Outros recebimentos/(pagamentos) operacionais	(259,4)	(236,5)	(240,4)	4,0	1,7%
Cash Flow Atividades de investimento	(106,5)	(146,6)	(98,4)	(48,2)	-32,9%
Cash Flow disponível para serviço da dívida	455,5	440,5	524,4	83,9	19,0%
Serviço da Dívida					
Juros e outros encargos	(149,3)	(135,2)	(108,3)	(26,9)	-19,9%
Amortização empréstimos MLP	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.
Amortização capital (BEI)	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.
Free Cash Flow	306,1	305,3	416,1	110,8	36,3%
Receb./ (Amortiz.) de empréstimos cp	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.
Empréstimos acionistas/ (amortização)	(296,0)	(294,5)	(388,4)	93,9	31,9%
Variação de caixa no período	(21,8)	0,7	16,9	16,2	2421,5%
Caixa no final do período	10,1	10,8	27,7	16,9	156,2%

9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado, positivo, no valor de 264.093,03 euros (duzentos e sessenta e quatro mil, noventa e três euros e três cêntimos), seja mantido em Resultados Transitados para cobertura de prejuízos.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

A empresa não tem dívidas ao Estado ou à Segurança Social.

A empresa-mãe da MARB, SA, a SIMAB, SA, é detida a 100% pela Párpública, SGPS, SA.

11. PERSPETIVAS FUTURAS

Durante o exercício de 2025, a atividade do MARB continuou a desenvolver-se em linha com as orientações estratégicas definidas pelo acionista, procurando assegurar o cumprimento do modelo de negócio e das funções de serviço público associadas ao mercado abastecedor, nomeadamente no que respeita à segurança alimentar e à proteção da saúde pública. Neste contexto, foi dada continuidade à dinamização comercial junto dos operadores instalados e à captação de novos parceiros, com o objetivo de consolidar os setores mais dinâmicos e estimular o desenvolvimento de áreas com menor atividade. Paralelamente, prosseguiram as iniciativas de modernização e valorização dos ativos do mercado, com vista a melhorar a eficiência operacional e reforçar a sustentabilidade económica e ambiental das infraestruturas. É também, durante o ano de 2026, importante começar atempadamente a estruturar a estratégia comercial de renovação dos contratos de 25 anos que irão expirar em junho de 2027.

Enquanto membro da *World Union of Wholesale Markets*, o MARB mantém uma posição de referência no contexto internacional dos mercados abastecedores, o que reforça a necessidade de acompanhar as melhores práticas do setor e promover processos contínuos de aprendizagem e benchmarking.

Ao longo de 2025 foram também desenvolvidos contactos com potenciais parceiros nas áreas da logística e de atividades complementares, procurando potenciar novas oportunidades de utilização de espaços e gerar receitas adicionais que permitam suportar investimentos necessários à manutenção e valorização das infraestruturas do mercado. Neste enquadramento, a atuação da empresa continuou a orientar-se por um conjunto de eixos estratégicos fundamentais: diversificação da oferta, modernização dos ativos, reforço da eficiência operacional, valorização dos recursos humanos e contributo para a prossecução de políticas públicas.

A MARB mantém igualmente a ambição de reforçar o seu papel no desenvolvimento regional, particularmente no domínio agroalimentar e logístico, procurando afirmar-se como uma infraestrutura relevante para a dinamização económica do território. Neste sentido, continuam a ser equacionadas, em articulação com parceiros públicos e privados, possibilidades de expansão e valorização futura do mercado. Os valores de resiliência, eficiência e compromisso continuam a orientar a atuação da organização, reconhecendo-se o papel central dos colaboradores na concretização destes objetivos e na consolidação de um modelo de gestão orientado para o reconhecimento do mérito, da dedicação e da melhoria contínua.

12. REFERÊNCIAS FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Acionistas a confiança e o apoio prestados, bem como a colaboração dos membros dos outros Órgãos Sociais, que permitiram dar continuidade ao desenvolvimento do projeto e à concretização dos objetivos do Mercado Abastecedor da Região de Braga.

Aos operadores, um especial agradecimento pelo interesse demonstrado na afirmação do projeto, claramente manifestado através da sua instalação e aposta no sucesso do Mercado.

Aos colaboradores, uma palavra especial de agradecimento pela disponibilidade, flexibilidade e dedicação demonstrados na prossecução das suas funções, em mais um ano atípico e num contexto geopolítico inesperado.

A finalizar, uma palavra de apreço às empresas responsáveis pela execução das diferentes prestações de serviços, assim como às instituições financeiras que participam na materialização deste projeto.

O presente Relatório de Gestão e Contas é assinado por todos os administradores, nos termos do artigo 65.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais.

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA EMPRESA

(Nos termos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nenhum dos elementos do Conselho de Administração era detentor de quaisquer ações ou obrigações em 31 de dezembro de 2025, nem realizou transações com quaisquer títulos da Empresa.

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único não detém quaisquer ações ou obrigações em 31 de dezembro de 2025, não tendo realizado quaisquer transações com quaisquer títulos da Empresa.

CUMPRIMENTO
DAS ORIENTAÇÕES
LEGAIS



ÍNDICE

II. Cumprimento das Orientações Legais

1.	Execução do Plano de Atividades e Orçamento.....	2
2.	Eficiência Operacional e Gastos Operacionais	5
3.	Recursos Humanos e Massa Salarial	10
4.	Plano de Investimentos	11
5.	Contratualização de Serviço Público	12
6.	Gestão do Risco Financeiro.....	12
7.	Limite de crescimento do endividamento	13
8.	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)	13
9.	Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e “Arrears”	15
10.	Estatuto do Gestor Público.....	16
11.	Aplicação das Normas de Contratação Pública	18
12.	Informação Complementar.....	20
13.	Quadro-Síntese do Cumprimento das Orientações	22

II. Cumprimento das orientações e disposições legais

Para efeitos da demonstração do cumprimento das orientações legais da MARB, SA foi seguida a estrutura constante do ofício SAI/2026/904 de 26 de janeiro de 2026 da Entidade do Tesouro e Finanças.

A MARB, SA procedeu ao acompanhamento mensal do grau de cumprimento dos objetivos impostos pela Lei do Orçamentos do Estado (LOE), aprovado pela Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (DLEO2025).

1. Execução do Plano de Atividades e Orçamento

- a) *Evidenciar a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2025 aprovado, conforme modelo indicativo, infra, com a identificação obrigatória do volume de negócios, gastos operacionais, rácio de eficiência e variação de endividamento, explicitando os valores orçamentados, executados e os respetivos desvios, bem como a justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável.*

O PAO2025 foi elaborado nos termos do n.º 1 do Despacho n.º 335/2024-SET de 13 de agosto de Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em que foram determinadas um conjunto de orientações específicas para a elaboração dos PAO's 2025-2027 das empresas públicas não financeiras do setor empresarial do Estado.

O PAO2025-2027 da MARB, SA foi aprovado por Despacho conjunto das tutelas financeira e setorial¹.

Sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores, face aos objetivos definidos no âmbito do PAO2025:

Unid: euro

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	305 420,63 €	264 093,03 €	-41 327,60 €	
EBITDA	784 657,73 €	780 203,17 €	-4 454,56 €	
Resultado Operacional ¹⁾ (EBIT)	515 663,46 €	515 855,41 €	191,95 €	
Volume de Negócios ²⁾	1 174 191,22 €	1 152 617,57 €	-21 573,65 €	Maioritariamente, apurado em rendimentos de prestações de serviços de assessoria técnica não realizados (-27 m€)
Gastos Operacionais ³⁾	420 585,72 €	403 144,13 €	-17 441,59 €	
Gastos Operacionais/Volume de N.	35,82%	34,98%	-0,84 p.p.	
Endividamento ⁴⁾	3 518 504,63 €	3 370 114,84 €	-148 389,79 €	
Dívida Financeira Líquida⁵⁾/EBITDA	445,78%	428,40%	-17,38 p.p.	
Disponibilidades ⁶⁾	20 664,30 €	27 707,27 €	7 042,97 €	
... ⁷⁾	

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

4) Passivo remunerado

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

6) Caixa conforme Balanço

7) Adicionar linhas com a identificação de mais indicadores, designadamente de atividade, atendendo à natureza da empresa/setor de atividade.

› Resultado Líquido

O Resultado Líquido da MARB, SA situou-se em 264,1 milhares de euros, abaixo do previsto no PAO2025, em 41,3 milhares de euros (-13,5%), evolução impactada pelo valor do imposto decorrente do efeito da redução da taxa de IRC nos impostos diferidos (55,1 milhares de euros), não prevista em sede de orçamento.

O *EBIT* situou-se em 515,9 milhares de euros, em linha com o previsto no PAO 2025 (515,7 milhares de euros).

¹ Versão aprovada pelo Conselho de Administração em 27/02/2025, objeto de parecer da UTAM pelo Relatório de Análise n.º 88/2025 de 27 de março de 2025 e aprovado por despacho conjunto SETF (21/08/2025) e SETCS (20/08/2025)

O Resultado antes de imposto (*EBT*) situou-se em 407,5 milhares de euros, acima do previsto em 27,9 milhares de euros (+7,4%), espelhando, maioritariamente, o desvio favorável nos encargos financeiros, em 27,8 milhares de euros (-20,4%), refletindo o efeito conjugado de uma evolução favorável da taxa de juro (Euribor), face à prevista em sede de orçamento, e um nível de endividamento inferior ao orçamentado, decorrente do adiamento da execução do plano de investimentos para períodos subsequentes.

Os resultados alcançados evidenciam a consolidação da eficiência operacional da empresa e a prossecução dos objetivos estratégicos definidos, refletidas na manutenção de margens operacionais sólidas, de 64,7% ao nível do *EBITDA* e de 42,8% ao nível do *EBIT*, acima do previsto em sede de orçamento, em 50 pontos base e 60 pontos base, respetivamente.

› **EBITDA (resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações)**

EBITDA

(valores em euros)	2024	2025	2025/2024		PAO4T25	2025/PAO4T25	
			ABS	%		ABS	%
Rendimentos Operacionais	1 176,4	1 205,3	28,9	2,5%	1 221,8	(16,5)	-1,3%
Gastos Operacionais	(405,7)	(425,1)	19,5	4,8%	(437,1)	(12,0)	-2,7%
EBITDA	770,8	780,2	9,5	1,2%	784,7	(4,5)	-0,6%

O *EBITDA*² ascendeu, em 2025, a 780,2 milhares de euros, registando um desvio desfavorável, em 4,5 milhares de euros (-0,6%), face ao previsto em sede de PAO 2025, traduzindo o efeito conjugado de um desvio desfavorável nos rendimentos operacionais, em 16,5 milhares de euros (-1,3%) e um desvio favorável dos gastos operacionais, em 12 milhares de euros (-2,7%).

A evolução dos **rendimentos operacionais** é, essencialmente, apurada em:

- i. **Taxas de utilização** que apresentam um desvio favorável, em 5,1 milhares de euros (+0,5%), traduzindo maioritariamente a boa performance ao nível da comercialização de escritórios no Pavilhão de Grandes e Médios Grossistas (PGMG) e ocupação temporária de uma área de estacionamento;
- ii. **Prestação de serviços de assessoria técnica**, na área da conceção e gestão de infraestruturas logísticas, na sequência de negociação com operador proprietário de terreno adjacente ao MARB, prevista em sede de orçamento e não concretizada (-27 milhares de euros);
- iii. **Outros rendimentos operacionais**, que registam um desvio favorável em 4,6 milhares de euros (+9,6%), maioritariamente referente a excesso de estimativa para impostos (+3 milhares de euros), juros de mora (+0,5 milhares de euros) e indemnizações de seguros (+1 milhar de euros).

O desvio favorável nos **gastos operacionais**, no montante de 12 milhares de euros (-2,7%) resulta, em grande parte, do efeito conjugado de:

- i. Desvio favorável nos **FSE's**, em 9,4 milhares de euros (-3,6%), destacando-se a evolução nas subrubricas de:
 - **Manutenção**, que se situa abaixo do orçamentado, em 4,2 milhares de euros (-11,9%), decorrente do adiamento de diversas intervenções para períodos subsequentes;
 - **Comissões**, que apresenta um desvio favorável, no montante de 0,5 milhares de euros (-100%), referente a comissões pagas a imobiliárias por prospeção de espaços, não realizadas em 2025;

² Apurado de acordo com SNC

- **Publicidade**, situando-se abaixo do previsto em 0,7 milhares de euros (-13,1%), pelo adiamento de ações previstas para períodos subseqüentes.
 - **Eletricidade**, que apresenta um desvio favorável, em 1,9 milhares de euros (-13,6%), decorrente da redução do valor das tarifas de acesso à rede;
 - **Limpeza**, que apresenta um desvio favorável, em 1,7 milhares de euros (-2,1%), em grande parte apurado na subrubrica de “Remoção de resíduos” (-1,8 milhares de euros), traduzindo uma diminuição da quantidade recolhida que decorre sobretudo da diminuição de desperdícios;
 - **Seguros**, que se situam acima do orçamento, em 1,2 milhares de euros (+12,4%), apurado nos ramos de responsabilidade civil e máquinas, refletindo acerto de prémios e aquisição de novo equipamento, não previsto em sede de orçamento;
 - **Trabalhos especializados**, que se situa acima do PAO2025, em 0,8 milhares de euros (+1,5%), referente a prestação de serviço no âmbito de sistemas informáticos (firewall), não previsto em sede de orçamento e cabimentado por reafecção de outras rubricas orçamentais;
- ii. Desvio favorável nos **gastos com pessoal**, em 8 milhares de euros (-5,1%), variação que acolhe justificação no efeito conjugado das seguintes situações:
- atualização salarial obrigatória³ (+0,9 milhares de euros);
 - adiamento da implementação de um Acordo de Empresa (-6,9 milhares de euros), incluindo um regime de carreiras, uma tabela salarial, um modelo de avaliação e mecanismos de progressão de carreiras, previsto em sede de PAO 2025-2027 e a aguardar despacho das tutelas, conforme despacho de aprovação do PAO2025⁴;
 - absentismo em 2025 (-0,8 milhares de euros);
 - horas extraordinárias e trabalho noturno (-0,6 milhares de euros), refletindo um número de horas de trabalho realizado em dias de feriado, inferior ao previsto;
 - formação (-0,6 milhares de euros);
 - fardamento (-0,4 milhares de euros);
 - aumento em “outros gastos com o pessoal”, tais como, seguro saúde e acidentes de trabalho, HSST, ofertas de Natal (+0,4 milhares de euros).

› Eficiência Operacional

O desvio favorável nos gastos operacionais (FSE + Gc/Pessoal) (-4,1%) superou o desvio desfavorável do volume de negócios (-1,8%) determinando um desvio favorável no indicador que mede o **peso dos gastos operacionais** (FSE's + RH), em 84 pontos base.

O **volume de negócios** apresenta um desvio desfavorável, no montante de 21,6 milhares de euros (-1,8%), apurado maioritariamente em Prestação de serviços de assessoria técnica, na área da conceção e gestão de infraestruturas logísticas, na sequência de negociação com operador proprietário de terreno adjacente ao MARB, prevista em sede de orçamento e não concretizada (-27 milhares de euros);

³ DL n.º 1/2025, de 16 de janeiro

⁴ Despacho SETF n.º 367/2025 de 31/03/2025 e Diploma n.º 77/2025 SETF e SETCS de 21/08/2025 - Relatório de Análise 88/2025 da UTAM, de 27 de março

Os **gastos operacionais (FSE + RH)**, apresentam um desvio favorável de 17,4 milhares de euros (-4,1%), evolução apurada em FSE's (-9,4 milhares de euros) e gastos com pessoal (-9,6 milhares de euros, conforme já detalhado anteriormente.

› Dívida Financeira Líquida

A dívida financeira ascendeu, em 2025, a 3.342,4 milhares de euros, situando-se abaixo do PAO2025, em 155,4 milhares de euros (-4,4%) e corresponde exclusivamente a prestações acessórias de capital, realizadas pelo acionista SIMAB, SA. As amortizações de prestações acessórias de capital, no exercício de 2025, ascenderam a 388,4 milhares de euros, que compara com o valor previsto em sede de orçamento de 330 milhares de euros, refletindo, em parte, o adiamento da execução do plano de investimentos para períodos subsequentes.

- b) *Aditar os objetivos e metas de gestão relacionados com a atividade da empresa definidos no âmbito do PAO ou no Plano de Desenvolvimento Organizacional (PDO), apresentando o respetivo grau de cumprimento, bem como os desvios verificados e as medidas corretivas adotadas.*

Os objetivos quantitativos da MARB, SA estão alinhados com os objetivos estratégicos definidos ao nível da holding e com as orientações da tutela financeira e setorial para o Grupo SIMAB bem como com as orientações definidas pela tutela financeira para as empresas do Setor Empresarial do Estado.

Os objetivos, assim estabelecidos, traduzem-se, no geral, na obtenção de uma variação positiva do *EBITDA*, diminuição do peso dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal face ao volume de negócios, redução da dívida, aumento da rentabilidade acionista e redução dos prazos de pagamento a fornecedores, dando, na generalidade, cumprimento às orientações da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

- c) *Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas (EPR), incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.*

Não aplicável porquanto a MARB, SA não integra o perímetro de consolidação das Administrações Públicas.

- d) *Indicar expressamente as autorizações concedidas em sede de apreciação e aprovação do PAO2025 (ou PDO), conforme modelo indicativo, infra.*

Autorização Concedida	Despacho Autorizador	Indicar o limite/montante autorizado para 2025
Gastos Operacionais	Despacho n.º 367/2025-SETF	Aumento em 30 mil euros, limitando o seu valor em 2025 a 421 milhares de euros, condicionado no montante do aumento e na sua execução, à aprovação pelas tutelas do Plano de Carreiras (6,9 mil euros)

2. Eficiência Operacional e Gastos Operacionais

Conforme previsto pelo artigo 52.º da Lei do Orçamento do Estado para 2025 (LOE 2025) e no artigo 140.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO 2025), o rácio da eficiência operacional (gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluídos os impactos extraordinários decorrentes do cumprimento de disposições legais, devidamente

fundamentados) deve ser igual ou inferior ao verificado em 2024. Na eventualidade de ter sido autorizada a utilização de outro indicador para medir a eficiência operacional, apresentar um quadro de suporte ao respetivo apuramento e evolução, indicando e apresentado em anexo o respetivo Despacho autorizador.

Antes de se proceder à análise da evolução dos gastos operacionais, importa destacar os principais pressupostos e condicionantes que enquadram a leitura dos respetivos indicadores.

A evolução dos gastos operacionais deve ser analisada à luz do esforço continuado de racionalização e contenção de custos prosseguido ao longo da última década, no âmbito da implementação do Programa de Redução de Custos (PRC). Embora este esforço tenha produzido resultados mensuráveis e consistentes ao nível dos indicadores de eficiência económico-financeira da empresa, originou igualmente constrangimentos relevantes, que se refletem em crescentes limitações à capacidade operacional e, em determinados casos, à própria segurança das infraestruturas e instalações, cuja antiguidade ultrapassa duas décadas.

Com efeito, existe um conjunto de prestações de serviços essenciais para o funcionamento do Mercado, designadamente limpeza, segurança e manutenção, que se encontram no limite da racionalidade financeira. Qualquer redução adicional dos níveis de serviço nessas áreas teria impactos significativos na normal atividade do Mercado e dos agentes nele instalados, tornando inviável a prossecução de novas reduções de gastos.

Neste contexto, destacam-se, as seguintes dificuldades estruturais:

- A melhoria sustentada do serviço prestado depende do adequado dimensionamento dos recursos humanos e da implementação de um programa de valorização e capacitação profissional, condição essencial para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos;
- O elevado peso dos custos fixos condiciona a margem de intervenção para novas racionalizações, uma vez que uma parte substancial dos fornecimentos e serviços externos está associada a funções essenciais, como limpeza, segurança, vigilância e manutenção, às quais acresce a pressão resultante da evolução dos preços de mercado;
- Regista-se uma tendência generalizada de aumento dos custos dos serviços, quer por via de pedidos de reequilíbrio financeiro em contratos existentes, quer no âmbito de novos procedimentos concursais, incluindo os impactos decorrentes da atualização dos acordos coletivos do setor, com particular incidência nas rubricas de vigilância e limpeza;

Estes fatores conjugados com a reduzida elasticidade do volume de negócios, decorrente do facto de a empresa se encontrar no limiar da sua capacidade instalada, limitam a possibilidade de reduções sucessivas do indicador da eficiência operacional.

Não obstante os constrangimentos identificados, a análise da situação económico-financeira evidencia que a entidade apresenta, à data, uma estrutura financeira equilibrada, assente num *cash flow* operacional positivo e recorrente, suficiente para assegurar as necessidades correntes de investimento, não se verificando recurso a aumento de financiamento externo.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - artigo 140.º do DLEO 2025	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025(Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
Gastos operacionais (GO)							
(1) CMVMC	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(2) FSE	254 518,75 €	263 924,74 €	250 605,10 €	3 913,65	1,6%	-9 405,99	-3,6%
(3) Gastos com o pessoal	148 625,38 €	156 660,98 €	139 011,30 €	9 614,08	6,9%	-8 035,60	-5,1%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de disposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	15 004,70 €	22 642,31 €	9 799,92 €	5 204,78	53,1%	-7 637,60	-33,7%
i. Gastos relativos aos órgãos sociais a)	9 799,92 €	9 799,92 €	9 799,92 €	0,00	0,0%	0,00	0,0%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais a)*	5 965,39 €	5 956,59 €	0,00 €	5 965,39	-	8,80	0,1%
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias a)	0,00 €	6 885,80 €	0,00 €				
iv. Efeito do Absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo) a)*	-760,61 €	0,00 €	0,00 €	-760,61	-	-760,61	-
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	388 139,43 €	397 943,42 €	379 816,48 €	8 322,95	2,2%	-9 803,99	-2,5%
(6) Volume de negócios	1 152 617,57 €	1 174 191,22 €	1 124 236,00 €	28 381,57	2,5%	-21 573,65	-1,8%
Vendas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
Prestações de Serviços	1 152 617,57 €	1 174 191,22 €	1 124 236,00 €	28 381,57	2,5%	-21 573,65	-1,8%
Outros Rendimentos que concorrem para o VN (discriminar e fundamentar, se aplicável)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
Indemnizações Compensatórias (se aplicável)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(7) Impactos no VN decorrentes de disposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	1 152 617,57 €	1 174 191,22 €	1 124 236,00 €	28 381,57	2,5%	-21 573,65	-1,8%
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	33,7%	33,9%	33,8%	-0,11		-0,22	

Informação adicional	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025(Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	148 625,38 €	156 660,98 €	139 011,30 €				
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	9 799,92 €	9 799,92 €	9 799,92 €	0,00	0,0%	0,00	0,0%
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais (discriminar, se aplicável)	5 965,39 €	5 956,59 €	0,00 €	5 965,39	-	8,80	0,1%
iii. (-) Acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico ^{a)}	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	0,00 €	6 885,80 €	0,00 €	0,00	-	-6 885,80	-100,0%
v. (+) Efeito do Absentismo	760,61 €	0,00 €	0,00 €	760,61	-	760,61	-
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)a)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	133 620,68 €	134 018,67 €	129 211,38 €	4 409,30	3,4%	-398,00	-0,3%
(3) Gastos com deslocações e alojamento	176,55 €	350,00 €	0,00 €	176,55	-	-173,45	-49,6%
(4) Gastos com ajudas de custo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(5) Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	4 111,70 €	3 924,51 €	4 004,63 €	107,07	2,7%	187,19	4,8%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	0,00 €	200,00 €	0,00 €	0,00	-	-200,00	-100,0%
(7) Total dos gastos (3) a (6)	4 288,25 €	4 474,51 €	4 004,63 €	283,62	7,1%	-186,26	-4,2%
(8) N.º de Viaturas (operacional)	1	1	1	0,00	0,0%	0,00	0,0%
(9) N.º de viaturas (não operacional)	0	0	0	0,00	-	0,00	-

a) Devem ser excluídos os gastos relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico, celebrado a 1 de outubro de 2024.

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

No que respeita ao cumprimento das medidas de redução dos gastos operacionais, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, a empresa continua a implementar uma política de melhoria de eficiência da atividade desenvolvida através da racionalização de recursos e contenção de custos correntes, mantendo, no entanto, a salvaguarda da qualidade dos serviços prestados.

Para efeitos do disposto no DLEO2025⁵, o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, expurgando o impacto no aumento da despesa operacional atribuído ao cumprimento de disposições legais⁶, valorizações remuneratórias obrigatórias e o efeito do absentismo, situou-se em 33,7%, abaixo do ano anterior, em 11 pontos base, em resultado do efeito conjugado de:

- i. Aumento do **volume de negócios**, em 28,4 milhares de euros (+2,5%), refletindo em grande parte, o crescimento dos rendimentos *core*, as taxas de utilização, em 28,2 milhares de euros

⁵ Artigo 140.º, n.º 2

⁶ Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro (atualizações remuneratórias obrigatórias)

(+2,7%), traduzindo, essencialmente, a atualização do preço unitário, em 2,22%⁷ e um aumento da ocupação dos escritórios, no PGMG e a ocupação temporária de área de estacionamento por um operador logístico;

- ii. Aumento dos **gastos operacionais ajustados** (excluindo impacto das atualizações remuneratórias⁶, valorizações remuneratórias e o efeito do absentismo), em 8,3 milhares de euros (+2,2%), refletindo:
- Aumento dos **FSE's**, em 3,9 milhares de euros (+1,6%), evolução maioritariamente impactada por:
 - **Trabalhos especializados**, que aumentam, em 2,8 milhares de euros (+5,2%), relativamente a prestação de serviços na área de sistemas informáticos (*firewall*);
 - **Vigilância**, que regista um aumento, no montante de 2,4 milhares de euros (+7,2%), refletindo o agravamento de preço da prestação de serviço, em resultado do concurso público lançado, que entrou em vigor em 1 julho de 2024;
 - **Limpeza**, que apresenta um aumento, no montante de 2,3 milhares de euros (+3,1%), traduzindo, maioritariamente, o efeito conjugado de: (i) aumento de gastos com limpeza exterior, em 3,6 milhares de euros (+7,2%), decorrente da atualização de preço contratualmente prevista, impactada pelo ajustamento da política salarial aplicada ao setor e agravamento do salário mínimo nacional; (ii) diminuição de gastos com remoção de resíduos, em 1,8 milhares de euros (-7,9%) traduzindo uma diminuição da quantidade recolhida que decorre sobretudo da diminuição de desperdícios;
 - e (iii) aumento de gastos com consumíveis, em 0,4 milhares de euros (+19,5%);
 - **Eletricidade**, que apresenta um decréscimo de 2,9 milhares de euros (-19,5%), refletindo a redução do preço unitário, a partir de junho/2025, na sequência de concurso público, aliado a uma redução das tarifas de acesso à rede e a uma redução dos consumos, comparativamente ao ano anterior, em 1.112 kWh (-1,84%);
 - **Água**, que apresenta uma redução, em 0,9 milhares de euros (-13,1%), refletindo uma redução do consumo em 484 m³ (-20,36%);
 - **Seguros**, que apresenta um aumento de 0,9 milhares de euros (+9%), espelhando o agravamento de prémios em virtude da sinistralidade historicamente registada e a inclusão de novo equipamento (empilhador);
 - **Publicidade**, reduz, em 1 milhar de euros (-18,8%), maioritariamente apurado em gastos com ações de promoção do MARB e manutenção do site.

Refira-se que os impactos ao nível dos fornecimentos e serviços externos foram, essencialmente, os que decorreram de impactos inflacionistas e que influenciaram os gastos como vigilância e limpeza, impactados ainda pelos aumentos relativos às negociações dos acordos coletivos das empresas dos setores.

Apesar do contexto inflacionista, a preconização de uma política de contenção de gastos permitiu garantir a contenção dos gastos operacionais, garantindo ganhos de eficiência, sem, contudo, comprometer a operacionalidade do Mercado.

- Aumento dos **gastos com o pessoal**, excluído os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, das valorizações remuneratórias obrigatórias, bem como do efeito do absentismo, em 4,4 milhares de euros (+3,4%), conforme detalhe seguinte:

⁷ Média dos 12 últimos meses do IPC total exceto habitação, do continente

Gastos com pessoal (exceto órgãos sociais)	EUR
(1) Gastos c/ Pessoal 2024	129 211,4
Ajustamentos:	
(i) Atualização Salarial ⁽¹⁾	5 965,4
(ii) Absentismo 2025	-760,6
(2) Total Ajustamentos (i) + (ii)	5 204,8
(iii) Efeito líquido substituição de trabalhador ⁽²⁾	-3 140,0
(iv) Atualização do Subsídio Alimentação	5 162,6
(v) Formação	840,0
(vi) Seguro AT + Seguro Saude	1 202,5
(vii) Outros (seguros, fardamento, HST, horas extraordinárias, etc.)	344,2
(3) Total (iii)+(iv)+(v)+(vi)+(vii)+(viii)	4 409,3
Gastos com Pessoal 2025 (1) + (2) + (3)	138 825,5

⁽¹⁾ DL n.º 1/2025, de 16 de janeiro

⁽²⁾ Trabalhador que sai da empresa em junho de 2024, por motivo de reforma

Os ajustamentos indicados no cálculo do rácio de eficiência correspondem aos elementos indicados nas instruções e necessários para assegurar a correta evolução da eficiência decorrentes de alterações não existentes no ano anterior.

› Encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e associados à frota automóvel

Em 2025, os encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria encontram-se acima dos registados em 2024, por um valor absolutamente residual, em termos absolutos, de 283,62 euros (+7%).

Os gastos com deslocações apurados para este efeito (apenas viagens e estadias) diferem do valor de deslocações e estadas da Demonstração dos Resultados, uma vez que não integra gastos com portagens e estacionamento, que são incluídos nos gastos com a frota automóvel.

Esta evolução é apurada em gastos com deslocações e alojamentos (+176,55 euros), sendo que em 2024 não ocorreram gastos desta natureza e nos gastos associados à frota automóvel (+107,1 euros), conforme seguidamente se detalha:

Gastos com a frota automóvel

Euro	2023	2024	2025	2025/2024	
				ABS	%
Combustível	244,3	197,2	172,4	(24,8)	-12,6%
ALD	3 753,5	3 753,5	3 753,5	0,0	0,0%
Portagens e Estacionamento	115,3	54,0	39,8	(14,2)	-26,3%
Conservação e Reparação	0,0	0,0	146,0	146,0	n.d.
Seguro	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.
Nº veículos	1	1	1	0,0	0,0%
Total	4 113,1	4 004,6	4 111,7	107,1	2,7%

Estes gastos incluem todos os gastos passíveis de serem associados às viaturas (rendas, seguros, portagens e estacionamento, manutenção, combustíveis).

No final de 2025, a frota automóvel da MARB, SA era composta por 1 viatura operacional, em regime de aluguer operacional, tal como em 31 de dezembro de 2024.

› **Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria**

Não foram registados encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, em 2025 e 2024.

3. Recursos Humanos e Massa Salarial

Tendo em consideração o previsto nos artigos 138.º e 139.º do DLEO 2025, no Despacho n.º 1103-B/2025, de 22 de janeiro de 2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, apresentar informação sobre a evolução do número de recursos humanos, de forma desagregada e indicar o(s) correspondente(s) impacto(s) nos gastos com pessoal.

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Movimentos de Pessoal em 2025					Situação a 31/12/2025
		Saídas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações*	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)**	
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6) = (1)-(2)+(3)+(4)+(5)
Órgãos Sociais (OS)	3	0	0	0	0	0	3
Cargos de direção (s/ OS)	1	0	0	0	0	0	1
Trabalhadores							0
Categoria 1	7	0	0	0	0	0	7
Total (OS+CD+Trabalhadores)	11	0	0	0	0	0	11
Impacto nos gastos com pessoal		0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

* Indicar o Despacho autorizador.
** Especificar

Em 31/12/2025, a MARB, SA apresenta um quadro de 7 trabalhadores e três órgãos sociais, sendo de referir que o cargo de dirigente a desempenhar funções, desde 2011, tem vínculo e é remunerado pela empresa mãe (SIMAB, SA), encontrando-se a prestar serviços à MARB, SA, incluído no contrato de gestão realizado entre as duas empresas.

Em 31 de dezembro de 2025, encontra-se por preencher um lugar no quadro de pessoal da empresa.

Indicar a evolução da massa salarial, nos termos e para os efeitos previstos no Despacho n.º 1103-B/2025, de 22 de janeiro de 2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

Recursos Humanos e massa salarial

	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
N.º de membros dos órgãos sociais (OS)	3	3	3	0	0,00%
N.º de membros cargos de direção (CD)	1	1	1	0	0,00%
N.º dos restantes trabalhadores (sem OS e sem CD)	7	7	7	0	0,00%
TOTAL	11	11	11	0	0,00%
N.º Trabalhadores/N.º CD	2,7	2,7	2,7	0	0,00%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	148 625,38 €	156 660,98 €	139 011,30 €	9 614,08 €	6,92%
Massa Salarial Global	79 477,16 €	79 477,16 €	74 724,44 €	4 752,72 €	6,36%
Massa Salarial sem os efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do n.º de trabalhadores) ^{a)}	79 477,16 €	79 477,16 €	74 724,44 €	4 752,72 €	6,36%

a) Aferição do Despacho n.º 1103-B/2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

A atualização da massa salarial em 2025, face a 2024, traduz a aplicação de disposições legais, nomeadamente, do Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro, determinando um aumento da massa salarial em 6,36%. Importa salientar que 5 dos 6 trabalhadores que estiveram em funções, em 2025 e 2024, auferiam, a remuneração mínima mensal garantida (RMMG).

Dois vogais do Conselho de Administração não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público, apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente pela SIMAB, SA à MARB, SA e o vogal do Conselho de Administração nomeado pelo Município de Braga também não é remunerado.

4. Plano de Investimentos

Explicitar claramente eventuais investimentos executados que não foram previstos no PAO (ou PDO) aprovado, ou, estando previstos no PAO (ou PDO) aprovado, excederam o valor orçamentado, bem como a eventual autorização autónoma concedida pelas tutelas e em que termos.

No que concerne ao investimento realizado, em 2025, totalizou um montante de 65,2 milhares de euros, correspondente a uma taxa de execução de 32%, maioritariamente correspondente a:

- (1) Reabilitação de Infraestruturas e beneficiação de espaços (22,3 milhares de euros), com intervenções no âmbito de: (i) fornecimento e instalação de cantoneira para fixação de grelha no sistema de drenagem do pavimento interior (corredor central) do Pavilhão 3_GMG (15,8 milhares de euros); (ii) fornecimento e instalação de equipamento (6,6 milhares de euros);
- (2) Aquisição de empilhador elétrico com retoma do antigo (34 milhares de euros);
- (3) Aquisição de equipamento administrativo, nomeadamente, computador portátil (1,9 milhares de euros) e outro equipamento (0,3 milhares de euros);
- (4) Alteração da rede do SADI (1,5 milhares de euros);
- (5) Aquisição de extintores (0,6 milhares de euros);
- (6) Aquisição de sinalética (0,4 milhares de euros);
- (7) Intervenção na instalação elétrica (2,5 milhares de euros);
- (8) Equipamentos diversos (1,6 milhares de euros).

A execução do Plano de Investimentos apresentou-se da seguinte forma:

Plano de Investimento	PAO 2025	Total		Fontes de financiamento					Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas	
		Executado 2025	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras			
Beneficiação de Espaços	82 490,65 €	22 329,00 €	22 329,00 €							-60 161,65 €	
Aquisição de Claraboias	20 886,65 €	0,00 €	0,00 €							-20 886,65 €	
Reabilitação de coberturas	30 335,90 €	0,00 €	0,00 €							-30 335,90 €	
Projetos/Fiscalização/Taxas Licenciamento	8 000,00 €	0,00 €	0,00 €							-8 000,00 €	
CCTV - câmaras fixas na entrada do MARB	2 000,00 €	0,00 €	0,00 €							-2 000,00 €	
Upgrade-SADI	5 000,00 €	1 524,90 €	1 524,90 €							-3 475,10 €	
Extintores	500,00 €	619,00 €	619,00 €							119,00 €	
Projeto - Instalação de Iluminação LED	5 000,00 €	2 476,00 €	2 476,00 €							-2 524,00 €	
Outros Equipamentos (Recursos Energeticos)	6 000,00 €	0,00 €	0,00 €							-6 000,00 €	
Aquisição de Contentores	1 000,00 €	0,00 €	0,00 €							-1 000,00 €	
Aquisição de Computadores	1 650,00 €	2 195,70 €	2 195,70 €							545,70 €	
Empilhador	42 550,00 €	34 000,00 €	34 000,00 €							-8 550,00 €	
Mobiliário	500,00 €	44,71 €	44,71 €							-455,29 €	
Ar condicionado	1 000,00 €	0,00 €	0,00 €							-1 000,00 €	
Equipamento Diverso		2 011,72 €	2 011,72 €							2 011,72 €	
Valor total do investimento	206 913,20 €	65 201,03 €	65 201,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-141 712,17 €	

A taxa de execução do investimento na MARB, SA de 32% (65.201 euros, executados de um total previsto de 206.913 euros) deve-se, essencialmente, à insuficiência de recursos técnicos disponíveis na equipa e à obrigatoriedade dos concursos públicos, que impõem prazos processuais mais longos e complexos.

Este cenário impactou diversas rubricas, nomeadamente a reabilitação de coberturas e fachadas e beneficiação de espaços, entre outras, refletindo a dificuldade de acelerar a execução dos investimentos sem o reforço adequado da capacidade operacional e sem flexibilização dos procedimentos licitatórios.

Atente-se ainda, que dada a natureza de determinadas intervenções, como a reabilitação/beneficiação do edificado, para as quais, as “janelas de tempo” são muito específicas, os recursos estarem afetos a outros procedimentos, não sendo possível a sua execução em tempo.

Apesar destes desafios, estão a ser envidados esforços para ajustar os processos e otimizar a execução dos restantes investimentos em 2026, de forma a cumprir os objetivos estratégicos do MARB.

5. Gestão do Risco Financeiro

Os riscos a que a MARB, SA se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos.

A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

Risco de Crédito - O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados.

Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade das contas a receber; o perfil de risco do cliente; e as condições financeiras dos clientes.

Risco de Liquidez – A MARB, SA está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro.

No passado, a MARB, SA teve necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de investimento. A empresa financiou-se por via de prestações acessórias de capital, integrada numa política de concentração de crédito bancário na empresa mãe.

A dívida financeira da MARB, SA corresponde, assim, integralmente a empréstimos acionistas realizados pela empresa-mãe (SIMAB, SA), a qual assegura a gestão de financiamento e a gestão do risco de liquidez da MARB, SA. Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos acionistas ascendem ao montante de 3.370,1 milhares de euros.

A política de financiamento definida pela *holding* é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Adotar, ao nível da gestão do risco de liquidez, uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo; e,
- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com a maturidade dos seus ativos.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a empresa tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos. O Grupo SIMAB, que integra a MARB, detém uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis;
- Planeamento financeiro anual detalhado;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida consistente com os ativos de longo prazo; e,
- Manutenção de uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis.

O objetivo da MARB, SA, em relação à gestão de capital é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente da dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão de risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da sociedade, com uma remuneração adequada dos capitais investidos e gerando benefícios para todos os *stakeholders*.

Ano	2025	2024	2023	2022	2021
Passivo Remunerado	3 370 114,84 €	3 758 504,42 €	4 053 004,42 €	4 349 004,42 €	4 687 004,42 €
Prestações Acessórias de capital	3 370 114,84 €	3 758 504,42 €	4 053 004,42 €	4 349 004,42 €	4 687 004,42 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Em 2025, o custo médio do financiamento situou-se em 3,04%, abaixo do ano anterior em 164 pontos base.

Importa referir que os empréstimos acionistas são remunerados à taxa equivalente ao custo de financiamento da SIMAB, SA. Neste contexto, a evolução, face a 2024, espelha a evolução favorável das taxas de juro de referência (Euribor), refletindo as condições atuais do mercado financeiro, mantendo-se o *all in spread* na sequência das negociações mantidas com a banca comercial. De salientar que a totalidade da dívida da empresa encontra-se indexada a taxa de juro variável.

Ano	2025	2024	2023	2022	2021
Encargos Financeiros (€)	108 309,78 €	182 569,79 €	156 389,24 €	41 461,80 €	38 005,56 €
Taxa Média de Financiamento (%)	3,04%	4,67%	3,72%	0,92%	0,79%

A taxa média é calculada por referência ao passivo bancário médio de 2 anos.

6. Contratualização de Serviço Público

Na eventualidade da existência de contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrados com o Estado, a empresa deverá apresentar a execução face ao explicitado nos instrumentos de planeamento.

Não aplicável porquanto a MARB, SA não celebrou qualquer contrato-programa com o Estado.

7. Limite de crescimento do endividamento

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º da LOE2025, apurado de acordo com a fórmula definida no n.º 1 do artigo 141.º do Decreto-lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (DLEO 2025) e tendo em conta os novos investimentos, o crescimento do endividamento, em 2025, face a 2024, é limitado a 2%.

Nos anos de 2025 e 2024, não ocorreram aumentos de capital.

Em 2025, não se realizaram investimentos com enquadramento no conceito “novo investimento com expressão material”, definido nos termos do artigo 141.º do DLEO 2025.

Neste contexto, a taxa de variação do endividamento apresenta-se como segue:

Ano	2025	2024
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio	4 447 038,10 €	4 447 038,10 €
Financiamento remunerado	3 370 114,84 €	3 758 504,42 €
Novos investimentos com expressão material em 2025	0,00 €	
Varição do Endividamento	-4,73%	

A MARB, SA cumpre assim os limites de endividamento definidos, tendo o passivo remunerado, em 2025, diminuído em 4,73%, face a 2024.

8. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

A situação financeira das empresas do Grupo SIMAB, entre as quais a MARB, SA, obriga ao recurso permanente a instrumentos de dívida de longo, médio e curto prazo, nomeadamente, a descobertos

autorizados, programas de emissão de papel comercial e financiamentos de médio/longo prazo para suportar investimentos de expansão da capacidade dos Mercados.

Neste contexto, as empresas recorrem ao Mercado para se financiarem, uma vez que o financiamento não pode ser assegurado pelo IGCP.

A maior ou menor capacidade de negociação das linhas de financiamento depende, em larga medida, do nível de serviços prestados pelas entidades bancárias, que são utilizados pela empresa, bem como do volume/valor dos movimentos efetuados junto das instituições financeiras.

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do Grupo SIMAB são desenvolvidas pela *holding*, procurando criar os meios necessários para fazer face às necessidades das participadas, tendo sempre presente o objetivo de manter o equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A utilização de linhas de descoberto autorizado como instrumento de financiamento dos *deficits* de tesouraria gerados nas empresas do Grupo, determina a manutenção de depósitos bancários, que na realidade consubstanciam, maioritariamente saldos resultantes do desfasamento temporal (em geral correspondente a 1 dia), originado pelo mecanismo de movimentação de fluxos operado pelos Bancos, entre a compensação de saldos credores (excedentes) e saldos devedores (utilização de linhas de Descoberto bancário).

Os montantes visam assim garantir a estabilidade das operações das empresas, assegurando a existência dos fundos necessários à sua atividade corrente e compromissos periódicos como o pagamento de juros e de prestações de capital, no âmbito de financiamentos obtidos, impostos, fornecedores ou salários, uma vez que a sua simples existência pressupõe que as empresas se estão a financiar para os manter.

Os “excedentes de tesouraria” gerados são assim, diariamente aplicados na redução de utilização de linhas de apoio à tesouraria (Descobertos autorizados), por forma a minimizar o custo do financiamento.

Face à necessidade das empresas do Grupo recorrerem à banca comercial para operações de financiamento, uma vez que o IGCP não assegura a prestação de operações de financiamento de curto ou médio prazo, à semelhança do procedimento adotado em anos anteriores, entendeu o Conselho de Administração da SIMAB, SA solicitar exceção do cumprimento do princípio da UTE, para as empresas do Grupo SIMAB relativamente a 2024 e 2025⁸, ao abrigo do disposto no artigo 105.º, n.º 6 do Decreto-Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro e do artigo 28.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, ao IGCP a dispensa do cumprimento da unidade de tesouraria do estado, pelo prazo de dois anos.

O Despacho n.º 0299/2024, de 26 de novembro de 2024, do IGCP, em resposta ao pedido da SIMAB, SA, alheio à necessidade das empresas recorrerem ao Mercado para se financiarem, uma vez que o financiamento não pode ser assegurado pelo IGCP, e do impacto financeiro negativo resultante da abrangência da obrigatoriedade de aplicação dos excedentes não permanentes no IGCP, autorizou apenas a dispensa parcial do cumprimento da unidade de tesouraria do Estado, à semelhança dos anos anteriores.

Neste contexto, todas as empresas do Grupo SIMAB (SIMAB, SA; MARL, SA; MARF, SA; MARB, SA e MARE, SA) detêm contas no IGCP, encontrando-se em utilização como canal financeiro o *Homebanking*.

Adicionalmente, têm vindo a ser adotadas outras medidas que permitem incrementar a transacionalidade destas contas, nomeadamente, a indicação do IBAN da conta que cada empresa detém junto do IGCP, nas faturas emitidas pelas empresas, como única opção de pagamento por via de transferência bancária, utilização de cartão de crédito para gestão de fundo de maneiço, pagamentos de Via Verde, pagamento de vencimentos e fornecedores, para além do encerramento de contas em bancos com os quais o Grupo SIMAB não detém qualquer operação de financiamento.

⁸ Ref.ª ADM/240015 de 11 de junho de 2024

A MARB, SA está obrigada ao cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado por força da aplicação do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, do artigo 13.º da LOE 2025, e do artigo 97.º do DLEO 2025, ao qual não foi excecionado, ainda que, para os anos 2024 e 2025 tenha obtido autorização do IGCP, para algumas dispensas, conforme Despacho n.º 0299/2024, de 26 de novembro de 2024, do IGCP.

Neste contexto, a MARB, SA apenas mantém conta aberta fora do IGCP no banco Millenniumbcp, para fazer face à vertente credora de débitos diretos, operação não disponibilizada pelo IGCP.

É prestada informação trimestral, via SIRIEF, sobre os montantes e as entidades em que se encontram a totalidade das disponibilidades das empresas do Grupo.

Banca Comercial*	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
MILLENIUM BCP	3 602,16 €	20 633,65 €	8 204,31 €	8 010,41 €
Total	3 602,16 €	20 633,65 €	8 204,31 €	8 010,41 €
Juros auferidos (€)**	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

*** Identificar a(s) data(s) da entrega dos rendimentos das aplicações financeiras.

IGCP	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	6 429,61 €	16 884,86 €	18 772,22 €	13 410,99 €
Aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	6 429,61 €	16 884,86 €	18 772,22 €	13 410,99 €

A MARB, SA não detém aplicações financeiras fora do IGCP.

9. Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e “Arrears”

a) Indicar o PMP, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, na sua versão atual:

PMP	2025	2024	Variação 25/24	
			Valor	%
Prazo (dias)	62	39	23	59,2%

O indicador do (PMP)⁹, em 2025, situou-se em 62 dias, que compara com 39 dias, em 2024, consubstanciando um aumento de 23 dias (+59,2%).

A evolução do prazo é impactada pelo registo de faturas recebidas no final de dezembro de 2025 que, não se encontrando vencidas, influenciam o cálculo do PMP. Em 31/12/2025, 88% do saldo de fornecedores respeitava a dívida não vencida.

Expurgando os saldos intra grupo, o PMP, em 31/12/2025, situou-se em **39 dias** (36 dias em 31/12/2024).

Foram incluídos no cálculo deste indicador apenas os saldos de curto prazo, ou seja, os saldos que decorrem da atividade e investimentos correntes.

b) Indicar os atrasos nos pagamentos (“arrears”) conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

No que respeita à divulgação de informação dos atrasos de pagamento definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011 de 17 de maio, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, a MARB, SA não apresenta, à data de 31/12/2024, atrasos nos pagamentos:

⁹ Calculado nos termos da RCM n.º 34/2008 com a alteração introduzida pelo despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril

Dívida Vencida (>90 dias)	Valor das dívidas vencidas (art. 1.º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do art. 4.º do DL 127/2012)				
	2025				2024
]90-180] dias]180-365] dias	> 365 dias	Total	Total
1 - Aq. de Bens e Serviços	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2 - Aq. de Capital	606,63 €	549,33 €	76 642,90 €	77 798,86 €	76 825,93 €
3 - Total dívida vencida >90 dias (1+2)	606,63 €	549,33 €	76 642,90 €	77 798,86 €	76 825,93 €
4 - Situações excluídas (n.º art. 4.º DL 127/2012)	606,63 €	549,33 €	76 642,90 €	77 798,86 €	76 825,93 €
4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória					
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor	606,63 €	549,33 €	76 642,90 €	77 798,86 €	76 825,93 €
4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados					
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Nota: **PAGAMENTOS EM ATRASO** são representados pelas contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

Excluem-se deste conceito: as obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória; as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, e os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, conforme estabelece o n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOE 2024	Saldo
1 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) ¹	0,00 €
2 - Pagamentos em atraso 2025 (>90 dias) ¹	0,00 €
3 - D Pagamentos em atraso (2-1)	0,00 €
4 - Dotações orçamentais adicionais em 2025 ²	N.A.
5 - Saldo (3+4)	0,00 €

Notas: 1 - Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011; 2 - Apenas aplicável às entidades públicas reclassificadas

O «Atraso no pagamento» corresponde ao não pagamento de faturas relativas ao fornecimento dos bens e serviços, após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

As dívidas a fornecedores foram calculadas de acordo com o mesmo critério do prazo médio de pagamentos apresentado no ponto anterior.

Do total do valor identificado no quadro (77.798,86 euros), grande parte respeita a faturas não devidas e reclamadas junto do respetivo fornecedor de investimento (73.416,16 euros) e o valor remanescente respeita a retenções efetuadas em contexto de garantia de obra, nos termos legais e contratuais (4.382,70 euros).

10. Estatuto do Gestor Público

a) Objetivos de Gestão

Indicar os objetivos de gestão para 2025, conforme proposta submetida à ETF nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 18.º e 30.º do EGP e na Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, apresentando o respetivo grau de cumprimento, identificando os desvios verificados e as medidas corretivas adotadas.

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARB, SA.

Na sequência da eleição do atual Conselho de Administração, em março de 2021, foram emanadas pelo acionista orientações estratégicas, que presidem a atividade do Grupo SIMAB, desde essa data.

A Deliberação Unânime por Escrito de 23 de março de 2021, com a eleição do Conselho de Administração da holding SIMAB, SA, solicitava a apresentação de uma proposta de objetivos,

indicadores e metas, que constituiria a base dos contratos de gestão a celebrar, também decorrentes do artigo 18º do Estatuto do Gestor Público (DL n.º 71/2007, de 27 de março), sendo os principais de seguida sintetizados:

- a) Desenvolver as ações necessárias de modo a garantir a evolução do modelo de negócio da SIMAB, em termos que:
 1. Garantam o cumprimento de serviço público;
 2. Assegurem a rentabilidade económica e financeira da empresa;
 3. Preservem os valores ao nível de segurança e garantia de saúde pública do mercado abastecedor.
- b) Promover a eficácia e eficiência da SIMAB, com racionalização do seu desenvolvimento de negócio e da sua orgânica, garantindo a contenção de custos operacionais e adequação à dimensão e perfil de negócios.
- c) Promover a consolidação da estrutura financeira da Sociedade, preservando a remuneração do capital acionista.

Conforme solicitado, foi enviado no prazo definido de 45 dias, para ser alvo de concertação, uma proposta de objetivos, indicadores e metas, com vista à celebração do referido contrato de gestão.

No seguimento dos posteriores contatos, contributos e reuniões de trabalho, foi reenviado o documento revisto. Aguardando-se da parte da Acionista decisão sobre o mesmo, razão pela qual ainda não é possível de ser vertida neste documento, tal proposta relativa ao Contrato de Gestão, salientando-se, contudo, a existência e o prosseguimento de um Plano Estratégico

Pelo acima exposto, não existiram, em 2025, objetivos em vigor ao abrigo de Contratos de Gestão, para o atual Conselho de Administração nomeado em Assembleia Geral na empresa mãe SIMAB, SA e, por inerência, na MARB, SA, pelo que a empresa tem vindo a monitorizar os objetivos e indicadores quantitativos, tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento, aprovado pelas tutelas.

De salientar que não tendo sido reunidas as condições para nomeação de Administração nas últimas Assembleias Gerais na empresa mãe SIMAB, SA e, por inerência, na MARB, SA, mantém-se o Conselho de Administração e a continuidade do mandato 2021/2023 em funções.

b) Artigos 32.º e 33.º do EGP

- i. Os membros do Conselho de Administração da MARB, SA não utilizam cartões de crédito para fazer face a despesas ao serviço da empresa;
- ii. Os membros do Conselho de Administração da MARB, SA não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- iii. Os membros do Conselho de Administração da MARB, SA não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito de despesas com comunicações;
- iv. Os membros do Conselho de Administração da MARB, SA não utilizam viaturas de serviço.

c) Despesas não documentadas ou confidenciais.

A MARB, SA não teve, em 2025, despesas não documentadas ou confidenciais, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e no artigo 11.º do EPG.

11. Aplicação das Normas de Contratação Pública

Indicar designadamente:

- a) *o modo como foram implementadas as normas de contratação pública, aplicáveis à empresa, vigentes em 2025, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, este ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente;*

Todas as empresas do Grupo SIMAB estão sujeitas ao regime da contratação pública, sendo consideradas entidades adjudicantes, nos termos do n.º 2, do Art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) tendo, em 2025, dado cumprimento às normas de contratação pública, na formação e execução dos seus contratos, com aplicação no CCP.

Durante o ano de 2025, os processos de aquisição, sujeitos à Parte II do Código dos Contratos Públicos e expurgados os ajustes diretos simplificados que não careceram de tramitação processual de contratação pública, ascenderam a 7 processos correspondentes a 111,5 milhares de euros.

Destes, 64%, do valor total dos preços contratualizados, foram transacionados em condições concorrenciais, através de concurso público e 19% através de consulta prévia.

Cerca de 17% (19 milhares de euros), correspondendo a 2 procedimentos, foram efetuadas por ajuste direto a uma entidade, dada a especificidade técnica, sempre dentro do limite legal para este tipo de procedimento.

A MARB, SA comunica os seus procedimentos de contratação pública, através do portal dos contratos públicos - Base.

- b) *os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização;*

Por forma a mitigar riscos de não cumprimento das normas de Contratação Pública, alinhado com os normativos relativos à prevenção da corrupção¹⁰ em incrementar mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação de bens e serviços, apesar das práticas já existentes conducentes ao seu cumprimento, a MARB segue Regulamento de Controlo Interno de Contratação Pública, aprovado pela SIMAB, em 2021, que pretende constituir um conjunto de regras e princípios definidores de métodos e procedimentos aplicáveis à contratação pública, no âmbito da celebração de contratos de aquisição de bens e serviços e empreitadas, desde a fase pré-contratual, decisão de contratar/autorização de despesa, até à publicitação no portal da contratação pública.

De forma resumida apresentam-se as atividades/fases englobadas no referido Regulamento Interno e a intervenção das respetivas áreas responsáveis:

¹⁰ Designadamente Recomendação n.º 4/2020, de 2 de outubro de 2020, do CPC e Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro – Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC)

Ref	Atividade	Área Responsável	Descrição
1	Informação de Necessidade	DR	DR descreve e fundamenta a necessidade, enquadrando a aquisição, o objeto, o valor previsional, o prazo de duração, o tipo de procedimento, as entidades que pretende convidar e a proposta de júri, quando aplicável
2	Cabimentação	DF	DF procede ao registo do Cabimento Orçamental e solicita as autorizações prévias necessárias, quando aplicável
3	Controlo Interno	DC	DC analisa a Informação de Necessidade, confere as soluções jurídicas adotadas e solicita os pareceres necessários (Ficha de Verificação I)
4	Peças do Procedimento	DR	DR, na sequência dos pareceres positivos, elabora o convite/procedimento e o caderno de encargos e elabora proposta ao órgão competente para a decisão de contratar
5	Controlo Interno	DC	DC verifica o teor do convite, caderno de encargos e proposta ao órgão competente para contratar (Ficha de verificação II)
6	Decisão de Contratar	CA/CE	Órgão competente para a decisão de contratar delibera sobre a proposta da DR que inclui a Informação de Necessidade, a cabimentação, os pareceres, a designação do júri quando aplicável e as peças do procedimento
7	Publicitação Procedimento (Convites; Anúncio)	DC	DC procede ao envio dos Convites, através de endereço de correio eletrónico dedicado (<i>mailbox contratacao</i>) ou à submissão do anúncio e disponibilização do procedimento na plataforma de contratação pública
8	Prazo para apresentar proposta	DC	Técnico responsável pela Caixa de Correio/Plataforma Contratação pública verifica se, no prazo definido, os convidados/interessados apresentaram pedido de esclarecimento e/ou de retificação de peças ou correção de erros ou omissões
9		DR/Júri	Júri analisa os pedidos e DR elabora informação, que remete ao órgão competente para contratar, para sua deliberação, quando aplicável. Caso haja respostas, o Técnico Responsável pela Caixa de Correio ou plataforma disponibiliza-as aos Convidados/interessados
10	Lista de Concorrentes	Júri	Júri inicia a análise das propostas, elaborando a lista de concorrentes, a qual é publicada na plataforma ou notificada por correio eletrónico a todos os convidados
11	Avaliação	Júri	Júri avalia as propostas de acordo com o critério de avaliação definido, podendo pedir esclarecimentos às entidades convidadas
12	Relatório Preliminar	Júri	Depois da avaliação, o Júri elabora o Relatório no qual indica a proposta que classificou em primeiro lugar e submete-o a audiência prévia
13	Relatório Final	Júri	Júri analisa as pronúncias em sede de Audiência prévia e caso haja alteração da ordenação submete o novo Relatório a nova audiência prévia. Caso contrário, elabora o Relatório Final propondo a adjudicação ao concorrente cuja proposta esteja ordenada em 1.º lugar.
14	Proposta de Adjudicação	DR	De acordo com o Relatório elaborado pelo Júri do procedimento, DR elabora proposta de adjudicação, com Informação, Minuta do Contrato e minuta de ofício de notificação da adjudicação
15	Cabimentação	DF	DF procede à correção do valor previamente cabimentado de acordo com o valor a adjudicar
16	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação da proposta de adjudicação Ficha de Verificação III
17	Aprovação de Adjudicação	CA/CE	Órgão competente para contratar delibera sobre o Relatório Final e minuta do contrato e delibera pela adjudicação ou não adjudicação
18	Notificação ao Adjudicatário	DC	DC procede ao envio da notificação da adjudicação, apresentação dos documentos de habilitação e prestação da caução, se devida e minuta de contrato, através de endereço de correio eletrónico dedicado (<i>mailbox contratacao</i>) ou submissão na plataforma de contratação pública.
19	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação do procedimento de habilitação Ficha de Verificação IV
20	Assinatura do contrato	CA/CE	No prazo de 30 dias contados a partir da aceitação da minuta.
21	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação e auditoria do procedimento (Ficha de Verificação Final) e à publicitação do Contrato no Portal BASE

Legendas/Siglas:

DR Direção Requisitante

DC Direção Compliance

DF Direção Financeira

CA/CE Conselho de Administração/Comissão Executiva

O cumprimento do regulamento interno pretende:

- i. Reforçar os procedimentos relativos às aquisições de bens e serviços e nas empreitadas, já instituídos, promovendo o rigor e a responsabilidade individual de cada interveniente nos processos de aquisição;
- ii. Maior exigência na fundamentação e rigor, nos documentos de suporte à decisão de contratar;
- iii. Reforçar os mecanismos de controlo interno, com o recurso à segregação de funções, sempre que possível dada a dimensão das empresas;

- iv. Cumprimento do normativo, designadamente da publicitação no portal da contratação pública (Portal Base), nos termos do Código dos Contratos Públicos, por forma a garantir a transparência nos procedimentos.

Data de aprovação do Regulamento Interno, pelo Conselho de Administração da SIMAB: 21/09/2021¹¹

Data de ratificação do Regulamento Interno, pelo Conselho de Administração da MARB: 11/10/2021¹²

Data da entrada em vigor: 1/11/2021 (sem atualizações posteriores)

Data prevista de revisão: último trimestre de 2026.

- c) *os atos ou contratos celebrados com valor superior a € 5 000 000, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).*

Na MARB, SA não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

12. Informação Complementar

Indicar designadamente:

- a) *A eventual adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP);*

A MARB, SA aderiu em 2016, como Entidade Voluntária, ao SNCP através de contrato celebrado com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP).

- b) *As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas (se aplicável);*

As contas da MARB, SA referentes ao exercício de 2024, foram aprovadas em Assembleia Geral de 28 de março de 2025¹³, estando presentes ou representados todos os acionistas.

Não existiram recomendações dos acionistas, aquando da aprovação de contas 2024.

- c) *As diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas (se aplicável);*

Não foram feitas quaisquer reservas na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício de 2024.

- d) *As recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas ou da IGF – Autoridade de Auditoria nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado;*

Não aplicável, em virtude de não se terem realizado auditorias pelo Tribunal de Contas e/ou da IGF à MARB, SA, nos últimos três anos.

- e) *As medidas implementadas no âmbito da adaptação progressiva dos sistemas de reporte e dos processos internos, de modo a assegurar que, caso a empresa ainda não se encontre*

¹¹ Ata CA 578

¹² Ata CA 199

¹³ Ata n.º 54

sujeita à obrigação de apresentação do relato de sustentabilidade, venha a cumprir essa exigência nos prazos legalmente estabelecidos pela Diretiva comunitária Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD).

Não obstante a MARB, SA não se encontrar, à presente data, abrangido pela obrigação de apresentação de relato de sustentabilidade nos termos previstos na Diretiva (UE) 2022/2464 – *Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)*, a SIMAB tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas com vista à adaptação progressiva dos seus processos internos e sistemas de reporte às exigências emergentes neste domínio.

Neste contexto, destacam-se, designadamente, as seguintes medidas:

- Elaboração anual do Relatório de Sustentabilidade do Grupo, permitindo consolidar práticas de recolha, tratamento e reporte de informação não financeira;
- Acompanhamento trimestral da evolução dos KPIs Ambientais;
- Identificação e acompanhamento de indicadores ESG (*Environmental, Social and Governance*) relevantes para a atividade do Grupo;
- Articulação interna entre as diferentes áreas funcionais, com vista à sistematização da informação necessária ao reporte de sustentabilidade;
- Reforço progressivo da capacidade interna de reporte, com vista a assegurar que a Sociedade se encontra preparada para cumprir as obrigações legais aplicáveis quando venha a ser abrangida por esse regime.

A empresa continuará a acompanhar a evolução do quadro regulamentar aplicável, promovendo a adequação dos seus processos internos de reporte e de compliance, de modo a garantir o cumprimento atempado das obrigações legais que venham a resultar da aplicação da CSRD.

13. Quadro-Síntese do Cumprimento das Orientações

Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento	Indicar Pág.
		S/N/N.A.	Relatório
1	Execução do PAO		
	Metas a atingir constantes no PAO		
	Investimento	N	II.10
	Resultados	S	II.2
	Nível de endividamento...	S	II.4
	Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.	
	Autorizações Concedidas	S	II.5
2	Eficiência operacional e gastos operacionais	S	II.5
3	Recursos humanos e Massa Salarial		
	Idicação da evolução dos RH	S	II.9
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador de aumento dos RH (se aplicável)	N.A.	
	Evolução da massa salarial (sem efeito de volume)	S	II.10
4	Plano de Investimentos	S	II.10
5	Contratualização de Serviço Público		
	Indicadores, metas e execução	N.A.	
	Compensações recebidas	N.A.	
6	Gestão do Risco Financeiro	S	II.11
7	Limites de Crescimento do Endividamento	S	II.12
8	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado		
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	II.14
	Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	II.14
	Juros auferidos e entregues em Receita do Estado	N.A.	
	Identificação do Despacho autorizador do excecionamento (se aplicável)	S	II.13
9	PMP a fornecedores e arrears		
	Evolução do PMP	S	II.14
	Pagamentos em atraso	S	II.15
10	Estatuto do Gestor Público		
	Objetivos de gestão ^(a)	N.A.	II.15
	Não utilização de cartão de crédito	S	II.16
	Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	II.16
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	II.16
	Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	II.16
	Despesas não documentadas ou confidenciais	S	II.16
11	Contratação Pública		
	Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	II.17
	Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.	
	Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.	
12	Informação Complementar		
	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	II.19
	Diligências tomadas sobre ras ecomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A.	II.20
	Recomendação ...		
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC	N.A.	II.20
	Reserva ...		
	Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)	N.A.	II.20
	Recomendação 1		
	Recomendação 2...		
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre sustentabilidade (CSRD).	S	II.21
13	Sistematização Informação	S	II.22

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

O Conselho de Administração da MARB, SA,

Assinado por: **JORGE PROENÇA DOS REIS**
Num. de Identificação: 09738480
Data: 2026.03.20 11:25:56+00'00'
Certificado por: **SCAP**
Atributos certificados: **Presidente do Órgão de Administração de MARB -
MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE BRAGA, S.A. (VAT PT-503919403)**



Jorge Proença dos Reis

Assinado por: **RITA MARGARIDA RIBEIRO E RODA GODINHO
SARAIVA**
Num. de Identificação: 09517849
Data: 2026.03.20 11:46:56+00'00'
Certificado por: **SCAP**
Atributos certificados: **Membro do Órgão de Administração de
MARB - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE BRAGA, S.A.
(VAT PT-503919403)**



Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva

Assinado por: **MANUEL MAGALHÃES MEXIA
MONTEIRO DA ROCHA**
Num. de Identificação: 11076730
Data: 2026.03.25 10:15:48+00'00'



Manuel Magalhães Mexia Monteiro da Rocha

Braga, 16 de março de 2026



Centro Logístico
do Minho

Declaração de Conformidade da Informação Reportada no SISEE

No âmbito da preparação e submissão dos documentos da prestação de contas referente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração da MARB – Mercado Abastecedor da Região de Braga, S.A., reunido para o efeito, declara que:

1. Foi verificada a consistência entre a informação financeira reportada no SISEE ao longo do exercício e os elementos constantes da prestação de contas agora submetida ao acionista Estado;
2. Não foram identificadas divergências materiais entre os dados comunicados nas diferentes fases de reporte que comprometam a fiabilidade ou a comparabilidade da informação financeira final;
3. O Conselho de Administração assegura que as informações prestadas obedecem aos princípios de veracidade, transparência e rigor exigidos às empresas do Setor Empresarial do Estado.

Mais se declara que a presente declaração de conformidade é emitida para os efeitos tidos por convenientes e integra os anexos ao Relatório de Gestão.

Loures, 16 de março de 2026

Assinado por: **JORGE PROENÇA DOS REIS**

Num. de Identificação: 09738480

Data: 2026.03.20 11:27:46+00'00'

Certificado por: **SCAP**

Atributos certificados: **Presidente do Órgão de Administração de MARB - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE BRAGA, S.A. (VAT PT-503919403)**



Assinado por: **MANUEL MAGALHÃES MEXIA MONTEIRO DA ROCHA**

Num. de Identificação: 11076730

Data: 2026.03.25 10:17:46+00'00'



Assinado por: **RITA MARGARIDA RIBEIRO E RODA GODINHO SARAIVA**

Num. de Identificação: 09517849

Data: 2026.03.20 11:51:19+00'00'

Certificado por: **SCAP**

Atributos certificados: **Membro do Órgão de Administração de MARB - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE BRAGA, S.A. (VAT PT-503919403)**



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

un: Euro

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7;10	8 252 220,26	8 451 366,99
Ativos por impostos diferidos	17.1	1 504 316,93	1 613 668,34
Ativo corrente			
Clientes	18.2	33 620,85	31 082,04
Outras créditos a receber	18.5	75 439,80	76 377,32
Diferimentos	11.1	17 620,68	15 786,84
Caixa e depósitos bancários	4	27 707,27	10 816,46
Total do Ativo		9 910 925,79	10 199 097,99
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	19.1	4 447 038,10	4 447 038,10
Resultados transitados	19.2.1	(689 793,49)	(890 603,61)
Outras variações no capital próprio	15;19.2.2	1 115 100,51	1 138 292,68
Resultado líquido do período		264 093,03	200 810,12
Total Capital Próprio		5 136 438,15	4 895 537,29
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9	3 370 114,84	3 758 504,42
Diferimentos	11.2	416 191,89	488 112,22
Passivos por impostos diferidos	17.1	375 029,46	408 825,91
Outras dívidas a pagar	15;18.6	321 893,19	340 264,46
PASSIVO CORRENTE			
Passivo corrente			
Fornecedores	18.3	38 641,25	56 968,01
Estado e outros entes públicos	17.2.2	53 651,00	28 803,75
Outras dívidas a pagar	15;18.6	127 660,33	150 476,97
Diferimentos	11.2	71 305,68	71 604,96
Total do Passivo		4 774 487,64	5 303 560,70
Total do Capital Próprio e do Passivo		9 910 925,79	10 199 097,99

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

un: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31/12/2025	31/12/2024
Vendas e serviços prestados	12	1 152 617,57	1 124 236,00
Subsídios à Exploração	13	0,00	600,00
Fornecimentos e serviços externos	20	(254 518,75)	(250 605,10)
Gastos com o pessoal	21	(148 625,38)	(139 011,30)
Imparidade de dívidas a receber perdas/(reversões)	12	0,00	3 000,00
Outros Rendimentos	15;22.3.2	52 712,05	48 588,89
Outros Gastos	22.1	(21 982,32)	(16 055,35)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		780 203,17	770 753,14
Gastos/Reversões depreciação e amortização	7;22.3	(264 347,76)	(256 138,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		515 855,41	514 615,14
Juros e gastos similares suportados	22.4	(108 309,78)	(182 568,56)
Resultados antes de impostos		407 545,63	332 046,58
Imposto sobre o rendimento do período	17	(143 452,60)	(131 236,46)
Resultado líquido do período		264 093,03	200 810,12

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

un: Euro

FLUXOS	NOTAS	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		1 345 790,25	1 324 268,18
Pagamentos a fornecedores		(360 895,28)	(389 406,14)
Pagamentos ao pessoal		(132 459,22)	(121 383,11)
Fluxos gerados pelas operações		852 435,75	813 478,93
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(47 317,39)	(49 706,51)
Outros recebimentos/pagamentos		(193 112,08)	(186 759,10)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	1	612 006,28	577 013,32
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(102 118,41)	(146 740,56)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3 702,30	100,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento	2	(98 416,11)	(146 640,56)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(388 389,58)	(294 500,00)
Juros e gastos similares		(108 309,78)	(135 202,88)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	3	(496 699,36)	(429 702,88)
Variação de caixa e seus equivalentes	4=1+2+3	16 890,81	669,88
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	10 816,46	10 146,58
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	27 707,27	10 816,46

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

valores expressos em euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Demonstração das alterações no Capital Próprio dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025					Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2025	6	4 447 038,10	0,00	(890 603,61)	1 138 292,68	200 810,12	4 895 537,29
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Subsídios para ativos depreciables							0,00
Valor Bruto	15				(44 064,60)		(44 064,60)
Impostos diferidos	15				20 872,43		20 872,43
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024	19.2.2			200 810,12		(200 810,12)	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0,00	0,00	200 810,12	(23 192,17)	(200 810,12)	(23 192,17)
RESULTADO INTEGRAL	8	0,00	0,00	200 810,12	(23 192,17)	63 282,91	264 093,03
	9=7+8						240 900,86
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	11=6+7+8+10	4 447 038,10	0,00	(689 793,49)	1 115 100,51	264 093,03	5 136 438,15

DESCRIÇÃO	NOTAS	Demonstração das alterações no Capital Próprio dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024					Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2024	6	4 447 038,10		(1 172 851,38)	1 160 603,44	282 247,77	4 717 037,93
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Subsídios para ativos depreciables - PROMAB							
Valor Bruto	15				(44 064,60)		(44 064,60)
Impostos diferidos	15				21 753,84		21 753,84
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023	19.2.2			282 247,77		(282 247,77)	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0,00	0,00	282 247,77	(22 310,76)	(282 247,77)	(22 310,76)
RESULTADO INTEGRAL	8					200 810,12	200 810,12
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9=7+8	0,00	0,00	282 247,77	(22 310,76)	(81 437,65)	178 499,36
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	11=6+7+8+10	4 447 038,10	0,00	(890 603,61)	1 138 292,68	200 810,12	4 895 537,29

NOTAS
ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



MARB – Mercado Abastecedor da Região de Braga, SA

NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A MARB - Mercado Abastecedor da Região de Braga, SA, é uma sociedade anónima, constituída, por escritura pública, em 21 de setembro de 1995, tendo iniciado a sua atividade em 20 de dezembro do mesmo ano. A sua sede social está localizada no Mercado Abastecedor da Região de Braga, Av. De Trezeste, Celeirós, 4705-460 Braga. O respetivo endereço eletrónico é geral@marb.pt e a página na internet é www.marb.pt

O seu objeto social consiste na promoção, instalação, exploração e gestão direta ou indireta do Mercado Abastecedor de Braga, o qual se destina ao comércio por grosso de produtos alimentares, e bem assim à prossecução de outras atividades complementares ou subsidiárias, incluindo a gestão de serviços relacionados com o seu objeto principal.

A empresa é detida pela SIMAB – Sociedade instaladora dos Mercados Abastecedores, SA e pelo Município de Braga, sendo a sua empresa mãe intermédia a SIMAB, SA, com sede no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, NAC, Piso 2 – Lugar do Quintanilho 2660-421, S. Julião do Tojal e a sua empresa mãe final é a PARPÚBLICA- Participações Públicas, SGPS, SA, com sede na Av. Defensores de Chaves, nº 6 – Piso 6, 1000-117 Lisboa, PORTUGAL.

As demonstrações financeiras compreendem o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial Contabilístico

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas com período de reporte consistente com o ano civil e preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas a Estrutura Conceptual (Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 917/2015, de 19 de outubro), as Bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os modelos de Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro), o Código de Contas (Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 41-A/2015, de 21 de setembro), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 918/2015, de 19 de outubro) e as Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística (Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho). Todos os montantes se encontram expressos em Euros.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7. Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

2.8. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.9. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Juros e ganhos similares obtidos” ou “Juros e gastos similares suportados”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Propriedades de Investimento

A entrada em vigor do novo normativo contabilístico – SNC – veio suscitar diversas interpretações quanto ao tratamento contabilístico adequado ao registo dos imóveis do MARB, designadamente, quanto ao seu registo em Ativos Fixos Tangíveis ou em Propriedades de Investimento, à luz da Norma Contabilística de Relato Financeiro 11 (NCRF 11), dado que a própria norma não delimita claramente as condicionantes que possam levar a reconhecer ou não os mesmos como propriedades de investimento, e remete para a necessidade da entidade fazer juízos de valor sobre esta mesma classificação.

Assim, sobre o tema, cumpre-nos relevar o seguinte: o fator determinante para a classificação dos ativos assenta no facto de considerarmos que os serviços prestados pelo MARB, como contrapartida das taxas de utilização cobradas aos operadores, incluem uma parte significativa de serviços para além da simples utilização do espaço. Se analisarmos a estrutura de gastos da empresa, verificamos que o peso dos serviços conexos às taxas de utilização cobradas não pode ser considerado insignificante, uma vez que os mesmos têm um peso equivalente aos gastos com depreciações dos referidos imóveis. Adicionalmente, à luz do parágrafo 12 da NCRF 11, consideramos que estes mesmos serviços são significativos como um todo para a contratualização, pois caso não fossem prestados, os operadores não continuariam a procurar os espaços disponibilizados pela empresa. Para além desse facto, o MARB é considerado um investidor ativo estando significativamente exposto aos riscos de variação nos fluxos de caixa gerados pela sua atividade.

O MARB é hoje entendido num conceito mais amplo de Plataforma Logística de Base Alimentar, sendo uma estrutura dinâmica e polivalente, multipolar, multiprodutos e multifunções, inserida em corredores estratégicos, onde se congregam uma grande multiplicidade de produtos e agentes económicos do setor alimentar e não alimentar, exercendo funções e atividades de comércio grossista, de distribuição e logística, e ainda outras atividades de apoio.

Face ao exposto, a empresa optou por manter o registo contabilístico dos imóveis afetos à exploração, em ativos fixos tangíveis.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um ativo, considera-se no respetivo custo: (i) o seu preço de compra; (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos como tal apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a empresa.

Todas as despesas com a manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	10 e 50
Equipamento Básico	4, 5, 10 e 20
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4, 5, 8 e 20

Sempre que há alguma indicação de que os ativos intangíveis e os ativos fixos tangíveis da empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável para determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa é o maior entre (i) o valor justo deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuras não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração de resultados, a menos que tal perda venha compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, a perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade anteriormente reconhecida já não existem ou diminuíram. A reversão de uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Reversão de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é feita até ao montante que seria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridos.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.5. Subsídios do Governo

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são reconhecidos no capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

Sempre que é reconhecida uma perda por imparidade nos ativos subsidiados, é transferida para resultados (em outros rendimentos) a parcela de subsídio correspondente à proporção da perda por imparidade reconhecida. Quando ocorre qualquer reversão de perdas por imparidade, nos referidos ativos, é efetuada a correspondente correção em resultados (em outros gastos).

3.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e instrumento de capital da Empresa são basicamente os clientes e outros créditos a receber, caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os financiamentos obtidos e os fornecedores e outras dívidas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

3.6.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação da empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do cliente e da deterioração da situação creditícia dos principais clientes. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a MARB, SA tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- i) a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- ii) se verificarem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- iii) se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

3.6.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários, no balanço.

3.6.3. Fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal, na medida em que se tratam de valores a pagar de curto prazo, pelo que o impacto que resulta da aplicação do custo amortizado é imaterial.

3.6.4. Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados ao custo. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração. Os encargos financeiros são contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

3.6.5. Imparidade

Os ativos financeiros incluídos na categoria custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato, se os pressupostos de considerarem alterados. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

3.6.6. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7. Provisões, passivos e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.8. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.9. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Os ganhos relativos às prestações de serviços incluem:

- Taxas de utilização dos espaços do mercado, cujo reconhecimento se verifica mensalmente de acordo com o período correspondente à utilização do espaço;
- Taxas de acesso, devidas pelo operador no momento da assinatura do contrato, que correspondem à contraprestação devida pelo acesso ao Mercado, sendo diferidas e reconhecidas mensalmente no decurso do contrato. No caso de existir uma rescisão contratual a taxa de acesso é reconhecida pela sua totalidade;
- As prestações de serviço englobam também uma diversidade de outros serviços adicionais que são reconhecidos no momento em que o serviço é efetuado;

São considerados serviços adicionais: prestações de serviços de manutenção, serviços de limpeza, instalação de equipamentos adicionais, taxa variável sobre o volume de negócios; taxas administrativas.

3.10. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros, relacionados com empréstimos obtidos, são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

A Empresa capitaliza os custos de empréstimos obtidos (custos de juros) que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo, ou seja, um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para a sua venda.

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde ao imposto corrente e diferido.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento, unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pela taxa fiscal, que se espera que seja de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais), que estejam acordadas à data do relato.

A quantia contabilizada em ativo ou passivos por impostos diferidos deve, de acordo com a NCRF 25, refletir as consequências fiscais da forma como a empresa espera vir a recuperar ou liquidar os seus ativos e passivos, os quais têm associados o cálculo dos ativos e passivos por impostos diferidos, se na jurisdição em que opere essa recuperação ou liquidação for importante determinar quer a taxa de tributação quer a base fiscal aplicáveis. Caso a forma como é feita esta recuperação ou liquidação afete a taxa de tributação futura aplicável, ou a base tributável, a empresa deve mensurar os ativos e passivos por impostos diferidos

de acordo, não com os pressupostos verificados aquando do apuramento do imposto corrente, mas sim tendo em conta os pressupostos que se verificarão aquando da tributação efetiva, de acordo com a lei fiscal em vigor.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC acresce ainda derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2021 a 2024 poderão ainda estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Em 31/12/2025, os ativos e passivos por impostos diferidos foram ajustados na sequência da redução da taxa de IRC de 20% para 19%, a partir de 1 de janeiro de 2026.

3.12. Especialização dos exercícios

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre rendimentos e gastos gerados e os correspondentes montantes faturados são registados em “Outros ativos correntes” ou em “Outros passivos correntes”, respetivamente nas rubricas de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos”. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos”, respetivamente, no passivo e no ativo.

3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas incluem:

- (i) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- (iv) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

3.14. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.15. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, faltas autorizadas e remuneradas, subsídios de alimentação, férias, natal. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o período civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação do emprego, quer por decisão unilateral, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.16. Rubricas de capital próprio

I. Capital Social

Esta rubrica inclui as entradas de capital dos sócios, deduzidas de reduções de capital destinadas à cobertura prejuízos.

II. Reservas legais

De acordo com o Estatutos da sociedade, pelo menos 10% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social.

III. Resultados Transitados

Esta rubrica inclui, nomeadamente, reservas livres constituídas ao abrigo de autorização. São também incluídos nesta rubrica os ganhos por aumentos de justo valor das propriedades de investimento que, de acordo com o nº2 do artigo 32º do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

IV. Ajustamentos/Outras variações no capital próprio

Esta rubrica inclui os subsídios governamentais que se encontram por imputar na quota parte das depreciações sobre o custo de aquisição dos ativos que lhes estão afetos.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários, e detalha-se como se segue:

Contas	Ano 2025			
	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 805,15	96 433,24	91 952,52	6 285,87
Depósitos à ordem	9 011,31	1 723 631,24	1 711 221,15	21 421,40
Total caixa e depósitos bancários	10 816,46	1 820 064,48	1 803 173,67	27 707,27

Contas	Ano 2024			
	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2 175,44	100 732,03	101 102,32	1 805,15
Depósitos à ordem	7 971,14	1 419 195,57	1 418 155,40	9 011,31
Total caixa e depósitos bancários	10 146,58	1 519 927,60	1 519 257,72	10 816,46

4.2. Outras informações:

Descrição	2025	2024
Recebimentos provenientes de:		
Indemnizações de seguros não vida	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento	0,00	3 867,49
Multas e outras penalidades contratuais (decisão tribunal)	0,00	0,00
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	47 317,39	53 574,00
Multas e outras penalidades contratuais (decisão tribunal)	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso	0,00	0,00

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. A revisão das estimativas, em exercícios seguintes, não é considerada um erro, sendo reconhecidas em resultados e objeto de divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, dever-se-á proceder à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do exercício em que são identificados.

6. PARTES RELACIONADAS

As demonstrações financeiras da MARB, SA são incluídas na consolidação de contas da SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA, através do método de consolidação integral.

6.1 Entidades que participam no capital da empresa:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
NIF	503 045 446	503 045 446
Denominação	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	4 402 437,48 €	4 402 437,48 €
Direitos de voto	99,00%	99,00%
Data de início da participação	21/09/1995	21/09/1995
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
NIF	506 901 173	506 901 173
Denominação	Câmara Municipal de Braga	Câmara Municipal de Braga
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	44 600,62 €	44 600,62 €
Direitos de voto	1,00%	1,00%
Data de início da participação	21/09/1995	21/09/1995
É a entidade controladora final?	Não	Não

6.2 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações correspondentes aos referidos órgãos sociais, nos anos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foram as seguintes:

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Conselho de Administração	Assembleia Geral	Conselho de Administração	Assembleia Geral
Desempenho Cargos Sociais	9 799,92		9 799,92	
Senhas de Presença		0,00		0,00
Total	9 799,92	0,00	9 799,92	0,00

Os membros executivos do Conselho de Administração nomeados pela SIMAB, SA não auferem diretamente qualquer remuneração, na medida em que o Desempenho de Cargos Sociais é debitado pela SIMAB, SA à MARB, SA e no vogal executivo nomeado pela Câmara de Braga, o não pagamento das remunerações tem em consideração as limitações decorrentes de incompatibilidades previstas no Estatuto do Gestor Público ou outras consignadas na lei aplicável.

6.3 Transações com a empresa mãe e partes relacionadas:

As transações com a empresa-mãe, SIMAB, SA, traduzem-se na colaboração, associada à representação maioritária no Conselho de Administração, que configura globalmente o exercício de uma gestão de Grupo, integrada e como tal geradora de sinergias que otimizam as valências técnicas das participadas, com racionalização de gastos por meio de recurso aos quadros internos do Grupo e evitando o recurso a serviços externos.

i. As transações e a sua natureza resumem-se às seguintes:

- ✓ No exercício normal da sua atividade, a SIMAB, SA presta serviços à MARB, SA, sendo que esta relação se encontra formalizada por Contrato de Gestão, no âmbito da assessoria em diversas áreas, designadamente gestão financeira, jurídica e de recursos humanos, técnica (arquitetura e engenharia), gestão operacional, comercial e gestão administrativa;
- ✓ operações de financiamento da SIMAB, SA à MARB, suprimentos, juros e demais encargos financeiros suportados em contratos de suprimentos;

Todas as transações apresentadas encontram-se formalizadas por contrato de gestão, contrato de prestações acessórias de capital, contrato de mútuo ou deliberação do Conselho de Administração.

As transações com entidades relacionadas resumem-se às operações intra-grupo ao nível de prestações de serviços e operações de financiamento, devidamente formalizadas por contrato de gestão ou deliberação do Conselho de Administração. Para efeitos de controlo, todas as transações são registadas em módulo específico do sistema integrado de informação (ERP).

ii. As transações e a sua natureza com partes relacionadas resumem-se às seguintes:

- ✓ Serviços da MARL, SA à MARB, SA referente ao aluguer de plataforma no âmbito de projetos de tecnologias de informação transversais ao Grupo.

No decurso dos anos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 os saldos e as transações efetuadas com a empresa-mãe, são os seguintes:

Descrição	31/12/2025							
	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Quotizações	PCA	Juros liquidados	Contas correntes a pagar (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	2 195,70	54.616,90	0,00	9 799,92	108 309,78	7 483,54	0,00	2 792,62
Câmara Municipal de Braga	0,00	119,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Associação 5 ao Dia	0,00	0,00	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARL - Merc.Abast.Reg. Lisboa, S.A.	0,00	2 372,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.195,70	57.108,75	2 000,00	9.799,92	0,00	0,00	0,00	0,00

(*) Valores com IVA incluído

Descrição	31/12/2024							
	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Quotas	PCA	Juros liquidados	Contas correntes a pagar (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	1 555,91	54.063,40	0,00	9.799,92	182.568,56	32 206,93	0,00	2.774,60
Câmara Municipal de Braga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Associação 5 ao Dia	0,00	0,00	1.792,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARL - Merc.Abast.Reg. Lisboa, S.A.	0,00	2.030,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.555,91	56.094,30	1.792,00	9.799,92	182.568,56	32.206,93	0,00	2 774,60

(*) Valores com IVA incluído

Os suprimentos realizados pela SIMAB, SA, apresentam-se conforme se segue.

Financiamento SIMAB	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	3 758 504,42	4 053 004,42
Aumentos	0,00	0,00
Diminuições	388 389,58	294 500,00
Saldo Final	3 370 114,84	3 758 504,42

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável. Os valores destas avaliações são suportados pela performance histórica e pelas expectativas de desenvolvimento do negócio e dos respetivos mercados, consubstanciadas em planos de médio/longo prazo com pressupostos aprovados pela Administração.

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas à MARB, SA.

A realização de testes de imparidade dos ativos fixos da MARB, SA em anos anteriores determinou o reconhecimento de imparidade dos ativos fixos, à luz das normas de contabilidade (NCRF12). De acordo com o §53 da NCRF12, na avaliação da necessidade de proceder a uma reversão de imparidade de ativos, registadas em períodos anteriores, a entidade deve ter em consideração a existência de “alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida”.

De acordo com o § 7 da NCRF12, a alteração das taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos durante o período, com impacto na taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de uso de um ativo e a consequente diminuição materialmente relevante na quantia recuperável do ativo, constitui indício para avaliação da necessidade de realização de teste de imparidade.

Em 2022, verificaram-se alterações significativas nos mercados financeiros com impacto na taxa de desconto utilizada no apuramento da quantia recuperável da UGC, desde logo, no que respeita ao agravamento das taxas de juro de referência.

Neste contexto, foi realizado teste de imparidade dos Ativos Fixos da MARB, SA, com referência a 31 de dezembro de 2022 e o Conselho de Administração considerou que o valor apurado pelo teste de imparidade realizado não configura um impacto material no valor da quantia escriturada dos ativos fixos que determine o registo de uma reversão de perdas por imparidade dos ativos fixos.

O Conselho de Administração considera que, no período entre 1 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, não se verificaram alterações destes pressupostos que determinassem a necessidade de efetuar novas avaliações com referência à data de 31 de dezembro de 2025.

Os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Rubricas	31/12/2025							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construç.	Equip. basico	Equipamento de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	4 100 424,52	18 200 271,46	625 474,65	59 950,00	54 515,03	47 464,04	4 450,00	23 092 549,70
Aquisições	0,00	26 329,90	35 059,00	0,00	3 455,42	356,71	0,00	65 201,03
Alienações	0,00	0,00	(9 729,00)				0,00	(9 729,00)
Saldo Final	4 100 424,52	18 226 601,36	650 804,65	59 950,00	57 970,45	47 820,75	4 450,00	23 148 021,73
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo inicial	2 994 233,01	10 975 123,93	582 130,96	10 824,31	46 397,56	32 472,94	0,00	14 641 182,71
Depreciações do exercício	0,00	231 984,01	14 367,29	9 991,67	2 836,91	5 167,88	0,00	264 347,76
Alienações e abates	0,00	0,00	(9 729,00)			0,00	0,00	(9 729,00)
Saldo Final	2 994 233,01	11 207 107,94	586 769,25	20 815,98	49 234,47	37 640,82	0,00	14 895 801,47
Ativos Líquidos	1 106 191,51	7 019 493,42	64 035,40	39 134,02	8 735,98	10 179,93	4 450,00	8 252 220,26

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o investimento realizado em Ativos Fixos Tangíveis, ascendeu ao valor de 65.201,03 euros. Os aumentos foram apurados essencialmente nas seguintes rubricas:

Aquisição de equipamento básico no valor de 35.059 euros pela aquisição de:

- (i) Empilhador elétrico (34.000 euros);
- (ii) Cacifos para balneários (594,72 euros);
- (iii) extintores e carretéis (619 euros) e;
- (iv) sinalética, plantas de emergência fotoluminescentes (440 euros);

Aumentos em “Edifícios e outras construções” no valor de 26.329,90 euros, apurado com investimentos em 2025 no âmbito de:

- (i) beneficiação de infraestruturas (4.400 euros);
- (ii) aquisição e instalação de cantoneira para fixação de grelha no sistema de drenagem do pavimento interior (corredor central) do Pavilhão (15.769 euros);
- (iii) aquisição de detetores do SADI (1.524,90 euros)
- (iv) Blocos autónomos de iluminação (2.476,00 euros)
- (v) Painel de ventilação e sensor de chuva (2.160 euros);

Aquisição de equipamento administrativo no valor de 3.455,42 euros na aquisição de:

- (i) um computador e um monitor (1.945 euros);
- (ii) suporte chão móvel para monitor LED/LCD (250,70 euros);
- (iii) aquisição de estores para escritórios (665 euros)

Aquisição de outros ativos fixos tangíveis no valor 356,71 euros: (i) aquecedor a óleo (44,71 euros); (ii) ferramentas ou utensílios, nomeadamente rebarbadora (312 euros),

Foram registadas alienações no valor de 9.729 euros de equipamento básico correspondente à retoma do empilhador antigo após a aquisição do novo empilhador.

O montante de 4.450 euros que a 31 de dezembro de 2025 ainda se encontra em curso refere-se a obras da portaria que se estima dar continuidade.

Relativamente às depreciações do exercício, foram registadas na rubrica de “Gastos de depreciação e amortização”, em 2025, o montante de 264.347,76 euros.

Rubricas	31/12/2024							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construç.	Equip. basico	Equipamento de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativos								
Saldo inicial	4 100 424,52	18 125 082,86	616 041,35	59 950,00	51 515,19	44 901,43	4 450,00	23 002 365,35
Aquisições	0,00	38 658,02	9 433,30	0,00	4 893,27	2 562,61	36 530,58	92 077,78
Transferências e abates	0,00	36 530,58			0,00		(36 530,58)	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00		(1 893,43)		0,00	(1 893,43)
Saldo Final	4 100 424,52	18 200 271,46	625 474,65	59 950,00	54 515,03	47 464,04	4 450,00	23 092 549,70
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo inicial	2 994 233,01	10 747 574,09	571 672,61	832,64	45 127,35	27 498,44	0,00	14 386 938,14
Depreciações do exercício	0,00	227 549,84	10 458,35	9 991,67	3 163,64	4 974,50	0,00	256 138,00
Alienações e abates	0,00	0,00			(1 893,43)	0,00	0,00	(1 893,43)
Saldo Final	2 994 233,01	10 975 123,93	582 130,96	10 824,31	46 397,56	32 472,94	0,00	14 641 182,71
Ativos Líquidos	1 106 191,51	7 225 147,53	43 343,69	49 125,69	8 117,47	14 991,10	4 450,00	8 451 366,99

8. LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações

operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

8.1 Locações Operacionais

Na MARB, SA existem contratos de locação operacional referentes a contratos de aluguer de viaturas ao serviço da MARB, SA, estes não preveem opção de compra no final do mesmo nem qualquer valor referente a rendas contingentes.

Nas locações operacionais, os pagamentos mínimos de locação reconhecidos como gasto durante os exercícios foram conforme se segue:

Locações e sublocações operacionais, e pagamentos de locação e de sublocação reconhecidos como gastos	Locações operacionais em vigor				2025	2024
	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Pagamentos das locações	Pagamentos das locações
			Começo	Fim		
Viatura "AI-53-JB"	LESYS	1102653369	22/jul/21	21/jul/26	3 753,48	3 753,48

Contratos de Locação Operacional

Futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis	31/12/2025	31/12/2024
Vencíveis até 1 ano	2 189,53	5 943,01
Vencíveis entre 1 e 5 anos	0,00	2 189,53
Vencíveis a mais de 5 anos	0,00	0,00
Total	2 189,53	8 132,54

9. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe da rubrica "Financiamentos Obtidos", é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos obtidos (passivo não corrente)		
Empresa mãe - suprimentos	3 370 114,84	3 758 504,42
Total	3 370 114,84	3 758 504,42

Prestações Acessórias de Capital

O financiamento por via de prestações acessórias de capital realizadas pela empresa-mãe em 2025 registaram uma diminuição de 388.389,58 euros.

Os contratos vencem juros mensais à taxa determinada pelo custo de financiamento bancário da empresa mãe, por referência ao mês anterior. Em 2025, correspondeu a uma taxa média de 3,04%.

10. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS

Os movimentos registados na rubrica de perdas por imparidades de ativos fixos é conforme se segue:

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período		31/12/2025				
		Ativos fixos tangíveis	Propriedades de Investimento	Ativos intangíveis	Totais	
2025	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Saldo inicial	9 555 038,14	0,00	0,00	9 555 038,14
		Aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00
		Saldo Final	9 555 038,14	0,00	0,00	9 555 038,14
2024	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Saldo inicial	9 555 038,14	0,00	0,00	9 555 038,14
		Aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00
		Saldo Final	9 555 038,14	0,00	0,00	9 555 038,14

11. DIFERIMENTOS

11.1. Diferimentos Ativos

O detalhe da rubrica de “Diferimentos”, no Ativo é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	87,26	414,24
Aluguer Equipamento	10 001,96	4 129,12
Outros gastos a reconhecer	7 531,46	11 243,48
Total	17 620,68	15 786,84

O valor de aluguer de equipamento deve-se essencialmente a: (i) gastos associados ao licenciamento do Panorama (3.230,45 euros); (ii) ao licenciamento da IOT (2.620,77 euros); (iii) licenciamento da Microsoft (533,28 euros); (iv) licenciamento *office* 365 (589,92 euros), (v) licenciamento Omnia (444,34 euros) e (vi) licenciamento anti-virus (105,03 euros), faturação eletrónica (2.197 euros).

O valor de outros gastos a reconhecer deve-se essencialmente a: (i) gastos a reconhecer com firewall (7.123,84 euros) e (ii) gastos com renda antecipada de janeiro do aluguer de viatura (312,79 euros).

11.2. Diferimentos Passivo

O detalhe da rubrica “Diferimentos” no Passivo, é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos a reconhecer		
Passivo não corrente		
Taxas Acesso	416 191,89	488 112,22
Passivo corrente		
Taxas Acesso	71 305,68	71 604,96
Total	487 497,57	559 717,18

Os montantes recebidos referentes às taxas de acesso, incluídos na rubrica de “Rendimentos a reconhecer”, são reconhecidos, como rendimentos do exercício, em duodécimos, durante o período de vigência dos contratos. Encontra-se registado em passivo corrente, o valor a reconhecer como proveito do exercício relativo ao decurso de 12 meses de contrato.

12. RÉDITO

A rubrica “Vendas e Prestações de serviços” apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Prestações de Serviço		
Taxa de utilização	1 080 687,80	1 052 451,04
Outras Prestações de serviços	235,00	180,00
Integração recorrente de Taxas de Acesso	71 694,77	71 604,96
Total	1 152 617,57	1 124 236,00

Os rendimentos representativos do “core business”, as taxas de utilização, com um peso relativo na estrutura dos rendimentos operacionais de 89,7%, ascenderam, em 2025, a 1.080.687,80 euros.

O aumento das taxas de utilização deveu-se ao efeito conjugado da atualização do valor unitário das taxas de utilização, em 2,22%¹ e uma taxa de ocupação média superior à registada no período homologado do ano anterior.

A rubrica de “outras prestações de serviços”, integra encargos com encargos administrativos associados a alterações contratuais (135 euros) e aluguer de plataforma elevatória (100 euros).

13. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

No exercício de 2025 não foram registados subsídios à exploração.

Em 2024 foi reconhecido o montante de 600 euros em subsídios à exploração, referente ao subsídio atribuído pelo Instituto do Emprego e Formação profissional (IEFP), no âmbito da medida cheque-formação e referente a ações de formação desenvolvidas.

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES ATIVOS CONTINGENTES

14.1. Provisões

Destinando-se as provisões a fazer face a obrigações presentes ou prováveis, mas não aleatórias, a MARB, SA fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos.

O Conselho de Administração da MARB, SA considera que não há riscos identificados à data de 31/12/2025, pelo que não apresenta valores em provisões.

14.2. Ativos Contingentes

Não são identificadas situações que configurem ativos contingentes.

14.3. Passivos Contingentes

A MARB, S.A. fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos, suportada pelo entendimento dos advogados da empresa. Considera-se não haver situações que configurem passivos contingentes, em 31 de dezembro de 2025.

¹ Referente à média do IPC do continente, exceto habitação dos últimos 12 meses, conforme definido contratualmente.

15. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

A informação relativa ao subsídio obtido do governo é como segue:

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados e de acordo com a vida útil dos mesmos. Em 2025 e 2024 inclui a quota-parte do subsídio ao investimento (PROMAB) concedidos à sociedade a fundo perdido, no valor de 42.710,09 euros e Fundo de Eficiência Energética (FEE) no valor de 1.354,44 euros.

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		31/12/2025					
		Demonstração dos resultados			Balanço		
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Imputadas em outros gastos e perdas	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar						
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos não depreciáveis - PROMAB	0,00	0,00	0,00	208 915,19		
	Subsídios relacionados com ativos depreciáveis PROMAB		42 710,16	0,00	1 137 259,09		
	Subsídios relacionados com ativos depreciáveis FEE	0,00	1 354,44	0,00	2 596,42		
	Impostos diferidos sobre subsídios	0,00	0,00	0,00	(233 670,19)		
Total		0,00	44 064,60	0,00	1 115 100,51	0,00	0,00

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		31/12/2024					
		Demonstração dos resultados			Balanço		
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Imputadas em outros gastos e perdas	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar						
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos não depreciáveis - PROMAB	0,00	0,00	0,00	208 915,19		
	Subsídios relacionados com ativos depreciáveis PROMAB		42 710,16	0,00	1 179 969,25		
	Subsídios relacionados com ativos depreciáveis FEE	0,00	1 354,44	0,00	3 950,86		
	Impostos diferidos sobre subsídios	0,00	0,00	0,00	(254 542,62)		
Total		0,00	44 064,60	0,00	1 138 292,68	0,00	0,00

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 20,5% (IRC à taxa de 19% e derrama à taxa de 1,5%).

Foi efetuado ajustamento aos impostos diferidos, no que se refere à alteração da taxa de IRC de 20% para 19%, aplicável ao período de tributação que se inicia durante o ano de 2026, decorrente da Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro.

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

16.1. Autorização para emissão

(i) As Demonstrações Financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 16 de março de 2026.

Notas às Demonstrações Financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2025

(ii) Em Assembleia-geral os acionistas têm o poder de não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar as alterações que julguem convenientes, nos termos e legislação em vigor.

16.2. Atualização da divulgação acerca de condições á data do balanço

(i) Entre a data do Balanço e 16 de março de 2026 não houve conhecimento de eventos ocorridos que, afetem o valor dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras do período.

17. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES

17.1. Imposto sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 20,5% (IRC à taxa de 19% (20% em 2024) e derrama à taxa de 1,5%).

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi como se segue:

Descrição	31/12/2025	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de janeiro de 2024	1 613 668,34	408 825,91
Movimentos do exercício		
Ajustamentos de justo valor	(109 351,41)	
Subsídios para ativos depreciables - PROMAB / FEE		(33 796,45)
Saldo final	1 504 316,93	375 029,46

Foram realizados ajustamentos aos ativos por impostos diferidos, dos quais 73.381,31 euros, decorrente do ajustamento do efeito da redução de taxa de IRC de 21% para 20%.

Foram realizados ajustamentos aos passivos por impostos diferidos, dos quais 18.294,13 euros, decorrente do ajustamento do efeito da redução de taxa de IRC de 21% para 20%.

Descrição	31/12/2024	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de janeiro de 2024	1 726 489,86	444 064,36
Movimentos do exercício		
Ajustamentos de justo valor	(112 821,52)	
Subsídios para ativos depreciables - PROMAB / FEE		(35 238,45)
Saldo final	1 613 668,34	408 825,91

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são detalhados como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto Corrente	67 897,64	53 653,39
Imposto Diferido	75 554,96	77 583,07
Total	143 452,60	131 236,46

A reconciliação entre o lucro contabilístico e os gastos/rendimentos de impostos referentes a 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é conforme se segue:

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos				Base	31/12/2025	31/12/2024
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período		1	264 093,03	200 810,12	
	Gastos/(rendimentos) de impostos		2	143 452,60	131 236,46	
	Resultado antes de impostos		3=1+2	407 545,63	332 046,58	
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	4	1 200,00	1 195,63	
		A deduzir	5	0,00	263,73	
	Diferenças temporárias	A acrescentar	6	72 103,66	72 103,67	
		A deduzir	7	167 265,58	168 302,41	
Lucro/(Prejuízo fiscal)			8=3+4-5+6-7	313 583,71	236 779,74	
Dedução de perdas fiscais			9	0,00	0,00	
Matéria coletável / coleta			10=8-9	313 583,71	236 779,74	
Benefícios fiscais por dedução à coleta		...	11	0,00	0,00	
Outras componentes do imposto	Tributação autónoma		12	316,76	377,95	
	Derrama		12	4 714,95	3 551,70	
	Coleta		12	62 865,93	49 723,75	
Impostos	Imposto corrente		13=10-11+12	67 897,64	53 653,39	
	Imposto diferido (variação dos ativos e dos passivos diferidos)		14	(75 554,96)	(77 583,07)	
	Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		15	0,00	0,00	
Gastos/(rendimentos) de impostos			16=13-14-15	143 452,60	131 236,46	

Em 2025, o imposto apurado teve um impacto negativo de 143.452,60 euros nos resultados do exercício, explicado por:

- (i) Reversão de ativos por impostos diferidos relativos ao reconhecimento da perda por imparidade, apurada em exercícios anteriores, no decurso da vida útil dos ativos correspondentes, no montante de 35.970,10 euros;
- (ii) Reversão de passivos por impostos diferidos relativos ao subsídio ao investimento integrado no reconhecimento da perda por imparidade nos ativos subvencionados, no montante de 15.502,32 euros;
- (iii) Impacto da redução da taxa de IRC de 20% para 19%, no montante de 55.087,18 euros;

- (iv) Imposto corrente do exercício no montante de 67.897,64 euros, que engloba coleta, tributações autónomas e derrama municipal.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Assim, são reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando exista expectativas fundamentadas de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro.

Nessa ótica, estima-se que os lucros tributáveis futuros sejam suficientes para absorver a reversão dos ativos por impostos diferidos, relativos à perda por imparidade registada no exercício de 2013, que será revertida ao longo da vida útil remanescente dos bens em causa.

Não são efetuadas compensações entre impostos diferidos ativos e passivos.

17.2. Decomposição dos saldos com o Estado

17.2.1. Passivo Corrente

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos”, impostos a pagar, é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Estado e outros entes publicos		
Imposto sobre o rendimento (IRC)	20 659,64	79,39
Retenção de impostos sobre rendimentos	611,09	534,83
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	30 087,94	25 905,35
Contribuições para a Segurança Social	2 292,33	2 284,18
Total	53 651,00	28 803,75

17.2.3. Outras informações

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2022 a 2025 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da empresa entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros são detalhadas conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros		
Contas a receber de terceiros	109 060,65	107 459,36
Caixa e equivalentes	27 707,27	10 816,46
Total	136 767,92	118 275,82

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Passivos Financeiros		
Fornecedores	38 641,25	56 968,01
Outras contas a pagar a terceiros	3 873 319,36	4 278 049,60
Total	3 911 960,61	4 335 017,61

A atividade da MARB, SA está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente, relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro.

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez da empresa é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Ao nível da gestão do risco de liquidez, a adoção de uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo;
- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com a maturidade dos seus ativos.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a MARB, SA tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos.

A totalidade da dívida financeira da MARB, SA está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. A empresa não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão de risco financeiro².

A gestão criteriosa do risco financeiro, a redução do passivo bancário, a melhoria das condições de *pricing* do financiamento, na sequência da política de concentração de crédito na *holding*, em condições mais vantajosas permite apresentar uma evolução significativamente favorável nos encargos financeiros.

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que o MARB está exposto, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- **Risco de Mercado**, o qual inclui três tipos de risco: (i) risco cambial – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio; (ii) risco de taxa de juro – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado; e (iii) risco de preço – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores

² Em 2011, através do Despacho n.º 896/2011-SEFT de 9 de junho, ficaram as Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) obrigadas "(...) a comunicar à DGTF os projetos de contratação de IGRF (Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro), incluindo a respetiva ficha técnica e demais elementos referidos no despacho n.º 101/09-SEFT de 30 de janeiro, previamente à sua celebração, sujeita igualmente a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) (...)". O DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, dispõe igualmente a obrigatoriedade de obtenção de parecer prévio favorável, emitido pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), à realização de operações referentes a derivados financeiros sobre taxas de juro.

específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores que afetem todos os instrumentos negociados no mercado.

A MARB, SA não tem risco cambial no decurso da sua atividade e não tem responsabilidades associadas à dívida em qualquer outra moeda que não o euro.

▪ **Risco de crédito** – associado ao risco de uma entidade falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira. Este tipo de risco é incorrido no decorrer das suas atividades operacional e financeira.

Ao nível operacional, o risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos setores com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;
- o perfil de risco do cliente;
- as condições financeiras dos clientes.

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, a MARB, SA detém uma exposição ao setor bancário internacional traduzida pelo empréstimo que detém junto do Banco europeu de Investimento. Até à data, a MARB, SA não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com entidades bancárias.

▪ **Risco de liquidez** (também referido como risco de financiamento) – é o risco de que as empresas venham a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros.

A MARB, SA tem procurado o melhor desempenho na gestão de tesouraria, procurando garantir o cumprimento de responsabilidades de curto prazo e das atividades operacionais, minimizando a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos, através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade.

A MARB, SA apresenta uma gestão prudente do risco de liquidez, o que implica ainda a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas, mas principalmente o acesso ao crédito para fazer face à gestão corrente.

Em 31 de dezembro de 2023, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A antiguidade do saldo da rubrica “Clientes é detalhada conforme segue:

31/12/2025			
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Não vencido	916,05	0,00	916,05
Vencido			
0 - 30 dias	9 545,43	0,00	9 545,43
30 - 90 dias	10 868,70	0,00	10 868,70
90 - 180 dias	12 290,67	0,00	12 290,67
180 - 360 dias	0,00	0,00	0,00
> 360 dias	91 784,65	91 784,65	0,00
Total	125 405,50	91 784,65	33 620,85

31/12/2024			
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Não vencido	1 401,61	0,00	1 401,61
Vencido			
0 - 30 dias	9 439,67	0,00	9 439,67
30 - 90 dias	9 946,69	0,00	9 946,69
90 - 180 dias	10 294,07	0,00	10 294,07
180 - 360 dias	0,00	0,00	0,00
> 360 dias	91 784,65	91 784,65	0,00
Total	122 866,69	91 784,65	31 082,04

A antiguidade do saldo da rubrica “Fornecedores”, é detalhada conforme se segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Não vencido	37 941,39	51 767,38
Vencido		
0 - 30 dias	699,86	5 200,63
30 - 90 dias	0,00	0,00
90 - 180 dias	0,00	0,00
180 - 360 dias	0,00	0,00
> 360 dias	0,00	0,00
Total	38 641,25	56 968,01

A empresa gere o seu capital para assegurar que prosseguem as suas operações numa ótica de continuidade. Neste contexto, a empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

18.2. Clientes

O detalhe da rubrica “Clientes”, registado em ativos correntes é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Cientes Curto Prazo - Corrente		
Clientes gerais	33 620,85	31 082,04
Subtotal	33 620,85	31 082,04
Clientes cobrança duvidosa	91 784,65	91 784,65
Perdas por imparidade acumuladas	(91 784,65)	(91 784,65)
Subtotal	0,00	0,00
Total	33 620,85	31 082,04

18.3. Fornecedores

O detalhe da rubrica “Fornecedores”, é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores Curto Prazo - Corrente		
Fornecedores gerais	24 295,43	24 678,99
Fornecedores - Empresa-mãe	7 148,82	32 206,93
Fornecedores - Outras partes relacionadas	7 197,00	82,09
Total	38 641,25	56 968,01

18.4. Outros créditos a receber

O detalhe da rubrica “Outras Contas a Receber”, é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos a receber		
Outros acréscimos de rendimentos	960,89	2 270,42
Devedores diversos		
Dívidas Taxa acesso	0,00	0,00
Devedores diversos	74 478,91	74 106,90
Dif. Taxa de Acesso	0,00	0,00
Devedores (Divida por aval a clientes)	79 766,49	79 766,49
Perdas por Imparidade (Por Aval a clientes)	(79 766,49)	(79 766,49)
Total	75 439,80	76 377,32

O valor apresentado na rubrica de “Devedores Diversos”, incorpora o valor de 73.416,16 euros corresponde a taxas municipais relacionadas com a construção do pavilhão C2, faturadas pelo fornecedor que executou a obra, tendo sido já reclamada a emissão de nota de crédito, uma vez que se entende serem taxas da responsabilidade do empreiteiro, na medida em que se encontram expressamente previstas no caderno de encargos da referida obra.

O valor de 79.766,49 euros apresentado na rubrica de “Devedores” (Divida por aval a clientes) refere-se à dívida de clientes relativa a processos de financiamento em que a MARB, SA assumiu a dívida enquanto avalista nos respetivos contratos de financiamento, encontrando-se o valor totalmente ajustado por perdas de imparidade.

18.6. Outras dívidas a pagar

O detalhe da rubrica “Outras dívidas a Pagar” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Outras dívidas a pagar (Passivo não Corrente)		
Credores diversos		
Cauções Operadores	98 137,52	95 636,36
Ajustam.Imposto s/Subsidio	223 755,67	244 628,10
Outras dívidas a pagar (Passivo Corrente)		
Fornecedores de investimentos	82 930,37	106 821,62
Saldos credores de clientes	276,15	662,04
Ajustamentos de imposto sobre o subsídio	9 914,52	9 914,52
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a Liquidar	15 024,14	14 175,84
Outros Acréscimos de Gastos	19 180,43	18 902,95
Total	449 553,52	490 741,43

- (i) Encontram-se registados em passivo não corrente o valor de cauções definidas contratualmente, por se considerar que não são devolvidas num prazo inferior a 12 meses;
- (ii) O valor apresentado em remunerações a liquidar considera a estimativa de encargos com férias e subsídio de férias, cujo pagamento irá ocorrer em 2026;
- (iii) A rubrica de “Credores por acréscimos de gastos – Outros” refere-se essencialmente a: (i) gastos com o IMI de 2025, a pagar em 2026, no valor de 12.519,92 euros, (ii) gastos com eletricidade (603,32 euros); (iii) gastos com água (516,58 euros), gastos com serviços de limpeza (1.740,94 euros); (iv) gastos com seguros (942,45 euros), gastos com plataforma de faturação eletrónica (2.256,58 euros).
- (iv) O saldo de “Fornecedores de investimentos” integra o valor de 73.614,07 euros relativo a fatura emitida pelo fornecedor que executou a empreitada de construção do Pavilhão C2, correspondentes a taxas municipais relacionadas com a construção. Foi já reclamada a emissão de nota de crédito, uma vez que se entende consubstanciarem taxas da responsabilidade do empreiteiro, na medida em que se encontram expressamente previstas no caderno de encargos da referida obra. Esta dívida encontra -se em fase de pré-contencioso e interpelação. Em 2025, o fornecedor apresentou insolvência.

19. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

19.1. Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização, número de ações representativas do capital social.

Durante o exercício de 2025 não houve qualquer operação de realização ou alteração de capital.

O capital social atual é representado por 891.190 ações nominativas, com o valor facial de 4,99 euros, em títulos de uma, cinco, dez, cem, mil ou múltiplos de mil ações.

Em substância, o capital social da sociedade, encontra-se repartido nos seguintes valores:

Accionista	N.º Ações	Valor Nominal	Valores	%
Simab, S.A.	882 252	4,99	4 402 437,48	99,00%
Câmara Municipal de Braga	8 938	4,99	44 600,62	1,00%
Total	891 190		4 447 038,10	100,00%

À data de 31 de dezembro de 2025 o capital encontra-se totalmente realizado.

19.2. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de Capitais Próprios

19.2.1. Resultados transitados

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(890 603,61)	(1 172 851,38)
Aplicação do resultado líquido	200 810,12	282 247,77
Saldo final	(689 793,49)	(890 603,61)

A variação nos resultados transitados, no exercício de 2025 resulta da aplicação do Resultado Líquido de 2024, conforme deliberação da Assembleia Geral de aprovação de contas em 28 de março de 2025.

19.2.2. Ajustamentos e Outras variações nos Capitais Próprios

Realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Outras variações nos Capitais Próprios”:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1 138 292,68	1 160 603,44
Integração do subsídio	(44 064,60)	(44 064,60)
Impostos diferidos s/ subsídio	20 872,43	21 753,84
Saldo final	1 115 100,51	1 138 292,68

A empresa reconhece, nesta rubrica:

Os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes (subsídios ao investimento), os quais foram integralmente recebidos e não são reembolsáveis. No caso de bens depreciables, estes subsídios são subsequentemente reconhecidos como rendimentos do período, durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Em 2025 foram reconhecidos rendimentos no montante de:

- (i) 42.710,09 euros relativo ao PROMAB;
- (ii) 1.354,44 euros relativo ao subsídio para ativos depreciables Fundo de Eficiência Energética (FEE);
- (iii) De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 20,5% (IRC à taxa de 19% (20% em 2024) e derrama à taxa de 1,5%).

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, é detalhada conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviços especializados	129 962,89	125 548,42
Trabalhos especializados	57 420,34	54 582,27
Publicidade e propaganda	4 451,26	5 485,02
Vigilância e segurança	35 189,92	32 814,76
Honorários	1 644,00	1 884,00
Conservação e reparação	30 794,53	30 331,41
Serviços Bancários	462,84	450,96
Materiais	4 285,57	3 396,34
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	225,95	424,76
Material de escritório	745,65	364,86
Artigos para oferta	547,71	544,67
Outros Materiais	2 766,26	2 062,05
Energia e fluidos	19 210,41	23 399,23
Eletricidade	11 789,01	14 642,62
Combustíveis	1 568,67	2 022,52
Água	5 852,73	6 734,09
Deslocações, estadas e transportes	216,36	53,99
DET - Outras Deslocações	39,81	53,99
Serviços diversos	100 843,52	98 207,12
Rendas e alugueres	9 361,12	9 486,61
Comunicação	2 445,10	2 689,90
Seguros	10 609,93	9 729,54
Contencioso e notariado	335,13	347,33
Despesas de representação	24,40	26,00
Limpeza, higiene e conforto	77 355,08	75 062,23
Outros serviços	712,76	865,51
Total	254 518,75	250 605,10

O aumento na rubrica dos Fornecimentos e Serviços Externos em 3.913,65 euros (+1,6%) é apurado maioritariamente nas seguintes rubricas:

- (i) Vigilância, regista um aumento, no montante de 2.375,16 euros (+7,2%), refletido o agravamento de preço no concurso público lançado, que entrou em vigor em 1 julho de 2024;
- (ii) Trabalhos especializados aumenta em 2.838,07 euros (+5,2%), maioritariamente apurado em gastos com Firewall a partir de 2025;
- (iii) Limpeza, aumenta em 2.292,85 euros (+3,1%), refletindo essencialmente o aumento dos serviços de limpeza exterior (+3.563 euros) e diminuição do gasto com a remoção de resíduos sólidos devido à diminuição da quantidade recolhida que decorre sobretudo da diminuição de desperdícios.
- (iv) Com efeito contrário, destaca-se a rubrica de eletricidade, que reduz, em 2.853,61 euros (-19,5%), refletindo o efeito conjugado de: (i) redução significativa do consumo de energia (-1.112 kWh) comparativamente ao período homólogo do ano anterior, no global dos 4 contadores da responsabilidade do MARB, (-1,84%); (ii) aumento nas tarifas de acesso às redes e ao novo tarifário de energia, em junho de 2025 e (ii) a instalação de duas centrais fotovoltaicas no final de 2023, a implementação de tecnologia LED e sensores de movimento tem permitido uma monitorização diária e redução do consumo de energia..

21. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A rubrica “Gastos com o pessoal”, detalha-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos órgãos sociais	9 799,92	9 799,92
Remunerações do pessoal	106 859,32	100 262,34
Indemnizações	204,96	0,00
Encargos sobre remunerações	21 708,42	20 648,04
Seguros de acidentes no trabalho e doenças prof.	900,49	559,43
Outros gastos com o pessoal	9 152,27	7 741,57
Total	148 625,38	139 011,30

Em 2025, a MARB, SA aplicou as orientações relativas às remunerações vigentes em 2025 dos órgãos sociais, do fiscal único e dos restantes trabalhadores.

Foram efetuadas as estimativas de férias e subsídios de férias relativas ao ano 2025 a pagar em 2026.

O aumento na rubrica das remunerações do pessoal 9.614,08 euros (+7%), deve-se essencialmente à atualização remuneratória em 2025, decorrente de imposições legais (DL n.1/2025 de 16 de janeiro, que determina a atualização do valor das remunerações da AP, nomeadamente aumento da RMMG de 5 colaboradores, aumento do valor do subsídio de refeição, seguros de saúde e de acidentes de trabalho, refletindo o agravamento de prémios decorrente da sinistralidade, aumento da idade média e atualização salarial, formação e fardamento.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante o ano de 2025 foi de 6 colaboradores.

Entende-se como número médio, o quociente entre o total de trabalhadores ao serviço na última semana de cada mês de atividade e o número de meses de atividade.

22. OUTROS GASTOS E OUTROS RENDIMENTOS

22.1. Decomposição da rubrica de “Outros gastos” conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Outros gastos		
Impostos	17 374,36	12 180,32
Outros Gastos	4 607,96	3 875,03
Total	21 982,32	16 055,35

A rubrica de “Impostos” refere-se essencialmente ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) 12.519,89 euros devido no exercício de 2025 (12.180,32 euros em 2024). Em 2025 esta rubrica integra ainda o valor de 4.854,47 euros de taxas pagas ao Tribunal de contas relativo ao serviço de auditoria às contas da empresa MARB, SA.

O valor evidenciado em “Outros Gastos” inclui essencialmente:

- (i) 3.362 euros, de quotizações, das quais, pagas à associação 5 ao Dia (2.000,00 euros), WUWM (1.1200,00 euros) e Associação comercial de Braga (162,00 euros);
- (ii) Donativos no valor de 500 euros;
- (iii) Correções de exercícios anteriores 745,96 euros;

22.2. Decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” conforme quadro seguinte:

A rubrica “Outros Rendimentos”, apresenta-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Outros rendimentos		
Rendimentos suplementares	1 026,40	1 028,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	3 111,21	3 274,98
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	3 010,00	81,30
Outros Rendimentos		
Correção de exercícios anteriores	524,84	140,00
Imputação de subsídios ao investimento	44 064,60	44 064,60
Outros não especificados	975,00	0,01
Total	52 712,05	48 588,89

A rubrica de rendimentos suplementares refere-se às receitas provenientes da venda de material reciclável (cartão e plástico) produzido no MARB, S.A.

A rubrica de rendimentos nos restantes ativos financeiros refere-se às receitas provenientes de juros de mora cobrados pelo MARB, S.A.

A rubrica de rendimentos em investimentos não financeiros refere-se às receitas provenientes de alienação de um empilhador.

A rubrica de “Outros rendimentos” inclui a quota-parte do subsídio ao investimento (PROMAB) concedidos à sociedade a fundo perdido, no valor de 42.710,16 euros e FEE no valor de 1.354,44 euros.

A rubrica de “Outros rendimentos – outros não especificados” inclui o recebimento de uma indemnização de seguradora na sequência de um sinistro (975 euros).

22.3. Gastos/reversões de depreciações e amortizações

O detalhe da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização”, é conforme se segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativos intangíveis (Nota 8)	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	264 347,76	256 138,00
Total	264 347,76	256 138,00

22.4. Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos, nos exercícios de 2025 e 2024 são detalhados conforme se segue:

Quantias de gastos de empréstimos obtidos		31/12/2025	31/12/2024
Juros com financiamentos obtidos	Acionista	108 309,78	182 568,56
	Subtotais	108 309,78	182 568,56
Outros gastos e perdas de financiamento	Comissões	0,00	0,00
	Subtotais	0,00	0,00
Totais		108 309,78	182 568,56

À data de 31 de dezembro de 2025 o valor de prestações acessórias de capital realizadas pela SIMAB, SA à MARB ascenderam a 3.370.114,84 euros. No exercício as amortizações de capital ascenderam a 388.389,58 euros.

A diminuição dos encargos financeiros refletem o efeito conjugado de uma redução da dívida financeira e o impacto da evolução favorável das taxas de juro de referência (Euribor), refletindo as condições do mercado financeiro.

Os contratos de suprimentos vencem juros mensais à taxa determinada pelo custo de financiamento bancário da Empresa mãe, por referência ao mês anterior. Em 2025, correspondeu a uma taxa média de 3,04%.

23.DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- (i) O Conselho de Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.
- (ii) Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- (iii) Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artº 397º do CSC (Negócios entre os Administradores e a sociedade), pelo que nada há a indicar para efeitos do nº 5, alínea e) do Artº 66º do CSC.
- (iv) Relativamente ao Artº 66º-A do CSC, devemos informar que:

Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço;

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, em 2025:

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	31/12/2025	31/12/2024
Revisão legal das contas	4 800,00	4 080,00
Totais	4 800,00	4 080,00

24.OUTRAS INFORMAÇÕES

24.1. Divulgações de natureza não contabilística

24.1.1. Garantias detidas sobre terceiros

- i. Em 31 de dezembro de 2025, a MARB detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (euros)
CAPEX ENGENHARIA UNIPessoal LDA.	Empreitada de Reabilitação da cobertura e calaeiras do Pavilhão Misto no MARB	Depósito Caução	989,17
VADECA, SA	Prestação de Serviços de Limpeza e Remoção de resíduos sólidos	Bancária/CA	6 422,40
SOTECNISOL, SA	Empreitada de reabilitação da cobertura, caleiras e terraço do PGMG	Bancária/Santander	1 479,39
SOTECNISOL, SA	*Empreitada de Reabilitação da Cobertura e Caleiras do Pavilhão de Entrepósitos (Nº.4) no MARB	Bancária/Santander	2 047,67
SOTECNISOL, SA	*Empreitada de Reabilitação do terraço norte do Pavilhão de GMG	Eurobic	606,73
PROTEÇÃO TOTAL	Aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância	Depósito Caução	5 304,72
IBERDROLA, SA	Contrato de "Fornecimento de Energia Elétrica em MT, BTE e BTN para o MARB	Bancária/BBVA	997,31
TOTAL			17 847,39

ii. Em 31 de dezembro de 2025, a MARB, SA detinha uma garantia bancária referente à caução do bom e integral cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de utilização de espaços no MARB, SA, relativa ao Entrepósito C, entregue pela RANGEL, SA no valor de 103.548,03 euros.

24.1.2 Proposta de aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado, positivo, no valor de 264.093,03 euros (duzentos e sessenta e quatro mil, noventa e três euros e três cêntimos), seja mantido em Resultados Transitados, para cobertura de prejuízos.

O Contabilista Certificado

Assinado por: **Graça Maria Tavares Reis**
 Num. de Identificação: 10765265
 Data: 2026.03.20 12:42:40+00'00'
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 64195**



Reis

O Conselho de Administração da MARB, SA

Assinado por: **JORGE PROENÇA DOS REIS**
 Num. de Identificação: 09738480
 Data: 2026.03.20 11:29:24+00'00'
 Certificado por: **SCAP**
 Atributos certificados: **Presidente do Órgão de Administração de MARB - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE BRAGA, S.A. (VAT PT-503919403)**



Jorge Proença dos Reis

Assinado por: **RITA MARGARIDA RIBEIRO E RODA GODINHO SARAIVA**
 Num. de Identificação: 09517849
 Data: 2026.03.20 11:53:03+00'00'
 Certificado por: **SCAP**
 Atributos certificados: **Membro do Órgão de Administração de MARB - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE BRAGA, S.A. (VAT PT-503919403)**



ta Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva

Assinado por: **MANUEL MAGALHÃES MEXIA MONTEIRO DA ROCHA**
 Num. de Identificação: 11076730
 Data: 2026.03.25 10:21:54+00'00'



Manuel Magalhães Mexia Monteiro da Rocha

Braga, 16 de março de 2026

RELATÓRIO E
PARECER DO FISCAL
ÚNICO E
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhamos a atividade do MÀRB - Mercado Abastecedor da Região de Braga, SA (adiante também designado por Empresa), referente ao ano findo em 31 de dezembro de 2025, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, as correspondentes notas anexas e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da posição financeira, dos resultados das operações, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 31 de março de 2026

O FISCAL ÚNICO



Rui Carlos Lourenço Helena,
(ROC nº 923, inscrito na CMVM sob o nº 20160541)
em representação de BDO & Associados - SROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do MARB - Mercado Abastecedor da Região de Braga, SA (adiante também designada por Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 9 910 926 euros e um total de capital próprio de 5 136 438 euros, incluindo um resultado líquido de 264 093 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição do MARB - Mercado Abastecedor da Região de Braga, SA em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras Matérias

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outros revisores cuja certificação legal das contas, datada de 18 de março de 2025, não apresenta quaisquer reservas ou ênfases.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Empresa, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 31 de março de 2026



Rui Carlos Lourenço Helena,
(ROC n.º 923, inscrito na CMVM sob o n.º 20160541)
em representação de BDO & Associados - SROC